



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B,
DE 2017**

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo). EMENDAS DE PLENÁRIO DE NºS 1 A 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e



Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52 (Relator: Dep. Pedro Paulo). PARECER REFORMULADO, PROFERIDO EM PLENÁRIO: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo).



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a todas as Comissões que deixem de funcionar, porque qualquer decisão lá tomada não será válida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - As Comissões não estão funcionando. Aquelas que estiveram funcionando, do ponto de vista regimental, estão fazendo apenas uma reunião de debates.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeiro, no termos do parágrafo único, II, "c", do Artigo 83, do Regimento Interno, a retirada do(a) PLP 343 - 2017, constante da pauta da presente sessão.

Sala das sessões, 25/04/17

Deputada Benedita da Silva



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, que falará a favor do requerimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto significa a morte do servidor público e do serviço público. Ele impede que concursos sejam realizados, ou seja, também não haverá reajuste de salário. É uma série de perversidades e de crueldades encaminhadas pelo Governo.

Por que esta Casa tem que se pautar nisso quando as Assembleias que terão que definir se aceitam ou não aquele contrato? Esse Presidente golpista quer efetivamente fazer com que fiquemos agora carimbados, porque se votarmos esse PLP 343, estaremos praticando uma maldade contra os nossos Estados e Municípios.

Nesse sentido, nós estamos pedindo a retirada desse projeto de pauta. Estaremos trabalhando para que a cada dia ele seja impedido de ter continuidade, mesmo com as mudanças nele feitas.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para dizer que é triste ver — no dia em que nós estamos aqui — a Casa suspender a sessão e não reabri-la no tempo que havia sido determinado: às 16 horas. Enfim, deixo este protesto em relação a essa situação.

O PT não aceita a maneira que estão querendo colocar as reformas trabalhista e previdenciária, de afogadilho, sem debatê-las e sem que elas sejam discutidas com a sociedade. O medo deles é o de que se trabalhe no sentido de não aceitar essas reformas.

Por isso, pedimos a retirada de pauta desse projeto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PMDB vota contra a retirada de pauta. Queremos votar esse projeto, porque ele é importante para vários Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", pela retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, gostaria de solicitar que em toda a base do Governo fosse colocada a indicação "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota "não".

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O

PDT vota pela obstrução, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 089.3.55.O
Data: 25/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) - Peço verificação, Sr. Presidente. O PT entra em obstrução.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE) - Verificação conjunta.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM-SP) - Verificação conjunta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a presença de toda a base do Governo em plenário para a votação.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB convida os seus Parlamentares para virem ao plenário. A Oposição está em obstrução. É muito importante a presença de todos para que nós possamos vencer a obstrução e concluir a votação dessa matéria que ajuda os Estados em dificuldades.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convocamos também todos os Deputados do PMDB para virem ao plenário, pois temos votação nominal de matéria importante para os Estados.

Solicito a presença da bancada do PMDB em plenário.

O SR. ANDRÉ ABDON (Bloco/PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP/PTN/PHS orienta o voto “não”.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do Democratas convoca todos os seus membros para agilizarmos esta votação.

O nosso encaminhamento é “não”.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar que acompanhei agora há pouco a mobilização dos povos indígenas. Todos os anos ela é feita pacificamente, mas presenciei, juntamente com outros Parlamentares, uma violência desnecessária.



É preciso que o Governador do Distrito Federal e que a Polícia Legislativa da Câmara e do Senado compreendam que nós vivemos num país democrático onde todos têm direito a fazer manifestação.

Registro o nosso total apoio aos povos indígenas e o nosso repúdio a qualquer tipo de violência, em especial a esta cometida em frente ao Congresso Nacional contra os povos indígenas.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. desse bastante atenção aos povos indígenas, já que fomos debater projetos importantes com eles. Eu tenho certeza de que V.Exa. deve recebê-los e evitar que ocorram esses atos de violência. É natural e democrático que os índios façam sempre suas manifestações.

Reitero o nosso repúdio a qualquer tipo de violência contra qualquer manifestação, em especial contra esse ato democrático dos povos indígenas do Acampamento Terra Livre.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o pronunciamento que faço sobre o assassinato do trabalhador rural Silvino Nunes Gouveia, de 51 anos, no último domingo, dia 23, no Município de Periquito, em Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, na BR-381, entre Governador Valadares e Ipatinga. Ele estava em casa e foi



chamado por alguém. Ele acendeu a lanterna e, quando abriu a porta, foi recebido a bala. Morreu com vários tiros.

Nós queremos deixar registrada nossa manifestação de repúdio ao assassinato do Silvino Nunes Gouveia, líder da Direção Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, é com revolta e indignação que venho hoje denunciar a execução de um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST no Município de Periquito, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Esse foi mais um triste atentado contra todos os que lutam pelo direito à terra no Brasil.

Por volta das 20 horas do domingo, dia 23, o companheiro Silvino Nunes Gouveia, de 51 anos, dirigente regional do MST, foi brutalmente assassinado com dez tiros, no Assentamento Liberdade. De acordo com relatos de vizinhos, Silvino estava em sua casa quando alguém o chamou. Ele saiu com a lanterna e foi recebido com disparos.

O assassinato da liderança do MST no Assentamento Liberdade acontece justamente no mês marcado pela Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, também chamado Abril Vermelho. Neste mês, várias manifestações e ocupações são feitas para lembrar o massacre ocorrido em Eldorado do Carajás, há 21 anos, quando 19 sem-terra foram assassinados pela polícia do Pará. No Vale do Rio Doce os conflitos pela terra têm se intensificado por falta de medidas que agilizem o



assentamento das famílias acampadas. Nessa região, são mais de 1.200 famílias em cinco acampamentos.

Minas Gerais tem um extenso histórico de conflitos agrários. Um dos mais recentes aconteceu em 2015, no Município de Tumiritinga, também no Vale do Rio Doce. Em 2004, no Vale do Jequitinhonha, cinco trabalhadores foram brutalmente assassinados pelo fazendeiro Adriano Chafick Luedy, réu confesso e condenado a mais de 100 anos de prisão. Este, no entanto, continua em liberdade por decisão da Justiça brasileira.

O clima em Minas Gerais é de muita tensão. No dia 9 de abril deste ano, no Município de Capitão Enéas, norte de Minas, jagunços e o grileiro Leonardo Andrade fizeram uma emboscada contra as famílias acampadas na fazenda Norte América, ferindo a bala três pessoas.

Atualmente, existem 47 acampamentos com aproximadamente 7 mil famílias acampadas do MST, em nove regiões do Estado. A solução destes conflitos só será possível com medidas concretas do Estado: assentar as famílias e punir os responsáveis por estas atrocidades. A impunidade é uma das principais causas destes crimes, por isso exigimos a imediata apuração e prisão dos criminosos.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só registrar que a Minoria está em obstrução.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero apenas registrar...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Valmir Assunção está na frente.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro. Hoje, dia 25 de abril, o Bloco Olodum completa 38 anos de fundação.

O Bloco Olodum ajuda na divulgação da cultura negra no nosso Estado da Bahia e nos demais Estados do País. Tornou-se referência e realiza um trabalho importante com crianças e adolescentes.

Quero parabenizar João Jorge, Presidente do Olodum. Ao mesmo tempo, quero saudar a Deputada Estadual Luiza Maia, do PT da Bahia, que deu entrada ao Projeto de Lei nº 22.249, de 2017, que reconhece o grupo Olodum como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia. É uma iniciativa importante, porque o Olodum tem fortalecido a cultura do nosso povo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 25 de abril, comemoramos os 38 anos do grupo Olodum. O bloco afro, desde a sua fundação, em 1979, configura-se como um dos mais importantes disseminadores da cultura negra e da luta por direitos humanos e civis na Bahia e no Brasil. Sem dúvida, merece este reconhecimento do Estado e do Brasil.

Desde já, por intermédio do Presidente João Jorge, saúdo todos os participantes do Olodum e os parablenzo por mais 1 ano de vida!

Mais do que um bloco afro, o Olodum é uma organização não governamental com atuação extremamente relevante para o movimento negro do Brasil.



É também bastante bonito o trabalho realizado com adolescentes de Salvador, através da cultura e da música. Jovens encontram no trabalho do Olodum oportunidade, com a vivência do povo negro. Projetos tais qual o Rufar dos Tambores e o Escola Criativa Olodum, que inclui o trabalho de intercâmbio internacional com os Estados Unidos, África, Europa, Ásia e América Latina, apresentam novas perspectivas de vida para centenas de jovens.

Não menos importante, o grupo de dança Bando de Teatro Olodum é uma escola para centenas de artistas, que trilham o caminho da arte, sendo consagrados nacionalmente e internacionalmente.

Nesse sentido, é preciso cumprimentar a Deputada Estadual Luiza Maia, do PT da Bahia, pela autoria do Projeto de Lei nº 22.249, de 2017, que reconhece o grupo Olodum como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia. De acordo com o projeto da Deputada Luiza Maia, é preciso que se dê continuidade sempre às ações do Olodum, particularmente àquelas que promovem a cultura baiana. Por isso, a proposta de que haja o reconhecimento do Olodum como Patrimônio Cultural Imaterial, efetuando-se os registros nos livros próprios, a fim de que seja preservada e disseminada a sua história, servindo também como exemplo para outras organizações que pretendam seguir na mesma trilha.

Quero concordar de forma irrestrita e apoiar publicamente as palavras da Deputada. Tenho expectativas de que a Assembleia Legislativa da Bahia terá celeridade na aprovação de tão importante projeto.

Viva o Olodum! Viva a cultura do povo negro, do povo baiano!

Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos meios da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra antes.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença de duas estudantes da minha terra de Joaçaba que participam do Programa Estágio-Visita: Thaís Vasconcellos, que está na 8ª fase de Direito, e Caroline Pereira, que já é advogada. Em visita à Câmara, elas estão impressionadas com o que estão vendo. E estão, neste momento, no plenário.

Faço este registro para que conste nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria registrar...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todo mês, toda semana, todo dia é Dia do Índio. Nós



queremos manifestar aqui a nossa contrariedade em face do enfrentamento das forças policiais ao acampamento dos indígenas, neste mês de abril.

Sr. Presidente, eu quero registrar ainda que a Executiva Nacional do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, em reunião no dia de ontem, fechou questão contra a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. O meu partido está em consonância com as vozes das ruas e do povo, que pede por mais democracia e liberdade! Diz não a essas mudanças tão estranhas na vida do povo brasileiro!

Finalizando, quero ainda reforçar o nosso repúdio ao enfrentamento à população indígena, que veio aqui acampar, em busca dos seus direitos. Reforço também a nossa contrariedade em relação a questões como o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. É preciso que essa demarcação aconteça o mais rapidamente possível, para que essas populações não sejam dizimadas do território brasileiro, que a elas pertence.

Era isso, Sr. Presidente, que nós gostaríamos de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já foi o segundo Deputado que tratou da questão indígena. Eu tenho o maior respeito pela questão indígena. Recebo as principais lideranças. Contudo, hoje a entrada da Câmara dos Deputados virou alvo de coisas do passado: arco e flecha. Tenho aqui as fotos, Deputada Janete Capiberibe. *(Mostra fotografia.)* Também não é correto que se faça isso com os policiais que tratam de garantir a ordem pública no Parlamento brasileiro.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença da Desembargadora Vólia Bonfim Cassar, que veio nos ajudar no trabalho da Comissão da Reforma



Trabalhista. Eu queria publicamente agradecer à Desembargadora o trabalho que desenvolveu, as emendas que nos ajudou a construir e que melhoraram o texto da reforma. Obrigada à Desembargadora!

Obrigada a V.Exa., Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido — e peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* — pronunciamento em que expresse profundo pesar pelo falecimento de Edmundo Moura Bastos, conhecido como Seu Diu, pai de um grande amigo nosso, Cláudio Silva Bastos, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia — FETAG/BA.

Nesta oportunidade, quero também registrar que, de forma efetiva, Seu Diu participou das lutas populares, sindicais, sociais e políticas, junto à FETAG e à sociedade de Bom Jesus da Serra.

Deixo aqui um abraço apertado ao companheiro Cláudio Bastos, extensivo a todos os seus familiares, aos amigos e àqueles que, como ele, sonham com um mundo novo e com justiça social para os trabalhadores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Quero expressar meu profundo pesar pelo falecimento Edmundo Moura Bastos, conhecido como Seu Diu, pai do grande amigo Cláudio Silva Bastos,



Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia — FETAG da Bahia.

Receba as nossas mais sentidas condolências, nesta hora de profundo sofrimento. Esperamos que estas palavras lhe sirvam de algum consolo, pois perder um pai é um momento de grande dor e tristeza.

Seu Diu atuou de forma efetiva em diversas lutas populares, sindicais, sociais e políticas junto à FETAG/BA e da sociedade de Bom Jesus da Serra.

Deixo aqui meu abraço apertado ao companheiro Cláudio Bastos, aos familiares, aos amigos e àqueles que, como ele, sonham com um mundo novo e com justiça social para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, primeiro, quero me associar às comemorações dos 38 anos do Bloco Olodum, uma vez que sou Conselheiro do Bloco, essa entidade que é, de fato, um patrimônio imaterial do Estado da Bahia.

Mas quero registrar neste plenário a manifestação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, que, por intermédio do seu Secretário-Geral, o Arcebispo Leonardo Steiner, já faz coro com diversas manifestações de Bispos da Paraíba, de Belo Horizonte, de Maringá, que, assim como diversas outras lideranças da Igreja Católica, condenam a reforma trabalhista e a reforma previdenciária e chamam o povo católico, o povo cristão, a se manifestar contra essas reformas, inclusive conclamando-os à greve geral que ocorrerá no dia 28. Também estão se



manifestando contra a reforma trabalhista e contra a reforma previdenciária diversas Igrejas Evangélicas, em apoio à luta do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero dizer que na próxima sexta-feira, dia 28, nós vamos assistir à maior greve geral da história deste País. O Brasil vai parar de norte a sul contra o Governo Temer, contra a reforma previdenciária, contra a reforma trabalhista. Os sinais são todos de mobilização de norte a sul.

Quero inclusive lamentar a aprovação do relatório básico da reforma trabalhista agora na Comissão Especial. Essa reforma destrói a Justiça do Trabalho, quer destruir o movimento sindical e quer precarizar o direito dos trabalhadores. É uma falácia dizer que essas medidas vão trazer emprego. O Brasil gerou 12 milhões de empregos, tendo a menor taxa do mundo, sem precisar fazer isso, na era Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, do PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere lido e mande divulgar nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*, pronunciamento que faço sobre as mortes em Colniza e sobre o assalto do PCC.

Quero parabenizar a 1ª Turma do STF, que cassou a liminar dada para a soltura do goleiro Bruno. Parabenizo a 1ª Turma do STF por aquela decisão, que cassou a liminar esdrúxula dada pelo Ministro Marco Aurélio com relação à soltura do goleiro Bruno, que cumpria pena pela morte da Eliza Samudio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, retorno a esta tribuna para falar, mais uma vez, sobre a violência no campo em todo o País. As mortes em Colniza, no Mato Grosso, foi apenas um episódio dessa guerra que envolve invasão de terras públicas e privadas, desmatamento, roubo de madeiras, trabalho escravo, entre outros crimes.

Não podemos fechar os olhos para o que tem ocorrido longe dos grandes centros urbanos. Afinal, legislamos para todos os brasileiros. Recordo-me de todas as prisões de criminosos que fiz quando ainda estava na ativa. Parece que nada mudou. Os crimes cometidos por causa da disputa de terra continuam acontecendo, remetendo-nos ao tempo do coronelismo.

Um caso clássico dessa disputa fez 27 anos em fevereiro. Seis criminosos executaram a tiros sete pessoas da família Cordeiro Andrade, por rivalidade em Malacacheta, no Estado de Minas Gerais. A história macabra ocorreu em 15 de fevereiro de 1990, depois que dois homens, um da família Leite e outro da família Cordeiro, discutiram no trânsito por causa das terras. Por causa dessa briga, a família de Aldécio Nunes Leite contratou o pistoleiro Alvino Alves Pereira para executar um integrante da Cordeiro.

Mas o homicida, Sr. Presidente, foi morto pela família rival antes mesmo de apertar o gatilho. Sabendo disso, Hamilton Leite, que era amigo do pistoleiro, jurou vingança. Seis homens, entre eles Ofenir Pinheiro Machado e o próprio Hamilton, usando coletes da Polícia Civil, identificaram-se como policiais de Belo Horizonte, para cometer o crime. Eles disseram que estavam apurando a morte do pistoleiro, ao abordar José Augusto de Andrade. Levaram a vítima à casa de um parente. Lá



estavam, Sr. Presidente, a empregada da família e os outros integrantes da família Cordeiro. Foi quando começou a execução.

Esse é apenas um dos vários exemplos do que tem ocorrido neste País. Esse tipo de fazendeiro é o mesmo que manda invadir terras públicas, promove desmatamento, roubo de madeiras e impõe trabalho escravo aos seus funcionários.

Não podemos fechar os olhos para o que tem ocorrido no campo, caros colegas! Como eu disse anteriormente, a lei tem de valer para todos.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, infelizmente, mais um grande assalto entrará para a história do nosso País. Não foi no Brasil, foi no Paraguai, mas o maior assalto ocorrido naquele país foi feito por brasileiros integrantes do PCC, que têm como foco o tráfico de drogas. E se viram todas as características dos grandes assaltos ocorridos em solo brasileiro nos últimos anos: um bando fortemente armado, que explode as fachadas das empresas e roubam todo o dinheiro encontrado.

São mais de 40 bandidos originários do Paraná, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esses homens participaram do assalto a uma transportadora de valores durante a madrugada de segunda-feira, em Ciudad del Este. Explodiram o prédio da empresa e levaram uma quantia considerável de dólares, que nem mesmo a Polícia Federal consegue estimar.

Na fuga, houve troca de tiros. Três assaltantes e um policial paraguaio foram mortos. Até a manhã de hoje, seis bandidos foram presos. Foram apreendidos sete



veículos, entre eles um carro da Polícia, utilizado na fuga, dois barcos, seis fuzis, uma pistola, explosivos, malotes vazios e munição de grosso calibre.

Assaltos como esse, Sr. Presidente, acontecem muito no Brasil. Nos últimos 2 anos, ocorreram quatro! O prejuízo financeiro é grande. Em Campinas, no interior de São Paulo, os ladrões levaram 50 milhões de reais. Todos estavam usando fuzis. Logo depois, foi em Santos. O destino foi a PROSSEGUR, mesma empresa que foi alvo dos facínoras no Paraguai. Na ocasião, foram levados 10 milhões de reais. Esses dois ocorreram em 2015.

Em julho do ano passado, bandidos também utilizaram muitos explosivos para assaltar uma empresa em Ribeirão Preto. O último caso com o mesmo *modus operandi* ocorreu no Recife, deixando a população em pânico. Nesse tipo de roubo, o prejuízo, segundo dados da Polícia, Sr. Presidente, foi de 27 milhões de reais em 2015, e 133 milhões de reais em 2016.

Essa expansão do crime organizado do Brasil para outros países, nobres Parlamentares, só reforça o que sempre digo: essas quadrilhas contam com serviço de inteligência para conseguir informações precisas sobre seus alvos e montar as operações. E como essas ações são estadualizadas, as Polícias não se comunicam.

Daí reforço a importância da unificação das Polícias, Sr. Presidente. Esse projeto pelo qual temos trabalhado com tanto afinco — inclusive estaremos em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na próxima sexta-feira, para mais um debate sobre o assunto — será de muita importância para resolver o problema de segurança pública no Brasil. Afinal de contas, para combater o crime organizado, as forças de segurança também precisam estar organizadas.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre a minha participação no final de semana no 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, que aconteceu na cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul.

São mais de 15 mil agricultores que já tem seus grupos com certificação orgânica e mais de 50 mil produtores em processo de transição da agricultura tradicional para a agricultura orgânica. Esse processo cresce graças à consciência dos consumidores que querem comida limpa.

Alguém poderia dizer: *“Mas Bohn Gass, no meio de tanta crise, reformas e destruições das relações de trabalho, da Previdência Social, a violência feita contra os índios, você está falando de agroecologia?”* Sim, porque a agroecologia é também uma forma de resistência ao golpe, porque os golpistas querem colocar veneno na comida.

Eu vi uma frase lá que dizia que o único ser que coloca veneno na comida dos filhos é o homem. Isso é um absurdo!

Quero parabenizar todos aqueles que lutam pela agroecologia. Gostaria que esta homenagem fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último final de semana constatei, mais uma vez, que o Brasil tem futuro.



Participei do 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, que aconteceu na cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul. Esta rede surgiu em 1998 e já é uma das maiores organizações da agricultura orgânica no Brasil. Já temos mais de 15 mil agricultores ou grupos de agricultores certificados que, no Brasil, estão cultivando alimentos sem agredir o solo, sem usar veneno, respeitando e aproveitando os recursos hídricos. Melhor ainda, há aproximadamente outros 50 mil produtores em processo de transição da agricultura tradicional para a agricultura orgânica.

E se essa prática não para de crescer, é porque temos outro grande indicador de futuro: a consciência dos consumidores brasileiros.

Acho que isso explica por que eu disse que o Brasil tem futuro. Tem futuro, senhores, porque um país que oferece comida limpa ao seu povo, é um país onde as pessoas têm mais saúde.

Talvez alguns neste plenário estejam pensando: *“Mas num momento grave desses, o Bohn Gass vem falar de agricultura orgânica?”* Sim, eu venho falar de agricultura orgânica, venho saudar a Rede Ecovida e venho dizer que o futuro e a segurança alimentar do Brasil passam por mais estímulo, mais verbas e mais respeito aos homens e mulheres que, apesar de tudo, apesar da crise, apesar das reformas cruéis, apesar deste Governo golpista, continuam trabalhando a favor da vida.

Mesmo que esta Casa esteja completamente contaminada pelo acirramento de posições, a política não pode jamais se esquecer da vida e de quem trabalha a seu favor.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu quero lamentar a votação da reforma trabalhista na Comissão Especial.

Os sorrisos serão transformados em lágrimas para os trabalhadores e trabalhadoras deste País. Retirar direitos, impedir que eles possam ter segurança nas relações do trabalho, esvaziar a competência do Estado, piorar a relação do empregador e do trabalhador e da trabalhadora não é natural, não é normal.

Parece-me que esta reforma veio de encomenda, para que os empresários fiquem legalmente sem assumir compromissos, para que os trabalhadores sejam prejudicados sem que o empregador assuma nenhuma responsabilidade com o trabalho temporário e a terceirização. Não é possível dizer, com o índice enorme de desemprego neste País, que só essa medida trará milhões e milhões de empregos. Sancionado o projeto, quero ver esses milhões e milhões de empregos para os mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas no Brasil.

Eu quero crer, Sr. Presidente, que hoje nós marcamos um descompromisso com a classe trabalhadora brasileira, próximo ao 1º de maio.

Vamos à greve...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. VITOR VALIM - Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, para orientar...

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lamentar a violência que eu vi hoje aqui na Câmara Federal.



Alguns vieram aqui sem saber o que estava acontecendo. A causa dos índios de demarcação de terras é uma causa nobre, mas nós não podemos admitir que os índios ataquem policiais desta Casa, com flechas. Agora dizem que a polícia agiu com truculência, Sr. Presidente?

Quero inclusive criticar V.Exa., que não dá aos nossos policiais a devida condição de defender esta Casa e a democracia. Quando Parlamentares estavam aqui discursando e foram atacados neste plenário por determinada fatia da população, de extrema e de extrema direita, naquele mesmo instante estavam criticando a violência, e, na hora em que índios atacam a polícia, a causa é nobre? Nunca se pode fazer valer a razão pela força bruta.

Eu quero lamentar aqui o ocorrido e, ao mesmo tempo, parabenizar a nossa Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira.

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Quero orientar pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos em obstrução. Como não houve tempo para conversar com o conjunto dos Deputados, obviamente cada Parlamentar fica livre para votar como quiser.

Neste momento, aqueles que querem entrar em obstrução podem fazê-lo.

Obrigado.

O SR. CARLOS MANATO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Robinson Almeida, que está na fila, e, depois, passarei a palavra para o Deputado Carlos Manato e a Deputada Luiza Erundina.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lamentar o seguimento do desmonte dos direitos dos trabalhadores neste Parlamento.

Agora à tarde foi aprovado o relatório da reforma trabalhista, um relatório que restringe conquistas de décadas dos trabalhadores brasileiros; um relatório que coloca a Justiça do Trabalho amordaçada, sem nenhuma condição de julgar livremente; um relatório que diminuiu o poder de representação dos sindicatos; um relatório com premissas falsas de geração de emprego, de modernização da legislação.

Na verdade, esse é mais um ataque que dá sequência ao golpe deste Governo ilegítimo, um Governo que não teve nenhum voto e que coloca a sua base parlamentar aqui para ficar de costas para o povo brasileiro! Noventa por cento do povo brasileiro é contra a reforma trabalhista, e os Deputados aqui ficaram de costas para o povo brasileiro!

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais desta Casa.

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSOL.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Prefeito de Aracruz, Jones Cavaglieri, do



Solidariedade, que hoje, às 19 horas, na Escola Placidino Passos, prestará contas do seu mandato.

O Prefeito está prestando contas sobre os 100 dias de mandato a toda a sociedade civil organizada, ao mundo político, às associações de moradores, aos Vereadores, mostrando como se faz gestão com cortes de Secretarias, de cargos comissionados, de hora extra, de diárias. Ele está fazendo uma mudança geral naquela cidade.

Parabéns ao Prefeito Jones Cavaglieri pelos 100 dias de mandato e pela prestação de contas à comunidade de Aracruz!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSOL orienta obstrução a esta matéria e repudia veementemente a repressão que está se abatendo sobre os nossos irmãos indígenas que vieram a esta Casa em busca de atendimento dos seus direitos fundamentais e constitucionais. Eles não podem ser tratados desta forma, Sr. Presidente, exatamente no mês em que se celebra o Dia Nacional do Índio.

Portanto, o PSOL repudia a repressão aos índios e orienta a bancada a entrar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os índios estavam fazendo uma manifestação pacífica em frente à Câmara. Quando eles se dirigiram até o lago que fica em frente ao Congresso para



ali colocar caixões de isopor que simbolizam os índios mortos, foram reprimidos com violência. Evidentemente, foi uma violência inclusive desproporcional. Temos índios crianças, idosos, e é prudente que a negociação prevaleça sobre a violência.

A violência não foi da Polícia Legislativa, mas da tropa de choque que está em frente ao Congresso Nacional. Sr. Presidente, quando houve manifestações em favor do *impeachment*, os manifestantes puderam guardar seus equipamentos dentro do Congresso. O cafezinho do Congresso estava liberado para os manifestantes, os banheiros estavam liberados para os manifestantes.

Sei que este fato não ocorreu na gestão de V.Exa., mas isto mostra a forma diferente como as manifestações são tratadas em frente ao Congresso, Sr. Presidente.

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a Marinha do Brasil, que chegou de missão do Líbano na semana passada. O navio Fragata Liberal atracou no Porto de Natal.

O Almirante Ricardo Mello, o Almirante Aguiar Freire e o Capitão de Fragata Seiner receberam a bancada do Estado do Rio Grande do Norte, mostrando um trabalho importante. O navio brasileiro foi comandante de uma frota de navios que fez a vitória naquela fronteira da Líbia, através de uma missão da ONU. O Brasil foi protagonista desse importante trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Silvio Costa, para uma Comunicação de Liderança, como Representante do PTdoB.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Deputado Pedro Uczai, vou tratar de uma coisa muito séria aqui, e esta Casa não pode deixar de ir para cima nesse assunto.

Vou começar dizendo uma coisa: a *Folha de S.Paulo* denunciou hoje — está lá explícito — o que para mim não é novidade: um ato de corrupção do Governo Michel Temer.

Deputado Baleia Rossi, onde está V.Exa. para se defender? Onde está o Líder do Governo?

Ao se ler a *Folha de S.Paulo* de hoje, o que se vê? Na quinta-feira passada, dia 20, a *Folha de S.Paulo* foi ao cartório e registrou documento com o nome de uma empresa que ia ganhar uma licitação de publicidade no Banco do Brasil. Vou repetir: na quinta-feira, dia 20, o jornal *Folha de S.Paulo* foi ao cartório e registrou documento com o nome de uma empresa que ia ganhar uma licitação no Banco do Brasil, uma agência de publicidade.

O SR. ALBERTO FRAGA - Já foi suspensa, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA - Na segunda-feira, exatamente a empresa que a *Folha de S.Paulo* disse que ia ganhar foi a empresa que ganhou, Deputado Pauderney, o contrato de publicidade de 500 milhões de reais do Banco do Brasil, dividido para 3 empresas.

Eu quero saber do Líder do Governo se este Governo corrupto vai ter a decência de vir aqui à tribuna e comunicar que foi anulada a licitação, porque eu sei



que o Deputado Fraga tem talento, mas me parece que ele não é Líder do Governo ainda.

O SR. ALBERTO FRAGA - Mas já foi anulada a licitação. É só para V.Exa. dar a informação correta.

O SR. SILVIO COSTA - Calma! V.Exa. fala pelo Governo?

O SR. ALBERTO FRAGA - Sim.

O SR. SILVIO COSTA - Sei que V.Exa. fala pela bancada da bala. Fala pelo Governo?

O SR. ALBERTO FRAGA - Pelo Governo também.

O SR. SILVIO COSTA - Bom, então, é o seguinte: se o Governo anulou, significa que o Governo reconheceu que a *Folha de S.Paulo* estava correta. A *Folha de S.Paulo* denunciou que o Governo é corrupto. E não existe anulação de corrupção pretérita: “Ah, eu cometi ato de corrupção. Anulei o ato, virei santo”. Não virou santo, não. O Governo Michel Temer é corrupto. Só anulou a licitação porque a *Folha de S.Paulo* descobriu. Viva o jornalismo investigativo! Se a *Folha de S.Paulo* não tivesse denunciado mais esse ato de corrupção do Governo Temer, ia passar despercebido.

Eu confio no Deputado Fraga, até porque ele não vai mentir. Ele deve ter a informação, e eu confio. E S.Exa. disse que o Governo anulou a licitação. O Governo não se pronunciou oficialmente.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu sei que não é prerrogativa de V.Exa., mas muitas vezes V.Exa. tem sido Líder do Governo, do Congresso, Ministro, Presidente. Essa informação de que foi anulada a licitação V.Exa. tem? Eu, como Vice-Líder da



Oposição, quero ouvir do Líder do Governo se este Governo corrupto anulou a licitação. Anulou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tenho essa informação.

O SR. ALBERTO FRAGA - Está no mesmo veículo de comunicação, a *Folha de S.Paulo*.

O SR. SILVIO COSTA - O Presidente...

O SR. ALBERTO FRAGA - O mesmo meio de comunicação está dizendo que o Governo anulou a licitação. Portanto, está aí a resposta.

O SR. SILVIO COSTA - Então, não é a resposta do Governo, é a resposta da *Folha de S.Paulo*.

O SR. ALBERTO FRAGA - Que V.Exa. usou como fonte.

O SR. SILVIO COSTA - Eu usei como fonte porque eu confio na *Folha de S.Paulo*.

O SR. ALBERTO FRAGA - Eu estou usando como fonte também.

O SR. SILVIO COSTA - Eu não confio na fonte que desmentiu. Eu quero que desmintam em nome do Governo. Esse Governo vai ter que falar. Governo corrupto! Ladrão! Roubou na publicidade! A *Folha de S.Paulo* descobriu um roubo de 500 milhões de reais. Se anulou a licitação, reconheceu o roubo.

O SR. ALBERTO FRAGA - Este Governo que V.Exa. elegeu. Não se esqueça disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma! Calma!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria registrar que a Comissão Especial que tratou da reforma trabalhista encerrou os seus trabalhos agora à tarde. Foram 27 votos “sim” e 10 votos “não” ao parecer do Deputado Rogério Marinho. Cumprimento também o Presidente Daniel Vilela. Fizeram um ótimo trabalho.

Com certeza, o Brasil começou a mudar com essa reforma trabalhista. Muitas mentiras e inverdades foram ditas aqui, mas estamos avançando e vamos aumentar os empregos.

Certamente, nós vamos ter uma nova modalidade de trabalho que hoje está impedida no Brasil. Nós realmente vamos ter mudanças acontecendo com as reformas trabalhista e previdenciária.

A próxima que nós vamos fazer é a reforma da legislação sobre indígenas, Sr. Presidente. Não vamos mais tolerar que indígenas manipulados por ONGs venham invadir a Câmara dos Deputados.

O Ministro Osmar Serraglio está fazendo um trabalho excelente e vai organizar todo esse processo de reforma da legislação sobre os indígenas. Nós vamos transformar os indígenas em cidadãos brasileiros que tenham acesso à saúde, à educação, possam pôr os seus filhos na escola e não fiquem sendo manipulados por ONGs, confinados em espaços como se fossem animais, sem qualquer assistência do Governo.

Nós vamos fazer com que o indígena tenha renda, possa trabalhar e arrendar suas terras, receber *royalties* sobre petróleo e minerais e possa fazer uso



sustentável da floresta. Que nós possamos tirar os índios da miséria e das mãos das ONGs que os manipulam.

Por isso deixamos aqui o nosso protesto. Não concordamos com a invasão selvagem dessa área, incitando-se os indígenas, que são usados para fazer esse tipo de manifestação.

Eu queria deixar este registro aqui, para que a Casa saiba que as ONGs, muitas delas internacionais, realmente manipulam os indígenas brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar a minha solidariedade aos povos indígenas. Chega de massacre aos pobres! Chega de massacre aos povos indígenas! A repressão produzida hoje aqui é lamentável.

Há a legítima possibilidade de os povos se manifestarem democraticamente. Quando reprimem uma manifestação violentamente, como fizeram hoje, dão a demonstração de que não querem fazer das comunidades indígenas cidadãos, não. Querem continuar violentando-as e se apropriando dos instrumentos simbólicos dos índios, como fez um subordinado de V.Exa., Sr. Presidente, na Mesa, roubando, retirando os símbolos dos próprios indígenas.

Quero, portanto, registrar o nosso protesto contra a violência aos povos indígenas e o nossa posição em defesa do seu direito à terra e à cidadania, sim!

Em segundo lugar, hoje, historicamente, vivemos aqui um processo de derrota, de desmonte e de crime contra os trabalhadores deste País. Com a reforma



trabalhista, com a reforma previdenciária, com a Emenda Constitucional nº 95 e com o projeto que prevê a venda das nossas terras para os estrangeiros, não vão tirar terras só dos índios, não, vão tirar terras de todos os brasileiros. Este Governo ilegítimo e corrupto também está desmontando os direitos dos nossos povos tradicionais.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifesto aqui a nossa indignação contra a repressão ao direito legítimo de manifestação e de reivindicação do direito à terra e à demarcação das terras, ao direito legítimo de se viver dignamente neste País.

Quem viu os vídeos percebe a repressão da polícia com gás lacrimogêneo para dispersar um protesto legítimo. Colocar os caixões na Esplanada agride os que matam os índios, sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Polícia Legislativa e da Polícia Militar pela atuação que evitou que algo de mais grave viesse a acontecer na porta do Congresso Nacional hoje.

É inadmissível alguém achar que a ação da polícia é contra o movimento dos índios. Não! Os índios partiram para cima do Congresso Nacional, lançando flechas que, por pouco, não feriram algumas pessoas. O resultado disso seria gravíssimo.

Lamento profundamente que ainda haja pessoas que defendam esse tipo de atitude, Parlamentares que defendem esse tipo de atitude. A Polícia Legislativa e a Polícia Militar agiram dentro da lei.



Para finalizar, Sr. Presidente, quem mandou o projeto de venda de terras para estrangeiros para esta Casa foi o Governo do PT. Portanto, se querem realmente reclamar, reclamem dentro de um diagnóstico positivo contra eles próprios, porque quem mandou o projeto foi o Governo do PT. O projeto, evidentemente, está em confronto com a comunidade indígena, que está se manifestando.

Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizo a atuação da polícia. Sem a atuação dela, nós teríamos aqui hoje pessoas feridas gravemente. Por isso eu parabenizo a ação da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero tratar aqui do fato de que houve um conflito entre a Polícia Legislativa e os povos indígenas — quase 4 mil, de várias etnias. Eu não estava presente, então não quero analisar o caso a partir das versões. Mas, independentemente disso, há outro fato: neste Poder há vários projetos que interferem na vida dos indígenas, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000; a CPI da FUNAI, que já foi prorrogada duas vezes; e decisões do Governo que vão passar por aqui.

Então, eu queria, Sr. Presidente, reforçar um apelo que eu fiz a V.Exa. Independentemente do conflito, os indígenas brasileiros merecem respeito. V.Exa. poderia marcar uma audiência com as lideranças indígenas para receber as demandas delas e dizer o que é ou não possível assumir de compromisso, sem entrar no mérito das questões. V.Exa. poderia conversar com sua assessoria para receber uma comissão, por exemplo, amanhã, no final da manhã.



Eu vou me dirigir pessoalmente a eles agora. Se já pudesse abrandar o clima com uma mensagem de que V.Exa. receberá uma comissão para ouvir suas demandas, receber um documento escrito de forma conjunta pelos povos indígenas, acho que seria o mínimo que esta Casa poderia fazer. Sobre o mérito dos projetos, os partidos têm suas posições, e cada Deputado ou Senador assume naturalmente seus atos, individual ou partidariamente.

Esta é a minha posição, Sr. Presidente. Gostaria da aquiescência de V.Exa. Não sei se dá para definir agora um horário para recebê-los. O ex-Deputado Eduardo Cunha e V.Exa. já receberam essas comissões, e o clima sempre é muito respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sem dúvida, Deputado Edmilson Rodrigues, quando nós recebemos, o clima foi respeitoso. Mas hoje, infelizmente, os índios colocaram em risco a vida de muitas pessoas.

Eu não posso responder a V.Exa. hoje, mas não tenho nenhum problema de receber uma comissão dos índios. Vamos deixar essa decisão para o dia de amanhã. Eu acho que aqueles que foram vítimas dos ataques com arco e flecha precisam da nossa solidariedade, porque são eles que garantem a ordem da Casa quando esse tipo de conflito acontece.

Mas prepare a comissão e vamos ver se amanhã, durante o dia, nós conseguimos um horário para recebê-los, junto com V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o cumprimento especial a uma categoria que é importantíssima para o desenvolvimento e para o turismo brasileiro: os agentes de



viagem. Eles completaram, no dia 22, mais uma data comemorativa. Em nome dos agentes do Rio de Janeiro, eu queria abraçar a todos os agentes do País!

Não há turismo de qualidade sem agente de viagem. Cada vez mais, o agente de turismo sofisticou-se como um grande consultor. É preciso fortalecer essa categoria, porque uma demanda turística mais aquecida gera emprego e gera renda.

Aliás, no projeto relatado pelo Deputado Rogério Marinho há um dispositivo muito importante para o turismo, naquilo que permite o desdobramento das férias, em 14 dias pelo menos, e outras duas opções. Isso vai aquecer o turismo no Brasil. Este é mais um aspecto da modernização do Direito do Trabalho brasileiro.

Vivam os agentes de viagem brasileiros! Vivam os agentes de viagem do Rio de Janeiro. Vivam Cristina Fritsch e toda a equipe!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê como lido meu pronunciamento sobre a morte e o assassinato dos trabalhadores rurais em Colniza, no Mato Grosso do Sul. Expresso a minha solidariedade a todos os trabalhadores rurais brasileiros, que lutam pelos seus direitos!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero expressar minha solidariedade aos trabalhadores rurais brasileiros, especialmente aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Colniza (MT), que no último dia 19



de abril sofreram um ataque com arma de fogo e armas brancas, que deixou nove mortos e dezenas de desaparecidos, inclusive crianças, idosos e mulheres.

A crueldade, o engodo, o desrespeito, a tortura, a atrocidade, o suplício, a flagelação, a sevícia, a mortificação, o flagelo, o tormento e o martírio que o Governo golpista e usurpador está proporcionando ao povo brasileiro, através do golpe contra a soberania popular e seus direitos, está jogando o povo brasileiro em um terreno sombrio e desesperador.

Sr. Presidente, há que se falar hoje em “estado de exceção”. Vivenciamos neste País a chamada República Velha. O golpe de 2016 está gerando dores profundas aos trabalhadores brasileiros, de modo geral. É importante que se diga que desde o golpe de 2016 o trabalhador rural, o pequeno agricultor, os movimentos sociais, os estudantes e os mais pobres deste País se encontram sofrendo perseguições por parte de políticos golpistas ou mesmo de pretensos proprietários rurais, que são na verdade criminosos, grileiros de terra pública e gananciosos.

Lembro-me de que o Estado brasileiro, quando dirigido por Fernando Henrique Cardoso, lavou as mãos em relação ao direito dos trabalhadores à terra; lavou a mãos ao em relação ao não direito de latifundiários ocuparem criminosamente terras públicas. Hoje nos encontramos dentro da mesma história.

No caso, lutavam por uma política de reforma agrária séria e justa, principalmente porque não tinham terra e tinham direito à terra, e também porque os que ocupavam a terra ocupavam-na ilegalmente, porque eram criminosos grileiros. Hoje, a situação não está diferente. Após o golpe de 2016, os tentáculos dos crimes por terra afloraram novamente.



Contudo, deixo a minha solidariedade aos familiares que perderam seus entes queridos e aos amigos, neste massacre fragoroso. Afirmo que estamos no mesmo barco e cremos em um novo amanhã, sem um “estado de exceção”, com esperança e solidariedade, e com o vigor solene da jovem democracia. O sangue derramado ali alimenta a esperança de que este Brasil, este grande território de mais de 200 milhões de habitantes, possa um dia servir de abrigo ao seu povo, e não ser mera fonte de lucro para os que vivem da miséria e da morte.

Para finalizar, digo que as vítimas — entre elas, Izaul Brito dos Santos, de 50 anos, Ezequias Santos de Oliveira, de 26 anos, Samuel Antônio da Cunha, de 23 anos, Francisco Chaves da Silva, de 56 anos, Aldo Aparecido Carlini, de 50 anos, Edson Alves Antunes, de 32 anos, Valmir Rangeu do Nascimento, de 55 anos, Fábio Rodrigues dos Santos, de 37 anos, e o Pastor da Assembleia de Deus Sebastião Ferreira de Souza, de 57 anos — estarão sempre presentes em nossos trabalhos em favor dos direitos do povo brasileiro, dentro deste Congresso!

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAJOR OLÍMPIO - Tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. AFONSO FLORENCE - Aqui é no grito! Vamos aguardar, cada um na sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar aos Srs. Parlamentares, principalmente àqueles que elogiam a atitude e a conduta da Polícia Legislativa da Polícia Militar, ao defender a lei e a sociedade, que poderão ser votados destaques desse maldito PLP



343, que semana passada já arrebentou servidores públicos estaduais com o aumento de contribuição previdenciária, congelamento de salários, congelamento de quinquênios e quaisquer vantagens.

Não vamos nos deixar seduzir por Governadores que entram neste Plenário e que fizeram parte de quadrilhas que arrebentaram e dilapidaram os seus Estados! Não vamos arrebentar os servidores públicos!

E vivam os policiais, sim, porque estão garantindo a lei e a ordem, seja a Polícia Legislativa, seja a Polícia Militar lá fora!

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Vereador Macaxeira, da cidade de Vinhedo, que é uma cidade importante do nosso Estado de São.

O Vereador é um homem da batalha, da luta, trabalhador da empresa Unilever de Vinhedo. Trabalha durante toda a noite e toda a madrugada, e assume a vereança durante o dia. É um grande Vereador do nosso partido, um homem de batalha e de luta, que tem com muita honra representado o nosso PSB na cidade de Vinhedo, ao lado da Presidente do nosso partido, a grande guerreira e sempre Vereadora, que quase foi Prefeita, Marta Leão.

Eu agradeço a V.Exa. o registro da presença do meu amigo Vereador Macaxeira, da cidade de Vinhedo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os contabilistas. O dia 25 de abril historicamente é uma data importante!



Já fiz contato com o Sindicato das Empresas de Assessoramento Contábil, com sindicatos dos contabilistas de várias cidades de São Paulo, com a própria Federação dos Contabilistas, com o Conselho Regional de Contabilidade, como também com o Conselho Federal de Contabilidade.

Neste momento, quero registrar a importância do trabalho de todos os contabilistas, principalmente nesta sexta-feira, quando acaba o prazo para entrega do Imposto de Renda, em meio a uma série de dificuldades e de problemas.

E estamos aguardando que aprovemos o projeto de lei do Deputado Laercio Oliveira no sentido de isenção da multa de GFIP, que é uma multa extemporânea, mas que tem preocupado muito a categoria. Nós temos que resolver essa questão. Já há a sinalização da Receita nesse sentido, mas está faltando ação legislativa para se materializar.

Parabéns a todos os contabilistas, no seu dia!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sras. e Srs. Deputados, no último dia 20, comemorou-se o aniversário da cidade de Ipirá, a querida Ipirá! Saúdo todo o povo ipiraense, em especial o ex-Prefeito Diomário Gomes de Sá, o ex-Vice-Prefeito Dudi, o Antônio Colonezi, as lideranças do grupo político do Partido dos Trabalhadores, o Presidente Wilson, o Carlinhos, o Arnor, do Sindicato de Vereadores, o Vereador Deteval, Manoel de Lica, a macacada.



Digo ao Prefeito que somos Oposição. Fizemos muitas obras. Fomos os Governos mais bem-sucedidos da história de Ipirá, do querido e saudoso ex-Prefeito Ademildo, do PT. Fizemos muitas obras relativas ao abastecimento de água na zona rural e na zona urbana, obras de saneamento na cidade, frigoríficos, laticínios, obras do Minha Casa, Minha Vida. Temos compromisso com o povo de Ipirá. Faremos cobranças ao Governo Municipal, que é da base de Temer. Pode fazer obras, pois nós estaremos sempre solidários para conquistar recursos e executar obras, pelo nosso compromisso com o povo de Ipirá!

Um abraço carinhoso a todo o povo ipiraense, às lideranças políticas e aos produtores e produtoras rurais! Uma longa vida a todo o povo do Município de Ipirá, na Bahia!

Muito obrigado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar, pela Liderança, o Deputado Rogério Marinho, Relator da reforma trabalhista, do PSDB; o Deputado Daniel Vilela, Presidente da Comissão, do PMDB; e todos os membros da Comissão. Por 27 votos a 10, foi aprovado o relatório — negociado, discutido, dialogado —, numa tarde histórica. A base aliada foi corajosa, firme. Acreditou no futuro, tem esperança de um Brasil melhor.



E nós teremos, sim, relações de trabalho melhores com a reforma trabalhista, ferramenta extraordinária para diminuir a informalidade, para enfrentar a tragédia do desemprego e aumentar a confiança do empregador e a confiança do empregado. Com isso, o País vai crescer.

O mundo inteiro, há 20 ou 25 anos, já fez isso. Chega atrasada aqui, mas chegou. E chegou graças a essa base aliada aqui, que corajosamente está trabalhando por um Brasil melhor e novo, que está nascendo!

Convocamos todos os Parlamentares para virem aqui, para acabarmos a votação dos destaques da recuperação fiscal, da lei de falência dos Estados. Há três Estados mal das pernas e há mais dez na porta. Então, esta votação é importante para todos os brasileiros e para todos os Estados.

Viva o Brasil! Vivam os membros da base aliada da Comissão Especial da Reforma Trabalhista! Dia histórico! Dia transformador!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 20;

NÃO: 241;

ABSTENÇÃO: 1.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra para a Liderança da Minoria, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte requerimento de destaque da bancada do PT:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do inciso I do § 1º do Art. 2º do substitutivo apresentado ao PLP nº 343/17.

Sala das Sessões, 05/07/17.

Deputado Afonso Florence.



O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer votou com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria falar aqui pela Minoria, nos próximos 10 minutos, sobre o Presidente Lula e o Juiz Sergio Moro.

Vejam bem, eu não vou fazer aqui nenhuma defesa do Presidente Lula, até porque é evidente que ninguém precisa defender quem não tem culpa. O Juiz Sergio Moro tem a prerrogativa constitucional de aceitar a delação do Sr. Léo Pinheiro. Essa é a prerrogativa constitucional do Juiz Sergio Moro.

Ouvi cuidadosamente a última fala do Sr. Léo Pinheiro. Quero começar meu discurso fazendo algumas perguntas a V.Exas.

Em um dos momentos, o Sr. Léo Pinheiro disse o seguinte: “*O Presidente Lula, em algum momento, perguntou se eu tinha alguma prova.*” O Juiz Sergio Moro poderia ter feito uma pergunta elementar: “*Sr. Léo Pinheiro, o senhor anulou ou não anulou as provas?*” Mas, Deputado Nelson Pelegrino, ele também tem a prerrogativa de não perguntar, porque ele está em uma delação premiada, e o delator teria que apresentar as provas depois.

Em determinado momento, o Sr. Léo Pinheiro disse: “*O apartamento pertence ao Presidente Lula.*” O Dr. Sergio Moro também poderia ter feito a pergunta elementar: “*Sr. Léo Pinheiro, se o senhor está dizendo que o apartamento pertence ao Presidente Lula, por que o senhor colocou o seu apartamento como garantia de uma operação de debêntures? Se o apartamento é dele, por que está em nome da OAS, e o senhor o deu como garantia?*” Assim, ele estaria cometendo mais um crime.



Sras. e Srs. Deputados, está havendo um problema sério neste País: dois homens estão sendo muito pressionados, o Presidente Lula e o Juiz Sergio Moro.

Aqueles que odeiam o Presidente Lula e grande parte da mídia estão com a seguinte tática: como numa luta de boxe, parte da grande mídia e aqueles que odeiam o Presidente Lula estão querendo que o Presidente Lula fique cambaleando na opinião pública para que o Juiz Sergio Moro dê o nocaute final. Aí, eles passam a pressionar o Juiz Sergio Moro.

Deixem-me falar uma coisa aqui, e muita gente pode não concordar com o que vou falar, mas tenho uma certeza, não é uma convicção: o Juiz Sergio Moro já entrou para a história, e vai entrar para a história como um cara que vai julgar à luz da Constituição. Por exemplo, por que é que o Senador Delcídio do Amaral foi preso? Sabe por que foi preso? Porque ali realmente ele estava querendo destruir provas. Ali tinha fita, ali tinha provas. Aí, ele foi preso. Agora, em relação ao Presidente Lula, existe algum *e-mail* entre o Presidente Lula e Léo Pinheiro, com o Presidente pedindo alguma coisa? Existe algum telefonema entre o Presidente Lula e Léo Pinheiro, com o Presidente pedindo alguma coisa? O Presidente Lula tem conta em algum país do exterior? Todas as contas do Presidente Lula já foram devidamente investigadas. O dono da OAS provou, no depoimento, que o apartamento tríplice não está no nome do Presidente Lula, mas no nome da empresa.

Que país é este em que alguém pode ser condenado porque parte da opinião pública quer? Só se pode ser condenado se houver o crime. Não há crime! Basta ir a qualquer cartório do Brasil para ver que esse tríplice não está no nome do



Presidente Lula! Eu estou falando isso para você, que odeia o Lula! O diabo do sítio também não pertence ao Presidente Lula, mas ao Fernando Bittar.

Eu fiquei estarelecido, porque o jornal *Folha de S.Paulo* fez uma matéria dizendo que o Léo Pinheiro apresentou como prova o registro de dois pedágios, porque um automóvel do Instituto Lula passou nesse pedágio. Foi a prova que o cara apresentou contra o Presidente Lula!

Vocês que odeiam o Lula, respeitem Sergio Moro! Vocês estão pensando que Sergio Moro vai fazer o que vocês querem!

Eu nunca pensei na minha vida em concordar com o jornalista Reinaldo Azevedo. Mas você que odeia Lula leia hoje um artigo de Reinaldo Azevedo.

Nunca pensei, Reinaldo, em concordar com você! E já estão chamando você de mortadela, viu, Reinaldo? Mas você hoje mostrou que se pode fazer jornalismo com dignidade neste País.

Esse cara odeia o PT, mas fez um artigo competente. Não adianta você odiar e você querer prender. Vocês não vão prender Lula! *“Ah, Sergio Moro adiou!”* E aí há todo tipo de ilação: *“Sergio Moro adiou porque provavelmente Sergio Moro sabe que vai ter que ganhar tempo para administrar a pressão da opinião pública”*.

Hoje Sergio Moro escreveu um artigo num dos jornais do Brasil. Eu quero pedir a vocês que odeiam o Presidente Lula que leiam o artigo. Vocês vão ver que Sergio Moro não vai conseguir deixar o Presidente Lula inelegível. Eu tenho certeza de que ele vai julgar à luz da Constituição. Ele não vai conseguir deixar o Presidente Lula inelegível. Não existem provas, eu repito!

Eu não quero falar nomes aqui, mas eu desafio o povo do PSDB. Não quero falar, porque tem muita gente ferida aqui. Eu só quero falar sobre Lula, porque



antigamente o diabo era Lula, agora tem um bocado de gente aqui ferida. Mas eu não quero chutar cachorro morto.

Pois eu quero dizer a vocês que Sergio Moro não vai condenar o Presidente Lula, porque vai julgar à luz da Constituição. Então, para você que odeia o Lula, para a senhora que odeia o Lula, eu digo: o apartamento não é dele; o sítio não é dele; das palestras todas há nota fiscal; não existe *e-mail*; não existe telefonema; não existem contas no exterior. V.Exas. sabem quem tem contas no exterior! Eu não quero falar aqui, não, porque está no hospital, com vergonha de vir para cá.

V.Exas. estão caladinhos. Vão defender o que é V.Exas.! Eu estou aqui defendendo o Lula. Vão para lá defender o que é de V.Exas.!

Sabem por que não vão defender? Porque lá, sim, todos são culpados! Lá existem provas. Lá existem contas na Suíça. Lá existem contas nos Estados Unidos.

(Palmas.)

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, já foi concedido 1 minuto a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, nós queremos manter o texto...

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Caetano, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Danilo Cabral votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpem-me, houve um erro da minha parte. Para falar a favor do requerimento de destaque, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leo de Brito votou com o partido na última votação.

O SR. CABUÇU BORGES (PMDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Cabuçu Borges votou com o partido.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste destaque, nós pretendemos suprimir uma das questões mais importantes deste projeto, que são as chamadas contrapartidas que os Estados devem oferecer ao Governo Federal para que haja o refinanciamento das suas dívidas.

Nesse caso específico, estamos tratando da questão da privatização. Nós queremos suprimir esse artigo com o objetivo de que os Estados possam levar ao Governo Federal uma proposta, em vez de serem obrigados a entregar o seu patrimônio, aquilo que muitas vezes influencia o desenvolvimento regional, que é



decisivo para que o Estado possa retomar o seu desenvolvimento e o seu crescimento econômico.

Por exemplo, se o Estado de Minas Gerais tiver que entregar, privatizar a CEMIG, que é o maior instrumento de desenvolvimento do Estado, ele demorará muito mais tempo para se recuperar. O Estado vai entregar esse patrimônio, esse instrumento de desenvolvimento na Bacia das Almas para multinacionais, provavelmente as chinesas, que vêm adquirindo diversos patrimônios.

Por isso, na nossa opinião, fazer essa privatização é repetir o erro do Governo Fernando Henrique Cardoso, que desestruturou, que desorganizou o Estado brasileiro.

Agora, quer se fazer novamente esse tipo de política, que não é boa para o Estado brasileiro e para os Governos dos Estados. Por quê? Porque ela não permite a retomada do crescimento econômico.

Nós temos, sim, que permitir a cada Estado que faça o seu plano de recuperação. Caberá ao Governo Federal aceitar ou não esse plano. Vai haver uma negociação, mas não pode ser colocado como obrigatória a entrega desses recursos. Esses recursos são importantes. Cada Deputado e cada Deputada sabem, no seu Estado, o quanto eles são importantes.

O Rio de Janeiro cometeu o erro gravíssimo de entregar a CEDAE à privatização. O Rio Grande do Sul, se entregar o seu patrimônio à privatização, também cometerá um erro. No Estado de Minas Gerais, o Governador Fernando Pimentel já disse que não vai entregar à privatização a CEMIG, exatamente pela sua importância.



Existem patrimônios que são estratégicos para o desenvolvimento local e para o desenvolvimento nacional. Quantos anos ficamos sem um satélite de comunicação para fazer a comunicação no País, porque ele foi entregue para os mexicanos! Construiu-se outro satélite, e o Governo Federal, agora, quer privatizar esse satélite.

Nós não concordamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, peço para falar pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM - Para orientar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de anunciar a presença do nosso Vereador Nunes Coelho, da Câmara Municipal de Taubaté, no Vale do Paraíba.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Mesa Diretora dos trabalhos e aqueles que estão nos assistindo neste momento nas galerias e em casa, o que aconteceu e que está acontecendo hoje aqui em frente ao Congresso Nacional, na mobilização permanente dos representantes dos povos indígenas, é uma reação a sucessivas matérias que desrespeitam direitos — e eu quero repetir esta palavra: direitos —, e não favores que têm que ser dados aos povos indígenas.

Essa proposta de emenda à Constituição que ameaça congelar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil está retirando direitos dos povos indígenas. Membros da CPI da FUNAI e INCRA foram transportados por aeronaves custeadas por empresas ligadas a latifundiários, que têm tido como principal objetivo fazer com que os povos indígenas sejam criminalizados.

Então, esses movimentos que lutam pelo direito à terra no Brasil, essas manifestações dos povos indígenas e a sua mobilização são reações contra a retirada de direitos, que estão sendo feridos e desrespeitados. Infelizmente, o que está acontecendo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Presidência da República não são pontos fora da curva. Todo dia um direito da população brasileira está sendo desrespeitado aqui dentro.

Imaginem que se quer votar uma “reforma trabalhista” — entre aspas — que está jogando na lata do lixo a Consolidação das Leis do Trabalho, que retira mais de 100 direitos dos trabalhadores previstos na CLT.



Neste momento, no plenário da Câmara dos Deputados, está sendo votada uma matéria que, em nome de renegociar a dívida dos Estados, na verdade quer privatizar tudo que seja possível e ampliar a contribuição previdenciária de servidores que não estão nem recebendo salários.

Eu aproveito este momento para pedir o apoio de cada um dos Deputados e Deputadas. O destaque que está sendo votado agora trata exatamente de não permitir que, em nome dessa renegociação, se privatizem estatais a preço de banana, a exemplo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro — CEDAE.

Essa escalada que quer retirar direitos necessariamente vai ter um fim com a saída de Temer da Presidência da República. Dia 28 de abril está chegando. Fora, Temer! E a mobilização só vai se ampliar.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PP entende que esta matéria deve ser resolvida hoje e deve ir para o Senado, deve ser aprovada lá sem ser mexida e sem necessidade de que volte para cá. Em seguida, ela será sancionada, para tranquilizar os Estados e os servidores, principalmente os que estão sem receber os salários.

O PP, Sr. Presidente, vota “sim”, para manter o texto, e pede a V.Exa. que coloque “sim” para toda a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB, o PSDB, o PR, o PSD, o PSB, o DEM, o PTB, o PRB, o Solidariedade, o PSC, o PPS e o PV são os partidos da base.

Como vota o PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, este destaque é aquele que vai deixar claro quem neste plenário quer obrigar os Estados a privatizarem todo o seu patrimônio público, porque há um inciso que diz exatamente isto: “*bancos, saneamentos e outros*”. Ou seja, é como se obrigassem o Rio Grande do Sul a vender o BANRISUL, a CORSAN, a SULGÁS, ou seja, a vender todo o seu patrimônio.

Quem quer ajudar os Estados sem obrigar a privatização desses patrimônios deve apoiar esse destaque, porque vai ajudar na renegociação da dívida, mas não vai obrigar o Rio Grande do Sul a vender o BANRISUL, a CORSAN e a SULGÁS. O mesmo podemos dizer em relação aos outros Estados.

Por isso nós orientamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luis Carlos Heinze, na votação anterior, votou com o Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT?

O SR. BALEIA ROSSI - Sr. Presidente, o PMDB depois.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PCdoB somos contra a perda de autonomia dos Estados. Querem impor uma agenda neoliberal aos Estados, querem tirar a autonomia do voto popular nos Estados. Querem impor exatamente essa liquidação geral que está no Governo Federal. Estão entregando tudo.

Aliás, o Governo Temer está fazendo um negócio da China: entregando áreas estratégicas do Brasil ao capital internacional.

É nesse sentido que nós votamos contra isso. Os Governadores são eleitos em cima de um programa, e os Estados têm autonomia contra a privatização, principalmente em relação aos serviços de água e de energia.

Somos contra essa privatização. Por isso votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque é uma grande oportunidade para este Parlamento, é a oportunidade de fazer o contraponto nessa tutela, nessa intervenção indevida, através das contrapartidas que o Governo Federal apresenta a esta Casa, ao povo



brasileiro, à sociedade brasileira. A aprovação dessas contrapartidas é um verdadeiro absurdo.

Desde o primeiro momento, nós nos manifestamos pela recuperação fiscal dos Estados, mas essas contrapartidas superam todas as exigências razoáveis para o funcionamento do Estado. Nós vamos acabar, aqui, contribuindo para o desmerecimento do próprio Governo Federal, que não cumpre a sua responsabilidade, que impõe e que tutela.

Por isso o PDT vai votar “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PCdoB muda para obstrução.

Como vota o DEM?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom que fique claro que o que está se fazendo é autorizar os Estados que precisarem desse privilégio a darem uma contrapartida.

Se o meu Estado estivesse da maneira que o atual Governo recebeu, 10 anos atrás, eu posso assegurar que a Bahia não precisaria dar nenhuma contrapartida, porque não precisaria aderir a este acordo.

Agora, o Rio Grande do Sul vai ter que dar contrapartida, sim. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul não tem mais sentido; o da Bahia já foi privatizado, todos os outros já foram privatizados. O Rio Grande do Sul vai manter o dele com o dinheiro dos outros, com o dinheiro dos baianos?



Eu represento o povo da Bahia. O povo da Bahia vive muito bem sem banco do Estado da Bahia. O Rio Grande do Sul vai manter o banquinho? Pode manter, mas não terá dinheiro federal.

Portanto, nós votamos, Sr. Presidente, “sim”, para que quem receber benesses, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul ou Minas, dê contrapartida, para que os outros Estados do Brasil, os mais pobres, não tenham que pagar por eles.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - A Minoria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, quanto ao texto do PLP 343, do Relator Pedro Paulo, é verdade o que disse o Deputado Aleluia: “autoriza”. Mas a autorização não precisa ser da Câmara dos Deputados. O Governador poderá encaminhar à Assembleia Legislativa a privatização.

O problema não é o “autoriza”, mas o problema é que está dito privatização de empresas do setor de saneamento, do setor elétrico, do setor de energia elétrica e outros até quitarem a dívida, num momento em que há uma subapreciação, ou seja, num momento em que o preço das empresas estará em baixa. Isso será um mau negócio para os Estados, vai queimar ativos. Quando voltar a ter que se pagar a dívida, não vai mais haver essas empresas.

É por isso que o PT orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT já orientou.



Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, vejam bem que esse é exatamente um destaque que tem a possibilidade de impedir a privatização a preço de banana de companhias estaduais, muitas delas com superávit, como é o caso da CEDAE, no Estado do Rio de Janeiro.

O inciso I, que estaria sendo retirado, diz: *“A autorização de privatização de empresa do setor financeiro, de energia e saneamento, e outros.*

É uma exigência que o Governo Federal está fazendo para aprovar isso que seria um adiar do pagamento da dívida. O que é um adiar? Na verdade, não se tem uma dívida que deixa de ser paga; pelo contrário, coloca-se a bomba no colo do futuro Governo, pagando juros sobre juros. E, no meio tempo, eles querem privatizar tudo que seja possível.

Nós não aceitamos isso. Por isso, o PSOL está em obstrução, a favor do destaque e contra o texto do Relator. O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em princípio, a questão da CEDAE, no Rio de Janeiro, será negociada ainda nas contrapartidas, evidentemente. Mas, como princípio, eu sou favorável às privatizações.

Eu acho que o Estado sempre foi um mau gestor. No começo deste milênio, nós tivemos esse exemplo da promiscuidade público-privada a que ficamos mergulhados nesses últimos anos, começando com os Correios, com o mensalão e, depois, entrando pelo setor petrolífero, com o petrolão, o eletrolão e tantos outros



“ão”, justamente porque as empresas estatais servem como mecanismo de promiscuidade público-privada.

Eu defendo a privatização onde não existe um compromisso social bem definido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”.

Esse projeto prejudica a população de Minas Gerais — os servidores públicos — e congela os concursos públicos. E a alternativa que Minas Gerais tem é fazer um encontro com a Lei Kandir. Isso é o justo, o correto, porque Minas, por exemplo — e os outros Estados também —, vai sair de uma situação de ser devedor da União para ser credor.

E nós não podemos entregar nossas riquezas, como a CEMIG e a COPASA, a preço de banana, de qualquer forma, prejudicando a população de Minas Gerais.

Este projeto não é a solução para Minas Gerais. A solução é fazer um encontro de contas com a Lei Kandir, para passarmos de uma situação de devedor para credor.

Por isso, nós encaminhamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um registro.

Uso esta tribuna para registrar a audiência que tive ontem com o Governador Rui Costa, com a presença dos Prefeitos Marcos Galvão, de Ibicuí; Edimario Novais, de Iraquara; Paulo Falcão, de Amélia Rodrigues; e Edvaldo dos Santos, o Kaçulo, de Gongogi.

Nesta oportunidade, discutimos questões importantes para os Municípios, especialmente as relativas ao abastecimento de água, à segurança e à saúde.

Quero agradecer ao Governador Rui Costa por ter recebido os Prefeitos e ter atendido suas reivindicações, por ter discutido e ter traçado um plano de atendimento a esses Municípios, especialmente aos que são castigados pela seca e que estão em dificuldades.

Gostaria que fosse dado como lido esse meu pronunciamento sobre o evento realizado com o Governador Rui Costa e que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna nesta oportunidade para registrar a reunião que tivemos no dia de ontem, dia 24 de abril, no gabinete do Governador Rui Costa, com a presença dos Prefeitos Marcos Galvão, de Ibicuí; Edimario Novais, de Iraquara; Paulo Falcão, de Amélia Rodrigues; e Edvaldo dos Santos, o Kaçulo, de Gongogi.

Na reunião, tratamos sobre o problema de abastecimento de água nos distritos Ibitupã e Água Doce, no Município de Ibicuí, bem como sobre a



necessidade da indicação de um delegado titular para o Município e da organização do efetivo de segurança pública para as festividades do São João, que é considerado um dos melhores do País.

Na audiência, o Prefeito Marcos Galvão solicitou a reforma do auditório do Colégio Estadual São Pedro, reivindicação histórica da população, e uma rodovia estadual de 75 quilômetros.

O Governador Rui Costa comprometeu-se em levar água de boa qualidade para os ibicuienses, destacar um efetivo policial para as festividades do São João e envidar esforços para destacar um delegado titular para a cidade.

O Prefeito Edimario Novais externou preocupação com o possível cancelamento da festa de São João de Iraquara, pois o Município vem passando por graves dificuldades financeiras e só poderá realizar o São João com o apoio do Governo do Estado.

Edimario pediu também que o Governador pudesse realizar uma obra de captação do Rio Tijuca para beneficiar a cidade, pois a água da cidade é salgada e o povo iraquarense sonha em beber água doce do Rio Tijuca. Solicitou, por fim, o asfaltamento de rodovias e estradas vicinais do Município.

O Governador Rui Costa comprometeu-se em ajudar Iraquara para a realização do seu tradicional São João, asfaltar as estradas e rodovias e realizar um estudo para verificar a possibilidade de captação de água do Rio Tijuca.

O Prefeito Paulo Falcão explicitou a intenção de implementar um polo industrial em Amélia Rodrigues, inclusive já há uma área disponibilizada pelo Município para o polo. Esse polo fará com que a arrecadação da administração



municipal cresça de forma sustentável, gerando emprego para o Município e a região.

Foi reforçada a importância da reforma da estrada que liga a cidade ao distrito de São Bento. A reforma foi acertada há cerca de 1 mês, em audiência com o Secretário de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação — SEINFRA, Marcus Cavalcanti, e foi debatido o plano de reforma do Estádio Municipal Mário Nascimento Souza, o Mourão.

O Governador Rui Costa comprometeu-se em priorizar a avaliação da instalação do polo industrial, reformar a estrada e o estádio municipal.

O Prefeito Kaçulo informou que, apesar de 55 anos de emancipação do Município, ainda existem alguns distritos que não possuem tratamento de água, como Itapirama e Nova Palma. Por isso, solicitou ajuda para construção de dois sistemas integrados de tratamento, um para Itapirama e um para Nova Palma, porque sozinho o Município não consegue arcar com esses investimentos.

Além dos sistemas de tratamento de água, foi abordada a necessidade de uma nova ambulância e de um ônibus escolar. Também foi debatida a recuperação do Estádio Municipal Osmar Fernandes de Oliveira.

Assim, quero agradecer ao Governador Rui Costa pelo pacto firmado com os Prefeitos na reunião e pelo compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado e com os baianos.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, bem como pelos meios oficiais.



O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido pronunciamento acerca de decisão infeliz desta Casa no âmbito da Comissão que tratou da famigerada reforma trabalhista. Essa decisão foi um golpe contra os trabalhadores e é uma ameaça ao legado de conquistas históricas da classe trabalhadora. Nós vamos estar no Plenário resistindo.

Não poderia deixar de aproveitar este momento para pedir aos trabalhadores, ao movimento social e sindical, para que todos estejamos mobilizados nessa grande greve marcada para o dia 28 de abril, próxima sexta-feira. Estaremos unidos com o povo brasileiro, resistindo aos ataques contra os seus direitos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, a agenda de ataques aos direitos da classe trabalhadora segue em ritmo acelerado, e a base de apoio do ilegítimo Michel Temer, do PMDB, tenta aprovar, a todo custo, as reformas encomendadas pelos empresários financiadores do golpe, antes que a resistência ao Presidente golpista cresça ainda mais.

A Câmara mais uma vez amanheceu fechada, com grades em todas as entradas. Isso porque esse Governo ilegítimo do PMDB/PSDB sabe que a população é contrária a essas reformas, que atacam os direitos dos trabalhadores.

Convido todos os brasileiros a estarem nas ruas na sexta-feira, dia 28 de abril. Vamos parar o Brasil, parar a produção, mostrar que somos contrários a esse Governo que se tornou uma máquina de moer direitos dos trabalhadores, numa verdadeira carnificina.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a agenda de ataques aos direitos da classe trabalhadora segue em ritmo acelerado, e a base de apoio do ilegítimo Michel Temer, do PMDB, tenta aprovar, a todo custo, as reformas encomendadas pelos empresários financiadores do golpe, antes que a resistência ao Presidente golpista cresça ainda mais.

A Câmara mais uma vez amanheceu fechada, com grades em todas as entradas. Isso porque esse Governo ilegítimo do PMDB/PSDB sabe que a população é contrária a essas reformas que atacam os direitos dos trabalhadores.

O Brasil se pergunta: para quem essa proposta significa modernização da legislação trabalhista? Para o trabalhador que perde os direitos garantidos na CLT é que não é!

Essa reforma não tem nenhum comprometimento com os trabalhadores. Desde quando aumentar a terceirização, transformar emprego fixo em bico, permitir que seja mais fácil demitir e diminuir multa para patrão que não cumpre com suas obrigações é modernizar a legislação trabalhista?

Somos contra a reforma trabalhista proposta pelo Governo ilegítimo do PMDB/PSDB e por sua base aliada. Essa proposta é um desastre completo e transforma as relações trabalhistas em terra sem lei, devolve o trabalhador brasileiro para escravidão.

O objetivo do projeto não é modernizar a legislação trabalhista, é flexibilizar direitos e legitimar a precarização do trabalho no Brasil, garantindo segurança jurídica e mais lucros para as empresas que utilizam formas de contratação hoje consideradas ilegais. Ao contrário do que Temer diz, isso não vai gerar mais empregos, mas vai multiplicar as formas de trabalho precário, com salários baixos,



falta de direitos e aumento da rotatividade, que será maior do que a que existe atualmente.

Não adianta os meios de comunicação, sobretudo a *TV Globo*, manipularem as informações, ficarem horas dizendo que isso vai aquecer a economia, que sem reformas o Brasil virará o caos, que a crise econômica vai piorar, porque, em 2008, tivemos uma das maiores crises econômicas da história e nenhum direito foi retirado.

O que gera emprego é um projeto de desenvolvimento inclusivo, com investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e aumento de produtividade.

Convido todos os brasileiros a estarem nas ruas nesta sexta-feira, dia 28 de abril. Vamos parar o Brasil, parar a produção, mostrar que somos contrários a esse Governo que se tornou uma máquina de moer direitos dos trabalhadores, numa verdadeira carnificina.

Sr. Presidente, rogo a V.Exa. que receba como lido este pronunciamento e que lhe dê divulgação pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

O SR. BALEIA ROSSI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Baleia Rossi.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero registrar que a Oposição mente quando diz que a modernização das leis trabalhistas vai prejudicar o trabalhador. É o contrário. Ela vai possibilitar que novos empregos sejam gerados no Brasil.



Nós não vamos permitir que a mentira prevaleça neste Parlamento. Portanto, nós iremos votar essa modernização, para o bem do trabalhador, para que possamos enfrentar, com a geração de empregos, a situação dos 13 milhões de desempregados, que foram deixados pelo Governo anterior.

Segundo, quero pedir para que os Deputados do PMDB compareçam ao plenário para votar “sim”, para manter o texto da recuperação fiscal, porque as contrapartidas são fundamentais. Nós temos uma solução única e última para esses Estados que estão em situação pré-falimentar.

Não é justo, portanto, que as contrapartidas não sejam exigidas pelo Governo Federal. Os outros Estados também olham isso, e nós temos que ter a condição de dizer: o Governo Federal tem um plano para esses Estados pré-falimentares. Mas os Governos Estaduais que aderirem a esse projeto precisam fazer o dever de casa, economizar, ter uma gestão melhor.

Por isso, o nosso encaminhamento é “sim”, para manter o texto e manter as contrapartidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Prefeito de Mauá, Átila Jacomussi, que foi Vereador em Mauá, foi Deputado Estadual e está desempenhando essa importante missão em uma cidade da região do Grande ABC paulista com quase 500 mil habitantes. É uma árdua missão, mas eu tenho certeza de que, com a sua capacidade, conseguirá levar a Mauá uma qualidade de vida melhor.



Então, nós o saudamos aqui e lhe desejamos todo sucesso na empreitada de governar essa importante cidade do Estado de São Paulo, do Grande ABC paulista, que é a cidade de Mauá.

O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos os Vereadores do Brasil que estão aqui em Brasília, na Marcha dos Vereadores, em particular as Vereadoras Erika e Marjorie Lacerda e os Vereadores Artur Bruno, José Almir, Felipe Rebouças, Cláudio Roberto e Jobede Cirilo, do Município de Icapuí, Ceará; Daniel Rumão, de Fortim; e os Vereadores da cidade de Meruoca, Ana Carina, Mauricio Mascarenhas, Thiago Marques, Márcia Nascimento, Genival Diniz e Mardonio Cavalcante. Esses Vereadores estão nos visitando, com certeza numa mobilização importante em defesa de políticas públicas dos seus Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem ouve os Deputados da base do Governo mentindo o tempo todo vai até achar que eles acreditam que essa proposta de destruir os direitos trabalhistas vai ter algum impacto em aumento de postos de trabalho. É óbvio que não! O Governo sabe disso!

O que aumenta, o que gera emprego é aumento de demanda. Nenhuma indústria vai contratar mais trabalhadores se ela não tiver a perspectiva de vender mais produtos. O comércio não vai contratar mais trabalhadores se não tiver aumento de demanda. A área de serviços não vai contratar mais trabalhadores se não tiver atividades para serem desenvolvidas.



Portanto, essa proposta de destruir os direitos trabalhistas só tem uma vantagem: aumentar o lucro dos empresários, aumentar sua margem de lucro, baratear a força de trabalho do trabalhador brasileiro. É única e exclusivamente a isso que se presta essa proposta que o Governo golpista está defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 315, de 2017, que propõe o fim da obrigatoriedade do serviço militar. Eu tenho feito esse debate na periferia do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias. Percebemos que o filho do trabalhador, aquele jovem da periferia que está concluindo o segundo grau, iniciando o terceiro grau, é arrimo de família, tem que sair, servir as Forças Armadas, retorna 1 ano depois tendo que reorganizar a sua vida, o que é um drama para as famílias.

Então, apresentei a PEC pelo fim da obrigatoriedade do serviço militar. Eu quero agradecer aos Deputados que assinaram e apoiaram a minha iniciativa para que ela tramite aqui na Casa. Peço ao Presidente que agilize a instalação de Comissão Especial para que esta Casa consiga fazer aprovar essa PEC tão importante para a juventude da periferia das grandes cidades.

Obrigado.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, primeiramente peço a meus colegas Deputados e Deputadas que votem “sim” a este destaque.



Agradeço a todos os colegas o apoio que foi dado nas votações da semana passada. Nós conseguimos aprovar o texto principal da renegociação do ajuste fiscal.

Eu peço aos meus colegas Deputados e Deputadas que nos ajudem a aprovar esses destaques, porque, com certeza, estarão sendo solidários com o Estado do Rio Grande do Sul, com o Estado de Minas Gerais e com o Estado do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, eu espero que os demais Estados não precisem fazer esse tipo de negociação. Espero que a economia melhore, mas agora V.Exas. estão dando apoio aos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Agradeço muito todo o apoio e consideração dos Parlamentares.

Peço a V.Exas. que venham ao Plenário para aprovarmos os destaques hoje.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Hauly votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Muito obrigado, Deputado Mauro Pereira.

Concedo a palavra ao Deputado Caetano.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se aqui estivesse, teria votado de acordo com meu partido.

Obrigado.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há poucos minutos houve uma manifestação dos índios, do povo



indígena. Juntamente com vários Deputados, com o Deputado Paulão, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e com alguns Senadores, ficou acertado que os índios serão recebidos amanhã no Senado Federal.

Gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. também abrisse agenda para receber essa Comissão, para que possam dialogar. Não é justo os índios chegarem aqui e serem recebidos com bombas. Aqui é a Casa do Povo.

Nós entendemos que seria importante que a Mesa da Casa recebesse também os representantes do povo indígena, para fazer o diálogo, para ver suas reivindicações e para buscar, junto com o Presidente da República, atender às reivindicações desse povo tão sofrido, que tanto luta pelos seus direitos.

Muito obrigado.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Sr. Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Assis Melo.
Depois falará a Deputada Christiane.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer aqui uma saudação pelo dia 21 de abril, que, além de ser o Dia de Tiradentes, é também o dia dos trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos.

Então eu quero saudar todos os trabalhadores metalúrgicos, em especial os trabalhadores metalúrgicos do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul e da região.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que nós estamos aqui nesta trincheira de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra a reforma trabalhista e contra a reforma previdenciária.



Uma saudação e feliz Dia dos Metalúrgicos a todos os trabalhadores e trabalhadoras!

Era esse o registro, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Christiane de Souza Yared.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, só quero fazer um registro para que todos saibam disso. Hoje eu estive no Seminário Internacional sobre Segurança no Trânsito, do CONASS.

Vejam que coisa impressionante: em 1996, nós tivemos 26 mil mortes de pedestres no trânsito. Em 2014, nós tivemos uma redução impressionante: houve 10 mil. Nenhuma morte seria aceitável, mas nós tivemos uma redução violenta, exatamente pelas campanhas de trânsito que foram feitas a respeito do pedestre no trânsito.

Vejam que coisa poderosa é esta, como as campanhas fazem com que haja mudança de comportamento das pessoas!

Também é importante frisar que conseguimos, agora, fazer com que o requerimento fosse aprovado. Teremos uma audiência com o FUNSET, para sabermos onde são colocados os recursos das multas, para que realmente possamos trabalhar com campanhas de trânsito poderosas, campanhas maciças e massivas, que possam atingir todos os usuários, a fim de termos uma diminuição razoável das mortes no trânsito.

Muito obrigada.



O SR. MARCON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

Depois falará o Deputado Marcon.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero apenas lembrar, especialmente à bancada do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que esse é o destaque que vai acabar com a CEDAE, com o BANRISUL e com a CEMIG, como acabou a Light no Rio de Janeiro.

Então, Sr. Presidente, é importante que nós, que defendemos a CEDAE e seus servidores, o BANRISUL e a CEMIG, votemos “não”.

Nós estamos entregando a água do Rio de Janeiro à iniciativa privada. Isso é um completo absurdo!

Nos Estados Unidos, por exemplo, é o Exército que toma conta da água. No Brasil, nós entregamos a água à iniciativa privada, com todo o processo pronto.

Nós estamos fazendo o que foi feito com a Light, Sr. Presidente, quando 2 mil trabalhadores foram mandados embora. Depois, voltaram, reencamparam.

O SR. MARCON - Sr. Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Nós estaremos cometendo...

O SR. MARCON - Sr. Presidente, eu só quero dizer aqui que esta semana é muito importante para o Brasil...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Gente, que falta de respeito! Que falta de respeito!

O SR. MARCON - V.Exa. já falou!



A SRA. LAURA CARNEIRO - Que diabo, eu estou terminando a minha fala! Quem é o outro que está falando junto? Meu Deus do céu, o respeito nesta Casa acabou!

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, Sr. Presidente, isso não é brincadeira, não! Estou falando de milhares de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro que precisam que nós votemos “não” a esse destaque.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra, pela Liderança do PRB, ao Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que acompanha esta sessão pelos meios de comunicação, hoje, votando os destaques, nós vamos encerrar um ciclo com o qual a Câmara dos Deputados dá ao Brasil e aos Estados brasileiros uma nova oportunidade de reorganização.

Afinal de contas, será essa lei que estamos votando, com todos os seus destaques, que dará aos Estados brasileiros aquilo que neste momento tem sido pedido por todos os Governadores: uma oportunidade de dívidas acumuladas de formas mais diversas durante décadas serem repactuadas, reorganizadas; e, inclusive, receberem os Estados brasileiros ajuda do Governo Federal para atravessar esse momento de crise, de vendaval, de tempestade pela qual passamos na economia do Brasil e, conseqüentemente, passamos nos Estados e nos Municípios.

Sr. Presidente, a minha fala é para dizer que o PRB deu a sua colaboração com o comando do nosso Presidente em exercício, Eduardo Lopes; com o nosso Presidente licenciado, Marcos Pereira; com a pessoa do Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que está constantemente pedindo que possam socorrer o Rio de Janeiro.

O PRB chega até aqui apresentando uma colaboração equilibrada, uma colaboração sensata, que vai levar, neste momento de desespero e de sufoco, o alívio e o oxigênio de que os Estados precisam.



Sr. Presidente, não podemos deixar de parabenizar o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, Michel Temer, que tomou a iniciativa e nos deu a oportunidade de, junto com a base, termos esse momento de harmonia na federação do Brasil.

Agora é importante que esta Casa também discuta o pacto federativo. Afinal de contas, os Municípios estão desesperadamente pedindo socorro. Os Prefeitos, principalmente dos Municípios menores, estão esperando a medida provisória para repactuar as suas dívidas com o INSS, por exemplo, para sair do sufoco e caminhar de forma organizada a partir dessa renegociação.

O Sr. Presidente da República e o Ministro da Fazenda precisam, com urgência, tomar uma providência sobre essa repactuação.

Sr. Presidente, é importante dizer que, de tudo o que se arrecada, 60% fica com o Governo Federal, 27% com os Estados e apenas 13% com os Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, como Deputado municipalista que sou, quero parabenizar esta Casa e o Governo Federal por estarem, neste momento, socorrendo os Estados. Quero pedir que o Governo Federal socorra os Municípios e que esta Casa honre a sua palavra, quando disse que trataria do pacto federativo abrindo mais recursos para que os Municípios façam frente àquelas despesas que são a principal coluna desta Nação. Afinal de contas, onde mora o povo brasileiro? Moram nos Municípios. É lá que está o primeiro enfrentamento de todas as dificuldades, de todos os problemas que a população brasileira enfrenta.

Portanto, a minha palavra como Líder em exercício do meu partido, o PRB, é para reafirmar que o Partido Republicano Brasileiro tem compromisso com o Brasil, sabe do momento que estamos vivendo e quer dar sua colaboração.



Mas queremos também, Sr. Presidente, em nome de milhões de brasileiros, clamar pela repactuação do pacto federativo, através de uma iniciativa do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, algo que prometemos ao povo brasileiro. E o povo está esperando que nós apresentemos e entreguemos aquilo que prometemos.

Por isso, Sr. Presidente, aqui fica a nossa palavra, o nosso compromisso de fazer com que todos os Deputados do PRB continuem juntos, olhando para um Brasil que precisa de socorro e precisa andar para a frente.

Peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja publicado nos órgãos de imprensa desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dei entrada hoje nesta Casa a uma indicação ao Ministério da Fazenda e à Direção do Banco do Brasil para que a agência do Banco do Brasil no Município de Laje seja reaberta. A agência já foi objeto de dois assaltos criminosos. Inclusive, no último assalto, tentaram arrombar o cofre. A agência está fechada, e a Direção do Banco do Brasil está dizendo que não tem dinheiro para reformá-la e para colocar equipamentos de segurança. Nós não aceitamos esse argumento, pois a comunidade tem que se deslocar 30 quilômetros para fazer as suas operações. O Banco do Brasil tem que reabrir a agência, porque a comunidade não pode ser penalizada.

Mas quero aproveitar também, Sr. Presidente, para pedir apoio aos Líderes desta Casa e ao Presidente Rodrigo Maia para que coloquem em votação o meu projeto de lei que obriga o sistema financeiro a implantar equipamentos que inutilizam as cédulas em caso de arrombamento dos caixas eletrônicos. O meu projeto de lei aplica a caso de tentativa de arrombamento, seja de caixas eletrônicos, seja de carro-forte, como o daquele assalto que aconteceu em Ciudad del Este.

Mas todo dia a imprensa noticia que os caixas eletrônicos estão sendo explodidos no Brasil inteiro, o que causa o fechamento de agências e gera prejuízo para as comunidades. E existe uma solução técnica, que é o mecanismo, a tecnologia de inutilização dessas cédulas. Então, o bandido não vai querer roubar o



caixa eletrônico nem o carro-forte, porque sabe que não vai conseguir ficar com o fruto do roubo, porque a cédula será inutilizada.

Infelizmente, a Federação Brasileira de Bancos — FEBRABAN resiste a essa solução, que é uma solução correta. E eu queria que colocássemos esse projeto em votação, Sr. Presidente, para resolvermos definitivamente essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por uma questão de lealdade, eu quero justificar o meu voto “não”. Vou votar “não”, já votei “não”, porque tempestivamente ponderei junto ao Relator, Deputado Pedro Paulo, que vem fazendo um grande trabalho, que não é justo impor a um Estado Federado, que vai ter que assinar este acordo com a União, que tenha que vender todas as suas estatais. E é o que está escrito, com a conjunção aditiva “e”. Eu mesmo sugeri ao Deputado Pedro Paulo que colocasse a conjunção “ou”, que seria alternativa. Da forma como está, eu considero uma cláusula leonina, com a qual eu não posso concordar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não”, exatamente pelas razões que o Deputado Esperidião Amin acabou de elencar. É inadmissível. É um desmanche das unidades federativas. É a aplicação vertical do Estado mínimo e do privatismo máximo, se se



aprovar este texto que determina recuperação fiscal, juros sobre juros — empurrar com a barriga. E ainda assim o Estado para aderir tem que se desfazer de todo o seu patrimônio e das suas estatais. Isso é absolutamente inaceitável!

Eu queria, por fim, Sr. Presidente, dar aqui como lido um texto meu, um artigo que fala sobre a pressa e a lentidão deste Governo ilegítimo. Há pressa para precarizar direitos. Hoje, a Comissão Especial da Reforma Trabalhista sequer concluiu a apreciação da matéria. E há lentidão para tratar da devastação dos povos indígenas e para acompanhar a chacina abominável do norte do Mato Grosso.

O Governo está omissos. O Ministro da Justiça, que, aliás, é ruralista, parece que não percebeu a gravidade dessas questões.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo publicado hoje, dia 25 de abril, no Blog do Noblat. Trata da pressa do Governo em retirar direitos trabalhistas e proceder a mudanças na Previdência.

Para fazer de conta que está “tudo normal” no País, o Governo Temer acelera a retirada de direitos trabalhistas e mudanças na Previdência que afetam os que mais dela precisam. A “pinguela” sobre o pântano da crise nacional precisa mostrar resultados a esse ente poderoso e invisível chamado mercado, que a sustenta.

Alvejada pelas delações da Odebrecht — outras virão —, a coalizão de investigados, devotos do Estado mínimo e do privatismo máximo, proclama, através de seu chefe, que um mero “acidente ou a delação de alguém não pode parar o País”. Devia, para, com um freio de arrumação, superar a promiscuidade público-



privada e o capitalismo de laços. Ele é negativo inclusive para o ambiente de negócios que se pretende ativar.

O Congresso Nacional, com um terço de seus membros investigados em diversos processos, e não só no da Lava-Jato, também tinha a obrigação de parar para repensar: perceberia que não tem, hoje, autoridade moral e credibilidade política para promover mudanças que afetam o dia a dia de uma população já tão sofrida. Uma improvável autodissolução seria aplaudida.

Fôssemos uma República democrática e teríamos a antecipação de eleições gerais, para Executivos e Legislativos, com limites austeros nos gastos de campanha e igualdade na apresentação das propostas pelas diversas forças políticas. Mas isso só acontecerá com intenso clamor popular, com as praças lotadas de indignação organizada, ecoando nos acuados palácios do poder. O “paro e grito” previstos para o próximo dia 28 pode ser um impulso inicial.

A “fuga para frente” não costuma dar bons resultados. A celeridade em votar medidas que são rejeitadas pela maioria, a despeito da avalanche da propaganda oficial (caríssima, aliás) pelas chamadas “reformas”, pode levar o Governo impopular a um beco sem saída. O problema central do Brasil é mais de arrecadação do que de gasto. Mas a urgentíssima e progressiva reforma tributária não está (nem esteve, nos Governos anteriores) na agenda do Planalto, nem na pauta das duas Casas do Congresso Nacional. Também foi esquecida uma reforma política substantiva, que envolva a cidadania. Nossa democracia é cronicamente anêmica, alimentada por voto (comprado) e veto (imposto, para assegurar privilégios).

Essa pressa do Governo e da cúpula do Congresso para mostrar que tudo “funciona”, contrasta com a postura do Ministério da Justiça no caso dramático,



terrível, abominável da chacina em Colniza, no norte do Mato Grosso, quando nove assentados foram executados por pistoleiros, a soldo de fazendeiros da região. Diante de tamanha barbárie, que aterroriza 6 mil famílias que lutam por vida e terra naquele Brasil profundo, o Ministério, acólito de ruralistas, limitou-se até aqui a dizer, indiferente: “*Estamos acompanhando*”.

O lema do atual Governo é *Ordem e Progresso*. “Progresso” — e celeridade — para os de cima. “Ordem” — isto é, lentidão, repressão e omissão — para os de baixo.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra à Deputada Pollyana Gama.

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado, eu gostaria de fazer um registro da comitiva de Vereadores da Câmara Municipal de Taubaté. O Presidente Diego Fonseca, o Vereador Nunes Coelho e o Vereador Douglas Carbonne vieram a Brasília, em busca de levar para o Município o sinal aberto da *TV Câmara*. Isso conferirá à TV cada vez mais audiência. E possibilitará que a população acompanhe o trabalho do Legislativo, o que fortalece a cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só chamar a atenção de V.Exas. Uma pessoa me questionou: “*Como vocês estão votando ‘não’?*” Eu quero deixar bem claro isso, até para explicar o que está acontecendo aqui.



Há um texto que diz o seguinte: pode vender ou autorizar a “*privatização das empresas dos setores financeiros, de energia e de saneamento*”. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o texto autoriza a venda do BANRISUL, da CORSAN, de parte da CEEE — o que ainda resta — e da SULGÁS. Quem votar “sim” está votando a favor desse texto, está querendo privatizar. Quem está votando “não” está querendo retirar isso do texto, não quer este texto fajuto aqui. Este texto aqui vai privatizar.

Então, quem vota “sim”? A indicação do PMDB vota “sim”. O PP, o PSDB e outros partidos votam “sim”. Eles estão querendo privatizar.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - É exatamente por isso. Não queremos deixar que essas empresas continuem sob uma gestão incompetente e corrupta.

O SR. BOHN GASS - Quem vota “não”, como o PT, não quer privatizar.

Então, é este o debate que nós estamos fazendo. Voto “sim”: quer privatizar. Voto “não”: não quer privatizar, quer manter as estruturas públicas.

Nós só vamos recuperar o País com essas estruturas, fazendo programas públicos. Entregar esse patrimônio?! Isso já faliu 20 anos atrás. Há 20 anos, os Governos da época do Fernando Henrique Cardoso, do Malan e, no Rio Grande do Sul, do Britto fizeram a mesma lorota: “*Vamos vender. Vendendo, vamos recuperar.*” Não recuperou porcaria nenhuma! Só aumentou a dívida. E, hoje, de novo querem aprovar a mesma medida que já faliu, já faliu!

Então, quem vota “sim” vota com o texto, que vai vender o BANRISUL, que vai vender a CORSAN, que vai vender a área da energia. Quem vota “não”, como o PT, vai ser a favor dos trabalhadores e contra a privatização.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.



O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente André Fufuca, eu gostaria de fazer um pedido aos colegas Deputados e Deputadas, que são pessoas inteligentes. Peço inclusive ao meu amigo Esperidião Amin. O que nós estamos fazendo aqui é autorizar os Estados a renegociarem, a fazerem um ajuste fiscal, para poderem sobreviver, para poderem pagar em dia o salário dos servidores. É isso o que nós estamos pedindo. Isso é muito importante, Presidente André Fufuca e todos os demais colegas Deputados e Deputadas.

Nesse projeto, caso o Governador de um Estado, como o meu Governador José Ivo Sartori, do Rio Grande do Sul, queira fazer qualquer privatização, isso terá que passar pela Assembleia Legislativa do Estado. Haverá um debate no Estado. Isso é uma coisa natural.

Então, ao votarem “sim”, V.Exas. estarão dando ao Estado oportunidade para que tome a iniciativa de fazer o ajuste ou não. É isso que nós estamos oferecendo. Quem vai decidir o que vai ser privatizado, o que será bom para o Estado, são os Deputados Estaduais, lá nos seus Estados.

Portanto, eu peço aos colegas Deputados e Deputadas, especialmente àqueles que detestam o Estado do Rio Grande do Sul... Digo isso porque o Partido dos Trabalhadores quebrou o nosso Estado, faliu o nosso Estado, não deixou pedra sobre pedra, igual a gafanhoto! E agora quer continuar destruindo o Estado.

Eu peço, por favor, que todos aqueles que votaram a favor do ajuste fiscal, na semana passada, ajudem-nos. Deem uma oportunidade para que os Estado do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro possam, com os seus Deputados Estaduais, tomar uma iniciativa, tomar uma decisão. Nós não podemos subjugar os Deputados Estaduais do Estado de origem.



Então, eu peço, por favor: vamos votar “sim”.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que olhe para este lado agora.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Deputada Jandira Feghali já estava em sua vez de falar.

Têm a palavra a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Júlio Cesar.

Logo após, falará V.Exa., Deputado Fábio Sousa.

O SR. FÁBIO SOUSA - V.Exa. precisa olhar para a sua esquerda também, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Não, Deputado, essa é uma questão de ordem.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Esquerda está aqui, Sr. Presidente!

Eu gostaria de registrar para a sociedade que nos ouve que este destaque diz “não” ao texto. Trata-se de um texto que suprime uma exigência absurda de ser feita para o conjunto do País.

Nós estamos na contramão do mundo. Mais de 20 países do mundo pautam as suas empresas públicas, particularmente as de saneamento, nas mãos do Estado. A CEDAE, por exemplo, no Rio de Janeiro, gerou 300 milhões de reais de lucros e tributos para os caixas do Governo do Estado.

Então, essa chantagem que se faz com os Estados brasileiros, para abrirem mão dos seus instrumentos de desenvolvimento, para abrirem mão das suas empresas públicas, em nome de um mercado estrangeiro, de um mercado



internacional, da ganância desse capital privado, é um absurdo para com a sociedade brasileira!

Essa pressão sobre os Estados para aderirem ao acordo de financiamento é uma chantagem que lida com os Estados fragilizados. Sabem que essa medida não salvará os Estados, que esses recursos não irão para o Estado do Rio de Janeiro, como não irão para Estado algum. Isso é para favorecer o conluio deste Governo Federal com o mercado privado, com as empresas estrangeiras, que querem assumir com a sua ganância o mercado público da água, da energia e do sistema financeiro, que ainda é público no Brasil.

Para o Rio de Janeiro, isso é um imenso prejuízo. Para as populações pobres, isso é um imenso prejuízo, além de ser inconstitucional, porque vai romper contratos com diversos Municípios, que hoje têm na CEDAE a sua empresa pública de saneamento e de distribuição de água.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CESAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado Júlio Cesar, antes de passar a palavra a V.Exa., com sua permissão, gostaria de registrar a presença dos jovens que fazem parte do Programa Estágio-Visita de Curta Duração. Eles vêm abrilhantar as galerias do nosso plenário.

Sejam sempre bem-vindos!

Esta Casa apoia totalmente a interação entre a sociedade e o Parlamento.

(Palmas.)

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.



O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer o registro do sucesso da renegociação da Lei nº 13.340, de 2016, que foi objeto de negociação com o Governo durante 2 anos, por parte da bancada do Nordeste aliada à bancada do Norte, em que incluímos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste até 2011. Então, foi um sucesso!

Também foi incluída nessa negociação a conversão das debêntures do FINOR e do FINAM em ações, como foi permitido em 2001, pela Medida Provisória nº 2.156. O que houve? O Governo, por falta de informações, pediu para retirar, e foi retirada a conversão das debêntures em ações.

Sr. Presidente, estou chegando agora do Ministério da Integração Nacional. Estive lá reunido com a Dra. Cilene de Jesus Jardim Dórea, Diretora do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional.

Nós fomos lá pedir um estudo completo do estoque na época da conversão, que não aconteceu por absoluta falta de tempo, e preparar uma minuta de medida provisória ou projeto de lei, para levar à consideração da Presidência da República, do Ministério da Fazenda principalmente e do Ministério da Integração Nacional.

Saí muito feliz pelos números que me apresentaram e pela viabilidade da ideia. Isso vai contribuir para restabelecer o funcionamento de mais de mil empresas que estão com problemas do Nordeste e no...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa. Depois falará o Deputado Simão Sessim e, em seguida, o Deputado Vicentinho.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ia usar da palavra para falar de uma propositura minha, mas farei isso no momento oportuno. Eu não poderia deixar de participar deste debate que está sendo travado aqui no plenário.

Nós precisamos, na minha concepção, diminuir o tamanho do Estado. Como disse Hobbes, o grande Leviatã está destruindo a nossa economia. Trata-se de uma grande baleia, um grande instrumento estatal, que nós precisamos reduzir no Brasil, para que o Estado se torne de fato eficiente e atenda às reais necessidades dos brasileiros. Essa é a discussão que precisa ser feita.

Eu sou favorável a um novo pacto federativo em que as economias arrecadadas cheguem mais fortes aos Municípios e Estados. Enquanto isso não acontece, é de bom tom e é inteligente diminuirmos o tamanho do Estado, para que ele, menor e mais eficiente, possa atender a população naquilo que ela precisa: educação, saúde, segurança pública, salário.

É lógico que eu também defendo que os direitos dos empregados e dos trabalhadores, dos efetivos e dos concursados sejam garantidos e mantidos. Mas o Estado precisa diminuir. O Estado está grande em todo o Brasil, inclusive na União.

É preciso diminuir esse Leviatã, que está destruindo a nossa economia!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos nossos colegas do PP, partido também de V.Exa., para que venham ao plenário. Nós precisamos de um quórum maior para garantir o texto do substitutivo do Deputado Pedro Paulo.

Para isso, nós precisamos que permaneçam em plenário os Deputados que aqui se encontram, para que nós possamos agilizar a votação do PLP 343 e possamos enviá-lo ainda hoje ao Senado Federal. Isso vai tranquilizar os Estados, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul principalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero informar que está presente entre nós um dos mais importantes dirigentes sindicais deste País, o nosso querido companheiro Rafael Marques, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Ele não está aqui à toa. Antes de ele vir acompanhar a votação da “deforma” trabalhista, ele foi às fábricas e conversou durante a madrugada inteira com os trabalhadores. E esses trabalhadores, por unanimidade, acompanhando o que está acontecendo nesta Casa, decidiram em assembleias entrar em greve no dia 28.

O companheiro Rafael não está aqui por causa do imposto sindical, como alguns Deputados costumam falar. Ele está em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Sr. Presidente, com as negociações que ele tem feito Brasil afora, sobretudo defendendo com muita dignidade a categoria dos metalúrgicos, da qual eu tive a



honra de ser Presidente outrora, ele sabe o que pode significar essa história do negociado sobre o legislado, até porque a lei já permite o negociado sobre o legislado desde que seja para melhorar a condição de vida dos trabalhadores. É assim com as convenções coletivas; é assim com a jornada de trabalho; e é assim com os contratos coletivos.

O que os Deputados patronais querem aqui é negociar sobre o legislado para reduzir os direitos da classe trabalhadora.

Portanto, companheiro Rafael, você está testemunhando um grave momento da história do Brasil. Seja bem-vindo!

O SR. LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós poderíamos encerrar esta votação. Já faz quase meia hora, e o placar pouco se altera.

Eu acredito que aqueles Parlamentares que não vieram votar estão meio que fugindo desta votação. E o “não” é importante, porque nós queremos preservar as empresas públicas estaduais, entre elas a CEDAE.

Sr. Presidente, além desta pauta violenta contra os trabalhadores — terceirização, fim da CLT e da Previdência Social —, o Governo está fazendo outra maldade, está fechando agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios, deixando bairros, comunidades e Municípios sem esses serviços.



O mecanismo de fechar os bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, é para favorecer os bancos privados, os grandes grupos econômicos. Nós não podemos concordar com isso!

Além de precarizar as condições de trabalho, o Governo, ao fechar agências da Caixa e do Banco do Brasil, fecha postos de trabalho. E o Governo precisa incentivar a economia, mantendo a atividade dos bancos públicos e, acima de tudo, mantendo os empregos dos funcionários dos Correios e dos bancários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, os povos indígenas estiveram aqui na Câmara e encontraram as portas fechadas para eles. Na semana passada, foram a Polícia Civil, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária que estiveram aqui. E as portas da Câmara também estavam fechadas para eles.

Esta Casa está com as portas fechadas para o povo brasileiro, porque está legislando de costas para ele. Basta vermos as medidas que estamos votando aqui: reforma trabalhista, reforma da Previdência, congelamento do serviço público. Tudo que o povo não quer os Parlamentares estão fazendo aqui. Por quê? Porque isso faz parte da agenda deste Governo golpista!

Acredito que a melhor coisa que poderia acontecer neste exato momento seria o Presidente Michel Temer renunciar ao mandato. A crise que estamos vivendo



no Brasil está muito grande! É uma crise política. É uma crise econômica. É uma crise social. E a responsabilidade é do Governo golpista de Michel Temer. Por isso, ele tem que renunciar.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário. Logo após, pela Liderança do PSD, falará o Deputado João Rodrigues.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu agradeço e quero, em primeiro lugar, registrar, sobre a matéria que estamos votando, que se trata de uma renegociação absurda nos seus critérios para os Estados. Mais absurdo ainda é o posicionamento de Parlamentares que usam da palavra, aqui na Câmara dos Deputados, para dizer que, então, o melhor é passarmos a responsabilidade total para as Assembleias Legislativas.

Ora, assumam as suas posições! Quando eu voto “não” a essa matéria, voto “não” à privatização do BANRISUL, à privatização da CORSAN, da ACESA, da CEEE e de um conjunto de empresas gaúchas. Eu não transfiro exclusivamente a responsabilidade para o Estado ou para os Parlamentares Estaduais. Quem está votando “sim” aqui quer a submissão do Rio Grande do Sul a um absurdo e a critérios que nós não podemos aceitar.

Também, Sr. Presidente, quero me referir, neste breve pronunciamento, ao tema da reforma trabalhista. Trata-se de uma situação absurda esta Câmara dos Deputados ser atropelada pela urgência que foi votada, em uma manobra, na última semana, para impor a votação célere de uma reforma trabalhista que modifica mais de cem artigos — cem artigos — na CLT, todos no sentido negativo às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros, sobretudo às mulheres brasileiras.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas as vezes que eu escuto os representantes do Governo Temer neste Plenário falarem em base aliada, saibam que V.Exas. ficarão conhecidos como base aliada dos ricos, base aliada daqueles que sempre mandaram e pisaram nos pobres deste País. Nós somos aqueles que, contra essa reforma trabalhista, defendem o povo trabalhador. Vamos derrotá-la na greve geral de sexta-feira.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela Liderança do PSD, tem a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me utilizar a tribuna hoje, até porque, nos próximos dias, ou nas próximas horas, vamos iniciar o debate da reforma trabalhista.

Eu fiquei feliz com o meu partido, o PSD, por ter tomado a decisão colegiada de fechar questão em torno desse projeto. Mas o nosso partido é consciente e sabe que, em dado momento, pode até haver alguns excessos. No entanto, é importante dar a César o que é de César. Se nós temos alguns excessos pontuais, isso se deve ao sindicalismo pelego praticado neste País. Esse sindicalismo pelego é patrocinado pela CUT, que utilizou, ao longo da história, indevidamente, o dinheiro do nosso trabalhador brasileiro — do operário, do professor —, Deputado Fraga, que contribui com os sindicatos forçosamente com um dia de trabalho por ano.

Os líderes sindicais utilizaram esse dinheiro para humilhar pessoas, oprimir partidos políticos, trancar ruas, inibir Parlamentares e governantes, bem como para promover verdadeiras festas.

Deputado Evandro Roman, o bom sindicalismo também paga essa conta. Mas, para o bom, é bem verdade, haverá saída; para o mau, que vive grudado na teta do dinheiro do povo, não haverá alternativa.

Essa é a maior reforma de que se tem conhecimento na história. Só que um lado, até aqui, apanhou ao longo desse período. O bom trabalhador não será prejudicado. Chegou a vez do pequeno, do médio e do grande empreendedor serem



respeitados. Os abusos, em determinados momentos, até mesmo, isoladamente, da Justiça do Trabalho, permitem-nos fazer essas correções.

É impossível, caros colegas, para o pequeno empreendedor, mesmo após ter pagado todos os direitos do seu colaborador e, em alguns momentos, ter pagado até a mais, viver na expectativa de ser acionado na Justiça do Trabalho 6 meses, 1 ano, 2 anos depois e ter de pagar tudo de novo. E muitas vezes tem que pagar com aquilo que não tem. Está na hora de moralizar essa situação. E é isso que vamos fazer nesta Casa.

Caro opositores do Governo, é importante que os senhores façam uma autorreflexão. Os senhores foram beneficiados diretamente pelas mobilizações da CUT em todos os momentos. Quantas campanhas eleitorais dos senhores também vêm com subsídio dessa estrutura de militantes, financiada com o dinheiro de sindicatos! A farra vai acabar! A festa vai terminar! A partir de agora, o trabalhador que quiser contribuir, de livre e espontânea vontade, fará isso. Isso é democracia! Haverá o direito de contribuir. O que ele não pode é ser esfolado obrigatoriamente, conforme faz o sindicato do peleguismo. Mas ressalto que existem, sim, o bom sindicato e os bons sindicalistas, que nós devemos respeitar.

Antes de encerrar minha manifestação, eu trago aqui uma preocupação, Deputado Goulart.

Estava programado para o dia 3 de maio o depoimento do ex-Presidente Lula, em Curitiba. E a que nós estamos assistindo? Pelo amor de Deus, senhores simpatizantes e apoiadores do ex-Presidente Lula! Convocações e incitação de guerra em praça pública? Quantos dos senhores aqui já não foram dar depoimentos ao Ministério Público? Todos nós temos obrigação de prestar contas à Justiça.



O que não se pode ver, quando o ex-Presidente Lula é convocado para explicar o que fez com o dinheiro do povo brasileiro, são os colegas Deputados incitando as pessoas a irem para o confronto.

Parece-me que a Esquerda e o PT estão provocando a prisão do Lula! Eles querem a prisão do Lula para transformá-lo em mártir. Mas não será mártir, pois um chefe de quadrilha jamais será santificado neste País!

Quem roubou dinheiro do povo brasileiro, quem destruiu esta Nação não será santificado. Só se for santo de pau oco para os senhores, porque quem trabalha neste País e gera emprego está cansado de ser esfolado e explorado por essa raça e jamais concordará com isso. Respeitem a população brasileira!

Quer queiram, quer não, dai a Moro o que é de Moro. Dai Lula a Moro, porque ele saberá o que fazer: primeiro, o depoimento; depois, o julgamento.

Eu já vi prefeito do interior deste País preso, Deputado Celso Maldaner, por ter assinado uma licitaçãozinha. Então, para um homem que diz que não é dono de um tríplice, mas o suposto dono diz que é dono, sim; diz que não é dono de um sítio, mas o suposto dono diz que é dono, sim; diz que deu palestras, mas quem pagou diz que nunca deu, o que mais falta? Qual é a materialidade que se procura, Deputado Delegado Éder Mauro?

Chega de surrarem o povo! Parem de humilhar a população brasileira!

Na reforma trabalhista, que será a primeira a ser apreciada, nós estaremos juntos. Depois, nós falaremos do resto. Em seguida, discutiremos as demais.

Vamos aguardar os próximos capítulos. Vamos esperar o depoimento do Presidente Lula, que foi...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga. *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que encerre a votação e dizer que o Deputado que acabou de falar não tem a mínima moral para atacar o Presidente Lula. Ele, sim, tem muita coisa para responder na Justiça brasileira. Essa é que é a verdade. Falta dignidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive aqui no plenário durante toda a tramitação do PLP 343/17 e também, no ano passado, durante a tramitação do PLP 257/16, ouvindo de alguns Parlamentares que nós não estamos impondo nada aos Governadores e aos Estados. É verdade! A adesão a isso está condicionada a uma decisão do Governador e, por consequência, da Assembleia, mas é a única condição.

Portanto, aprovar a obrigação das contrapartidas para que os Estados possam ter acesso à recuperação fiscal, dizendo que isso não é uma imposição, é o mesmo que virar para alguém e dizer: *“Olha, nós não queremos te matar. Nós vamos tirar a sua comida, e você morre se quiser”*. Mas a única opção dele é ficar sem comida. É isso que estamos fazendo em relação aos Estados.

E falo não só em relação à privatização, mas também em relação à própria soberania dos Estados. Se os Estados, hoje, quiserem privatizar, eles têm



competência para isso. Se os Estados, hoje, quiserem alterar a previdência dos servidores, eles já têm competência para isso. Portanto, não é verdade que essa medida não impõe nada aos Estados. Ela é uma condicionante para o Estado ter acesso à recuperação fiscal.

Se alguém, de fato, aqui quer defender Minas, quer defender a soberania de Minas, que vote “não” a esse destaque, porque Minas Gerais sabe e saberá o que fazer com as suas empresas e com os seus servidores.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu recebi da Associação Nacional das Escolas de Educação Profissional Técnica e Tecnológica um documento de análise do programa MEDIOTEC.

É um programa positivo — o PRONATEC também é positivo —, e há metas estabelecidas. Mas não dá para entender que o Pará tenha sido aquinhado com apenas 75 vagas para a formação técnica. É inadmissível!

Então, faço um apelo à bancada paraense e à bancada da Bahia, que recebeu apenas 600 vagas para a formação profissional da juventude, que lutem por mais vagas. Esse número de vagas é inadmissível, porque são 2 Estados importantes da Federação. Há alguma matemática errada aí.

Faço um apelo ao Ministro da Educação no sentido de que reestude e reequilibre a participação dos Estados nessa possibilidade de formar os seus jovens tecnicamente.



Faço um apelo, particularmente, à bancada paraense do DEM, ao meu amigo Deputado Hélio Leite, a fim de que se some a mim nesse esforço para levar mais vagas do MEDIOTEC para o Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero responder ao Deputado de Santa Catarina que usou a palavra. Ele responde a diversos processos, alguns em que já foi condenado. Ele, inclusive, hoje, é Deputado por força de uma liminar. Então, ele sim tem que parar de ficar incitando o povo brasileiro com mentiras, acusando o Presidente Lula, que é considerado, hoje, por 50% do povo brasileiro, o melhor presidente que o País já teve. E é o favorito nas próximas eleições. *(Manifestação no plenário.)*

Vocês têm é medo de enfrentar o Lula nas urnas. Vocês querem retirar o Lula no tapetão. Vocês têm medo de defender... Eu queria ver vocês defenderem uma chapa com Temer e Aécio. Esta é a verdade e tem que ser dita para este Deputado que não tem moral para dizer o que disse neste plenário.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, permita-me só uma observação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Peço que V.Exa. encerre esta votação! Nós estamos há 1 hora aqui, e o Governo não conseguiu quórum!

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, o Deputado Henrique Fontana não tem moral. Ele não tem moral para falar.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Vamos encerrar esta votação!

O SR. JOÃO RODRIGUES - Eu só quero que V.Exa. escute.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado...

O SR. JOÃO RODRIGUES - Preste atenção, quadrilheiro!

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, eu estou inscrito aqui!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado Jorge Solla, só 1 minuto.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O Deputado foi citado.

Por favor, Deputado.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa é a prática de alguém que ajudou a acabar com o Rio Grande do Sul, que destruiu aquele Estado, onde tive a honra de nascer.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu vou pedir mais 1 minuto também!

O SR. JOÃO RODRIGUES - É alguém que contribuiu para desmantelar aquele Estado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Falta moral para V.Exa., Deputado! E falta argumento.

O SR. JOÃO RODRIGUES - É alguém que faz parte da base do PT ao longo da história!

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. sabe agredir, mas não tem argumento, Deputado!

O SR. JOÃO RODRIGUES - Concordou absolutamente com tudo o que aconteceu neste País.

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. está aqui...



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu vou encerrar a votação.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Também foi beneficiado pela marca do PT!

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. responde a processos em tudo quanto é lado.

O SR. PEDRO UCZAI - Depois nós vamos falar de organização criminosa, Deputado João Rodrigues.

O SR. HENRIQUE FONTANA - É mais um dos golpistas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado, esse tipo de discussão não é aceito.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. está com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA - Ainda me ofende! Ele não tem coragem de repetir no microfone a ofensa que fez fora do microfone.

O SR. PEDRO UCZAI - Nós vamos falar, Deputado João Rodrigues, sobre organização criminosa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. não tem ética nem moral para acusar o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O Deputado Jorge Solla está com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO UCZAI - Deputado João Rodrigues, nós vamos falar sobre organização criminosa. Nós vamos falar dos processos.

O SR. JORGE SOLLA - A palavra é minha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A palavra é sua, Deputado. Por 1 minuto a palavra é sua. *(Pausa.)*



O SR. PEDRO UCZAI - Vamos falar em muitos processos, inclusive o de merenda escolar. Eu vou falar dos processos, sim, e quem é organização criminosa em Santa Catarina. Nós vamos falar de organização criminosa, Deputado João Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O Deputado Jorge Solla está com a palavra. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Presidente, já temos 1 hora e meia de votação. Não dá mais. Tem que encerrar.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Josué Bengton votou com o PTB na votação anterior.

O SR. CAETANO - O pessoal do Governo não quer votar não. Encerre logo a votação, que já dura 1 hora e meia, Presidente!

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não quero nem responder a esse Deputado que agrediu o Presidente Lula, porque quem se reveza entre falar mentira no plenário e assistir a filme pornô aqui dentro não tem moral para atacar ninguém. Quem só fala mentira e assiste a filme pornô aqui dentro não tem moral nenhuma. Então, eu não vou nem responder a ele.

O que eu quero dizer, Presidente, é que estão morrendo de medo de enfrentar o Presidente Lula no ano que vem.

O SR. CAETANO - Esse Governo morreu. Esse Governo apodreceu.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*



O SR. JORGE SOLLA - Eu estava falando, Sr. Presidente! Resgate o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Conclua, Deputado.

O SR. JORGE SOLLA - Estão morrendo de medo, porque sabem que vão ter que enfrentar o Presidente Lula nas urnas. E vão tomar mais uma surra. A população brasileira vai bater com...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcísio Perondi, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo. *(Pausa.)*

O SR. JORGE SOLLÁ - Vocês vão apanhar nas urnas.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável, mas isso mostra que a Oposição não quer ajudar.

Os senhores me conhecem há 23 anos. Eu sempre fiz oposição ao Governo Lula e ao Governo Dilma, mas os bons projetos para o Brasil que vieram aqui — não foram muitos — do Lula e da Dilma, eu os votei. Eu vejo agora...

(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer!)

(Manifestação no plenário: Lula na cadeia! Lula na cadeia! Lula na cadeia!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!)

(Manifestação no plenário: Lula na cadeia! Lula na cadeia!)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado, Deputado...

(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!)

(Manifestação no plenário: Lula na cadeia! Lula na cadeia!)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputados, da mesma forma que nós respeitamos todos aqui, eu peço a V.Exas. que respeitem quem neste momento está usando da palavra.

Deputado Darcísio Perondi, o tempo que V.Exa. perdeu será restituído.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sim, senhor.

Nós temos, nesta hora, que pensar no Brasil como um todo e deixar questões ideológicas de lado. Todos admitem que é preciso, por exemplo, fazer a reforma da



previdência. Todos sabem que a situação não está boa; até mesmo analistas da Oposição sabem que o quadro é de horror!

Os brasileiros estão sentindo que o País estava à beira do precipício e começou a melhorar lentamente.

Então, a Oposição precisa pensar em tentar convergir. Deixem a base tentar acertar. Já está acertando! Os números já apontam melhora. A inflação é a mais baixa dos últimos 10 anos. O juro está caindo, sem inflação alta. Já há sinais de melhora no emprego. Vai estabilizar a queda do emprego na metade do ano, e aí começa a melhorar mais. A confiança do investidor já existe, até a do consumidor.

Aplaudam as coisas boas que a base está fazendo com responsabilidade. A Oposição também tem responsabilidade. Governaram por 13 anos. Acertaram um pouco; erraram bastante. No primeiro mandato, Lula pegou ainda o efeito do Plano Real e das *commodities*. A economia e o emprego andaram à época. Mas cometeram um erro: mandaram a população comprar, comprar, comprar, comprar, comprar. Abriram os cofres do BNDES — meio trilhão de reais — para o capital produzir emprego. Não deu certo. Produziram, sim, um conluio ácido, corrosivo, entre o capitalismo tupiniquim e o PT, na maior corrupção epidêmica ocorrida no mundo.

Ajudem, neste momento! Ajudem!

Eu vejo a oposição do Rio de Janeiro querendo que os aposentados morram, que os funcionários públicos do Rio de Janeiro morram, passem fome, vão para rua pedir esmola. Isso não é boa política; isso é Fla-Flu, isso é Grêmio-Inter, isso é briga de terras que os irmãos fazem. Isso não é digno.

A base está vindo votar e vai votar os destaques.



A dívida dos Estados começou basicamente lá nos governos da revolução e um pouco nos governos pós-democracia, mas mais foi antes. Em 1998, houve necessidade de se fazer uma grande negociação, que beneficiou todos os Estados, mas alguns Governadores recentes abusaram.

Lá no meu Rio Grande, o Governador anterior, o Tarso Genro, deu aumentos para os próximos 4 anos — há mais 2 anos de reajustes muito acima da inflação. Ele fez o que o Governo Dilma fez: gastou muito acima da inflação.

Então, o PT também é responsável pelo Rio Grande, com Olívio Dutra, que não tocou o projeto de um Estado reformador com Antônio Britto. Depois entrou o Tarso, que foi um desastre. Ele foi na filosofia da Dilma. E os Deputados gaúchos querem também que os aposentados gaúchos...

Essa negociação o Estado aceita ou não aceita. Não é imposição do Governo Federal. O Governo Federal tem que botar condições. É óbvio! Se o dinheiro é de todos os brasileiros, como não vai botar condições? O Governo precisa botar condições.

O Rio Grande do Sul tem terras, prédios, é proprietário de grandes terrenos na cidade de Porto Alegre. Este projeto autoriza usar esses ativos, como também privatizar.

O celular: nós já temos 250 milhões de celulares. Será que o PT iria fazer a privatização da telefonia? Será que a PETROBRAS estaria melhorando se tivesse aquela gestão política ladra? E agora ela é profissional.

Na ELETROBRAS, que poderia quebrar, a administração é profissional — até preparando no futuro para se privatizar a ELETROBRAS, se for preciso. Nós temos empresas estaduais que estão dando prejuízo. Nada com os funcionários que



ganham 20 mil ou 30 mil reais, mas elas estão dando um prejuízo. Elas não podem ser manter.

Se a Assembleia Legislativa aprovar, se os Deputados gaúchos tiverem a mesma consciência que a base aliada está tendo nos projetos de reformas que o Presidente Michel está mandando, o Rio Grande do Sul pode recuperar-se, mas isso vai ser difícil. Para o próprio Rio de Janeiro, isso vai ser difícil.

Vai haver eleição no ano que vem. Espero que o povo julgue essa gestão desastrada que houve lá. Espero que ele julgue. Não dá para tirar esse direito de um projeto que nós vamos votar para melhorar o Rio de Janeiro.

E a situação de Minas Gerais? Ah, esse é o Governador que pensa como a Dilma e está enrolado como a Dilma. S.Exa. nem está preocupado com o povo mineiro. Os Deputados do PT não estão preocupados lá em Minas Gerais com o povo mineiro também.

Estou encerrando a minha fala. Eu quero dizer aos Deputados da base aliada: é difícil reformar uma casa. O vizinho fica brabo, os filhos ficam brabos. Nós brigamos com o pedreiro, com o mestre de obra, com o fornecedor. É uma poeira danada.

É normal que a reforma provoque discussão, dúvidas, incertezas. É a incerteza que move o mundo, e a incerteza que está nos corações de muitos companheiros da base vai mover o Brasil, para o Brasil se recuperar. Mas é normal a incerteza.

E há uma forma de nós voltarmos no ano que vem: fazer chover na lavoura do povo brasileiro, fazer os juros continuarem caindo, fazer a inflação continuar caindo. O povo não começou a sentir, porque o povo ainda está endividado. Fazer a



reforma trabalhista, porque amanhã nós vamos dar de dez a zero de novo, como demos hoje à tarde, na base aliada.

Viva o Relator Rogério Marinho, do PSDB! Viva o Daniel Vilela, Presidente da Comissão da Reforma Trabalhista! Viva a todos os Deputados!

Chover na lavoura do povo brasileiro... O desemprego começa a cair no segundo semestre e, no ano que vem, começa a melhorar a oferta de emprego substancialmente.

Eu recebi um grande investidor, um grande representante do segundo investidor do Japão na semana passada, para falar sobre as reformas. Fiz uma pergunta a ele, que era investidor do Fundo de Investimento Katon: e se saírem as reformas, o que vai acontecer com os investidores internacionais?

O Dr. Alonso respondeu de pronto: “*Os investidores ficarão enlouquecidos*”. Virão correndo para o Brasil.

Eu sinto que o empresariado nacional, com quem converso, está esperando as reformas para fortalecer mais a confiança, que já está sendo recuperada. A administração de antes destruiu a confiança do empresariado nacional, destruiu a confiança do investidor. Virão os investidores internacionais, e os nacionais vão investir. E nós, no ano que vem, vamos nos reeleger. Esse é o caminho.

Temos problemas com a Lava-Jato, sim. Ela pega uma parte da Casa. O povo não diferencia quem está na lista e quem não está na lista, porque nós estamos em descrédito. A arma que nós temos é votar as medidas, que vão chover na lavoura do povo brasileiro no ano que vem. A recuperação é lenta, difícil, mas está acontecendo e vai crescendo.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela Liderança do PCdoB, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Delegado Edson Moreira.
(Manifestação no plenário: Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente!)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Já iremos encerrar.

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que fossem resgatadas as gravações antigas.

Quando Sérgio Cabral era Governador do Rio de Janeiro, o PSOL vinha elogiá-lo, e ele estava metendo a mão no Erário público. Quando Tarso Genro era Governador no Rio Grande do Sul, ele incentivava invasões diretas de laboratórios e de terras, causando prejuízo ao Erário público e trazendo francês para arrebentar as plantações lá no Estado. Também os sem-terra invadiam fazendas e destruíam pés de laranja no Estado de São Paulo e em todo o Brasil, acabando com o dinheiro público.

Só para concluir, agora temos que ficar aqui votando dívida de Estados. E, para que eles consigam esse resgate, têm que se desfazer do patrimônio público, e o povo é que vai pagar essa conta. Cambada de ladrões!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já me manifestei aqui, mas quero agradecer a meus amigos Deputados e Deputadas pelo voto “sim”, ajudando Rio Grande, Minas Gerais e Rio de Janeiro.



Quero dizer que os Governadores e Deputados Estaduais sabem muito bem trabalhar e só vão autorizar qualquer negociação caso as Assembleias Legislativas aprovem. Quero deixar isso bem claro.

Agradeço todo o apoio recebido na semana passada. O Governador José Ivo Sartori também agradece. Ele esteve aqui hoje, numa reunião entre os Governadores e o Presidente Temer.

V.Exas. podem ficar tranquilos, pois estarão sendo solidários com um Estado que ainda vai fazer muito pelo nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu quero protestar veementemente contra o uso indevido e desrespeitoso do nome do ex-Ministro e ex-Governador Tarso Genro neste plenário. Foi um uso absurdo.

Chegamos a um patamar na política em que os ataques são de baixíssimo nível, em que as pessoas não são respeitadas na sua dignidade. É impossível continuarmos convivendo dessa forma.

Repudio veementemente as palavras aqui utilizadas pelos últimos oradores contra o ex-Governador Tarso Genro, que inclusive se pronunciou na semana passada, defendendo a honra do ex-Governador Germano Rigotto, que é do PMDB gaúcho.

Ou seja, Tarso Genro é uma figura com uma capacidade de diálogo muito maior e muito mais ampla, é daquelas pessoas que são necessárias à política nacional.



Lamento que o colega que me antecedeu, sendo delegado de polícia, não compreenda a tão ampla contribuição para a segurança pública dada pelo Governador e ex-Ministro Tarso Genro. *(Palmas.)*

O SR. MAURO PEREIRA - Ele foi tão bom que foi embora do Rio Grande do Sul e agora está no Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente quero saudar todos os vereadores e vereadoras que se encontram em Brasília.

Quero dizer que, hoje pela manhã, o Presidente da malfadada Comissão da Reforma da Previdência foi copiosamente vaiado no encontro de vereadores. Por quê? Porque o Brasil, inclusive as bases desta base do Governo golpista, rejeita a reforma da Previdência e essa reforma trabalhista.

Quero citar a visita de cinco Vereadores de Camacan na Bahia: Lucas Muniz, Fernando de Mestre Pedro, Fábio Borges, Valdir Veloso e Flávio Alves. Por meio deles, faço uma saudação a todos os vereadores que hoje mostraram que as Câmaras Municipais do Brasil não concordam com essa reforma.

Srs. Deputados, a reforma trabalhista foi aprovada em tese. A mídia está dizendo que ela foi aprovada na Comissão Especial. Acontece que a Comissão Especial foi encerrada sem a análise dos destaques. O que virá para cá é um texto com muitas lacunas e manchado pelo radicalismo de direita e pela impossibilidade de análise da Oposição, dos juízes do Trabalho, de todos aqueles que trabalham nesta área, do Ministério Público do Trabalho, das associações nacionais. As suas posições não foram analisadas pela Comissão Especial e não foram votadas. Não houve a aferição daquelas vontades.

Mais tarde, tivemos uma reunião importantíssima e histórica, com todas as centrais sindicais, com confederações e federações, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, com o Senador Renan Calheiros, o



Senador Paulo Paim e a Senadora Kátia Abreu. Sem dúvida, fica patenteado que não há concordância integral com a reforma trabalhista e que, no Senado, será diferente.

Quero, portanto, fazer aqui um chamado de atenção à atual base do Governo: que vejam que as suas bases não estão favoráveis a essa reforma e à maneira como a Comissão Especial foi encerrada.

Aquele debate na Comissão Especial foi cosmético, sem validade. Ela não apreciou os destaques e não deu direito nem espaço ao contraditório.

Por seu turno, a reforma da Previdência, cuja Comissão teve os trabalhos suspensos hoje, é um absurdo! A Polícia Legislativa é tratada de forma diferente da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. As mulheres policiais se aposentam como os homens. Trata-se de um desalento, de uma atitude desestimuladora para a mulher na carreira policial.

Quando fui coordenadora da bancada feminina, conseguimos aposentadoria especial para as mulheres em âmbito nacional. Agora, o pedágio é um absurdo! Serão 25 anos de contribuição e 15 anos de polícia para as mulheres. Se faltar 1 mês para a aposentadoria, a mulher pagará um pedágio gigante até alcançar o tempo, já que não há mais aposentadoria por idade.

Do ponto de vista concreto, há um teto, tendo sido aleatoriamente escolhidas pelo Sr. Relator, por dedo, as categorias que seriam mais ou menos penalizadas.

Sobre essa reforma da Previdência, Deputada Luiza Erundina, não vou repetir o adjetivo utilizado por V.Exa. Mas ele é o adjetivo perfeito para as duas reformas. Elas são lamentáveis. Elas são excludentes.



A marca da reforma da Previdência é a exclusão social dos mais pobres, é o fim da previdência pública. A reforma do trabalho é a desproteção, é a desidratação dos sindicatos, é a unilateralidade no mundo do trabalho. Só existe o lado do capital, e o lado do trabalho ficará completamente alijado das decisões.

Por isso, nós do PCdoB temos uma posição muito firme, muito clara e sem qualquer tipo de...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, dia 25 de abril, é o Dia Nacional do Contabilista.

Neste momento em que se discutem novos parâmetros e novos paradigmas para a gestão de empresas públicas e privadas, ganha nova dimensão o trabalho do contador.

Queria aqui parabenizar todos os contadores do Brasil na pessoa da contadora Vitória Maria, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero anunciar ao Plenário as notícias que tenho recebido do Estado de São Paulo sobre a preparação de uma grande mobilização na próxima sexta-feira, dia 28.

Ainda hoje, houve uma ampla reunião dos trabalhadores do setor de transportes, os rodoviários e metroviários, que, de modo unificado, decidiram parar a cidade de São Paulo na próxima sexta-feira. A esse conjunto de categorias ligadas ao transporte somam-se dezenas e dezenas de categorias do setor público e do setor privado. São metalúrgicos, bancários, professores e trabalhadores de vários ramos que se levantam contra a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.



Isto é um bom sinal, pois mostra que o Brasil entrou noutra fase de luta e de mobilização e servirá de alerta para os colegas que vão votar essas matérias aqui no plenário.

Temos que estar sintonizados com o sentimento do nosso povo, que está indignado com a perda de direitos que representa a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

Por isso, os trabalhadores estão convocados para, no dia 28, pararem o Brasil. Espero que esta Casa ouça a reivindicação do nosso povo de que digamos “não” à reforma da Previdência e “não” à reforma trabalhista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui registrar um lamento pela forma como foram tratados os nossos povos indígenas que estão acampados há mais de 1 semana, aqui em Brasília.

Não foi a primeira vez que houve isso, pois vimos como os trabalhadores foram recebidos aqui pela Polícia Militar do Distrito Federal e pela própria Polícia Legislativa.

Os indígenas brasileiros deram uma demonstração clara de que estão muito preocupados com a situação de retirada de direitos na educação e na saúde de seu povo, com o seu direito de acesso à terra e de reproduzir a sua cultura, como está na própria Constituição Federal, e com a violência que sofrem no dia a dia.



Então, pedimos a este Parlamento que receba amanhã os povos indígenas. O Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, já vai recebê-los.

Esperamos que essas reivindicações sejam...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra a Deputada Yeda Crusius. *(Pausa.)*

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Deputado Lindomar Garçon votou de acordo com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Sras. e Srs. Deputados, logo após o término da fala da Deputada Yeda Crusius, vou encerrar a votação.

Deputada Yeda Crusius, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, quero dar como lido o meu discurso que, em tempos de Lava-Jato, trata da banalidade do mal, que é um conceito de Hannah Arendt.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos em uma época em que novos e diferentes desafios vão se impondo, em sequência acelerada, para os que, como nós, têm, na democracia e na liberdade, valores fundamentais e inegociáveis.

A democracia está em xeque em todo o mundo. Sobre isso, cito o artigo *A Democracia Sitiada*, de Sérgio Abranches, publicado pela *Folha de S.Paulo*, em 23



de abril de 2017. Também a liberdade está a requerer contornos ampliados nesta era da globalização da informação, da Internet e das redes sociais.

O nosso País em particular vive um período de transformações que considero como uma oportunidade de melhorar o sistema democrático que conquistamos e que precisa evoluir. E isso é possível. Mergulhados numa crise multifacetada — pois que é crise econômica, moral, social, política e ambiental —, os cidadãos e cidadãs brasileiros já têm se manifestado aos milhões, nas ruas e nas redes sociais, com suas opiniões e exigências para se dar fim à corrupção sistêmica, punindo seus responsáveis, e ao mau uso do dinheiro público, que engole os esforços de políticas públicas fundamentalmente necessárias, como educação, saúde, segurança.

Já passamos, muitas vezes, por períodos de turbulências e mudanças, que deixaram suas lições. Há quem as tenha aprendido, embora muitos ainda não o tenham.

Quero me referir a alguns eventos atuais, como o *impeachment* da ex-Presidente Dilma, em 2016, motivado por graves infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal. Também há a Operação Lava-Jato, que, dirigida de Curitiba pelo Juiz Sergio Moro, desde 2014, investiga desvios bilionários na PETROBRAS.

Nunca é demais frisar que, na construção da sociedade que queremos, a Lava-Jato tem papel importantíssimo. Ela é uma oportunidade ímpar de se afirmarem as instituições ligadas à justiça. De sua completude e condução depende muito o nosso futuro como um país moderno, livre e democrático.



Do processo de *impeachment*, nasceu o compromisso de se fazerem as mudanças necessárias para barrar a gigantesca crise na qual o País estava mergulhado.

No caso da Lava-Jato, o País todo e o mundo assistem, pelas TVs, ao desfile de vídeos de delações premiadas, sejam dos donos da Odebrecht, sejam de seus subordinados, contando como os desvios bilionários da PETROBRAS constituíram um sistema de corrupção, como se banais fossem. Aqueles, os donos, davam ordens, e estes, os subordinados, simplesmente cumpriam ordens, para colocar em operação o sistema de corrupção.

Também no mundo, democracia e liberdade têm enfrentado crescentes desafios. E, como não somos uma ilha, como fazemos parte de processos globais de crise e de mudanças, o que acontece lá fora repercute aqui e inevitavelmente nos afeta.

A lista de eventos externos que trago para o tema dos desafios da democracia e da liberdade é imensa. É a emergência do Estado Islâmico — EI; são as crises humanitárias geradas pelo êxodo de milhões de pessoas de países em guerra ou sob o terrorismo, levando à tragédia da migração em massa, em direção à União Europeia, transmitida em tempo real por qualquer canal de TV, celular, mídias, Internet; são as mudanças em vários países democráticos, apontando para o retrocesso que se vem registrando, com experiências do tipo bolivariano, sendo a da Venezuela a mais grave, e árabe, como a guerra na Síria e o plebiscito deste mês, na Turquia.



Como se tudo isso não bastasse, assistimos, agora mesmo, à disseminação, através da Internet, pelo mundo e pelo Brasil, desse terrível jogo, o Baleia Azul, que tem levado um sem-número de jovens a se mutilarem até o limite do suicídio.

Todas essas situações, Sr. Presidente, representam um enorme desafio à sobrevivência de instituições democráticas e livres e dos valores que as sustentam. Isso acaba inevitavelmente por nos remeter aos estudos sobre a banalidade do mal, da notável Hannah Arendt, e à sua tese central de que, contra essa banalidade do mal, não há saída fora da política. Esta é sua grande lição: é a política o instrumento essencial para a construção da liberdade e da democracia.

Uma das maiores estudiosas de comportamento coletivo, como o acontecido durante o nazismo, foi Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, autora de *As Origens do Totalitarismo*, de 1951.

Já nos Estados Unidos, para onde emigrou durante o nazismo, a autora publicou *Eichmann em Jerusalém — Um Relato sobre a Banalidade do Mal*, de 1963, a partir de suas observações durante o processo de julgamento deste que ficou conhecido como o “arquiteto do holocausto”. Quis ela entender como é possível que verdadeiras massas de pessoas, as que têm pavor do isolamento social, são capazes de optar por pertencer ao rebanho e, assim, confundindo escravidão e liberdade, sigam tais líderes com devoção e subserviência.

Eichmann afirmou, durante seu processo, que seguia ordens e, como eram ordens, deveriam ser obedecidas. Cada um da cadeia de “trabalhadores” que promoviam as ações que culminavam no fornecimento de todos os materiais, inclusive humanos, dos campos de extermínios, estaria apenas “cumprindo suas funções”, mesmo que fossem para construir e operar os campos de extermínio!



De fato, a obra de Arendt tem muito a nos ensinar sobre as questões que hoje enfrentamos. Com efeito, pertence a nossos dias a compreensão deste significativo: a banalidade do mal. Cito o caso do extermínio de comunidades de cristãos crucificados; dos assassinatos de prisioneiros vestindo uniformes laranja, por degola, transmitidos pelo Youtube em tempo real; do lançamento de gays dos telhados de edifícios, todos pelo Estado Islâmico.

No Brasil, é só observarmos o que acontece no já gigantesco sistema de crime organizado do tráfico de drogas e armas. Provas de fidelidade são exigidas, como degolas; assassinatos ao acaso; chacinas que não distinguem crianças e mulheres dentro de suas casas; destruição de ônibus a partir de comando dos presídios; matança de policiais dentro de seus postos nas cidades; cooptação de crianças para o “negócio do tráfico”. E assim vai.

Mas o que mais importa, o que, para mim, é o elemento essencial da tese de Arendt é que o conceito de banalidade do mal vem acompanhado pela afirmação de que, somente pela via política — e, não, fora dela —, é possível o equacionamento das graves questões que, de outra forma, conduzem ao conflito e, por fim, aos regimes totalitários. A negação da política, Sr. Presidente, para usar outra expressão de Arendt, é onde se encontra a origem de todos os totalitarismos.

Evidentemente, o conceito de banalidade do mal tem enorme importância no Brasil de hoje, pois aponta para a necessidade de as instituições se reafirmarem como fundamento para a sustentação de uma sociedade justa, face aos novos eventos que citamos como exemplo. Elas são a garantia da dignidade pessoal de cada cidadão e cidadã brasileiro, dentro dos valores que são a base da civilização ocidental.



A democracia que temos não é perfeita, disso sabemos. Mas é somente pela política, balizada pela democracia que temos, por ela e através dela que deve se dar a construção de uma sociedade melhor. É uma falácia pensar que é possível aprimorar a democracia e suas instituições por caminhos não democráticos. A negação da política acaba por ser a negação da liberdade e da democracia.

Assim, é mais do que nunca necessário que nós políticos trabalhem para consolidar nossas instituições democráticas, para elas que sejam o fundamento de uma sociedade justa e a garantia efetiva da dignidade pessoal de cada brasileiro.

Minha confiança nas instituições vem de minha própria formação e educação, bem como da minha experiência recente. Sendo eu uma pessoa política, enfrentei vários processos próprios ao jogo político e pude confirmar que as instituições de Justiça funcionam — cedo ou tarde, mas funcionam. E, no meu caso, felizmente funcionam mais cedo do que para outros. Embora com alguns problemas e possíveis incorreções por parte de alguns de seus membros, elas, sim, funcionam.

Quero referir os casos mais midiáticos acontecidos durante o meu Governo e pelos quais paguei caro em termos de imagem e de reputação: o do processo criminal conhecido como Operação Rodin, sobre o DETRAN do Rio Grande do Sul, de 2007; e o da compra de minha casa, de 2006. Fui inocentada dos dois: no caso da compra da casa, pelo Ministério Público Estadual — MPE e pelo Tribunal de Contas do Estado — TCE, em 2008, menos de 2 anos depois da abertura da investigação; e, no caso criminal da Operação Rodin, pelo Tribunal Regional Federal — TRF de Santa Maria, em 26 de março de /2014, 7 anos depois.

Quanto à instituição Poder Executivo, que comandeí no Rio Grande do Sul, durante o meu Governo de 2007 a 2010, a turbulência política vivida no período



poderia ter me feito desacreditar da capacidade de funcionar como o requerido. Mas, então, seriam vencedores os que buscaram manipular o povo, fazendo-o descrer das instituições, desde a escola até a Igreja e a Justiça, e levando-o a se submeter a um líder ou uma ideologia.

Fui eleita Governadora do Rio Grande do Sul com compromissos claros e transparentes, escritos no Plano de Governo de 2006, que seguimos ponto a ponto. Organizadas para inverter o histórico déficit público de 40 anos, que esgotara a capacidade de se honrarem os pagamentos, inclusive com o funcionalismo e com as leis, como a dos precatórios, todas as nossas ações seguiam o método de gestão: objetivos, metas e avaliação. Transparência, responsabilidade e respeito à lei eram normas de conduta exigidas de todos.

Enviei, por duas vezes, à Assembleia Legislativa um Plano de Reestruturação Fiscal do Estado — e, por duas vezes, ele não foi aprovado. Busquei, então, alternativas, felizmente bem-sucedidas.

A primeira medida, contando com o inestimável apoio do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade — PGQP, foi reduzir fortemente as despesas públicas, dando-lhes maior qualidade, e, ao mesmo tempo, aumentar as receitas por todos os instrumentos disponíveis.

A segunda medida foi o IPO do BANRISUL, realizado em 2007, que ampliou o capital do banco público através da venda de novas ações em todo o mundo, o que permitiu a formação dos fundos de previdência pública, para dar suporte às mudanças estruturais do sistema previdenciário.

A terceira medida foi o contrato de reestruturação da dívida com o Banco Mundial, em 2008, o primeiro contrato que ele fez com um ente subnacional — um



Estado —, que permitiu trocar papéis de dívida cara e de curto prazo por outros com taxa de juros muito menores e prazos maiores. Isso permitiu a formação de um saldo para financiar o Governo, vindo de prestações menores da dívida pública.

É exatamente isso o que se busca para o Brasil de hoje e para os Estados em quase falência, como mostra o Plano de Recuperação Fiscal em discussão no Congresso Nacional, destinado aos Estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que decretaram emergência fiscal e não conseguem sequer pagar a folha do funcionalismo a cada mês.

Mostrei, em meu Governo, contra todos os prognósticos, que o equilíbrio fiscal é possível e é bom para todos, pois, com déficit zero, melhoraram todos os indicadores econômicos e sociais.

Volto à questão central deste pronunciamento.

Em notável artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 16 de abril último, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal — STF e condutor do processo do mensalão, o eminente Ministro Carlos Ayres Britto, alertou que é indispensável que se separe o joio do joio, separando crimes mais ou menos graves nos processos em andamento na Laja-Jato, como, de resto, em qualquer procedimento judicial.

Com a devida vênia do Ministro, é, sim, necessário separar o joio do joio, mas — e S.Exa., mais do que ninguém, sabe disso — é igualmente importante separar o joio do trigo, porque, Srs. Deputados, felizmente ainda há trigo na política brasileira, e muito trigo! Ainda há muito, mas muito mais trigo do que joio. Do contrário, o colapso decorrente da crise, se tivesse continuidade, teria acontecido.

Cito fatos do Executivo de meu Estado: trigo foi o déficit zero alcançado em 2008, em meu Governo no Rio Grande do Sul; joio foi a opção pela volta do déficit



público em proporções significativas no Governo seguinte, o que levou o Estado a esta situação de penúria atual.

Trigo é o IPO do BANRISUL, que ampliou o valor do banco na Bolsa de Valores e lhe permitiu não apenas assumir o pagamento da parcela da dívida extralimite que se soma à parcela do contrato de 1998, para ficar com o banco público. Mas isso também permitiu que fossem melhoradas as condições de crédito em todos os setores.

Trigo é o contrato firmado com o Banco Mundial em 2008, mundialmente conhecido por ser o primeiro contrato do banco com um ente subnacional. Joio é o aumento insustentável da dívida pública por déficits sequenciais.

Trigo é a viabilização da revolução do Plástico Verde, concluído pelo meu Governo, na planta do Polo Petroquímico de Triunfo, de onde surgiu a invenção, com patente mundial, do próprio plástico verde, reconhecida no período. O valor ambiental dessa inovação tecnológica é incomensurável!

O Plástico Verde é produto biodegradável produzido a partir da cultura da cana-de-açúcar, setor de porte em nosso País. Através do Programa de Incentivos Fiscais, além da qualidade diferenciada de meu próprio Rio Grande, disputei e ganhei, em nome do Estado, a planta que todos os Estados e mesmo países desejavam.

A empresa decidiu pelo nosso Estado e pelo Polo Petroquímico de Triunfo por razões empresariais. Eu decidi pelo gigantesco valor ambiental, reconhecido em todo o mundo. Foi a primeira planta mundial de produção de plástico biodegradável a partir da cana-de-açúcar!



Assim como a decisão dessa planta, a produção de centenas de outras empresas beneficiadas pelo incentivo fiscal do mesmo programa de atração de investimentos permitiu que o crescimento do PIB e do emprego, de 2007 a 2010, mesmo em plena crise mundial, fosse significativo durante todo o período.

Essa foi a decisão de governo, essa foi a minha intenção, transparentemente escrita no meu plano de governo apresentado durante as eleições de 2006, vitoriosas.

Somada à própria vocação do Estado para receber tal investimento, de R\$ 1 bilhão à época, a aplicação do Programa de Incentivos Fiscais permitiu-nos vencer a disputa com o resto do mundo. Como ilustração da importância do investimento, quero citar:

- Plástico Verde produzido no Rio Grande do Sul é usado por astronautas (<http://wp.clickrbs.com.br/acertodecontas/2016/11/07>).

- Empresa japonesa começa a utilizar plástico verde produzido no Rio Grande do Sul (http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/economia/503256).

- Plástico Verde dá prêmio de sustentabilidade para O Boticário em Paris (<http://www.embalagemmarca.com.br/2016/11>).

- Milhões em sacolas de plástico biodegradável diariamente são fornecidas pelas cadeias de supermercado do Estado e do País.

Por oportuno, registro que estou solicitando, junto à Secretaria da Fazenda, o processo de concessão de incentivos à cadeia produtiva da química e do plástico, bem como o específico caso da produtora do Plástico Verde, a Braskem, para depositá-los junto aos responsáveis pela investigação da Operação Lava-Jato.



Defensora que sempre fui da reforma tributária, que avança aqui na Câmara dos Deputados sob a liderança do Deputado Luiz Carlos Hauly, estarei realizada quando a guerra fiscal patrocinada pelas distorções do atual sistema fenecer pela mudança das regras que hoje levam a ela.

O Rio Grande do Sul vivenciou os resultados da guerra fiscal quando o setor de calçados foi, em grande parte, transferido para o Nordeste, pela redução do ICMS patrocinado por aqueles Estados. Outros Estados e outros setores têm o registro dos impactos dessa guerra em sua história.

Há décadas, estamos, no Congresso Nacional, buscando eliminar as distorções do atual sistema tributário, buscando simplificá-lo e torná-lo mais eficiente dentro do federalismo, que hoje tem concentrado os recursos fiscais nas mãos da União, impedindo que Estados e Municípios tenham autonomia e responsabilidade de decidir pelos seus caminhos de desenvolvimento. Enquanto essa reforma não for finalizada, não estará completa a mudança a favor de maior equilíbrio federativo, fonte de muitos conflitos distributivos no País.

O meu compromisso com as reformas em discussão hoje — tributária, política, trabalhista, previdenciária — e, creio, o compromisso do Governo Temer, que o deixou explícito durante o processo de *impeachment*, é enfrentar as distorções que levam inclusive a comportamentos corporativos de um tempo que já não existe, atrasando o necessário ajuste que irá tirar o peso da ineficiência e da malversação dos recursos públicos dos ombros das próximas gerações. Como mostra a situação dos Estados em emergência fiscal, os quais apenas antecipam o que acontecerá no País se as reformas não forem feitas, chegamos ao limite!



Finalmente quero reafirmar, com Hannah Arendt, a minha crença na política como instrumento para se chegar, na prática, a um sistema em que os valores da liberdade e da democracia estejam presentes. Há, sim, valores inegociáveis. Dentre esses, sem dúvida, o mais importante é o da permanente busca da verdade, fim último da promoção da justiça. Lembremo-nos de que a própria Hannah Arendt, que faz parte da comunidade judaica, alertou para o fato de que os processos em Israel contra os carrascos nazistas deveriam servir à justiça e à verdade, jamais à vingança.

Tenhamos sempre presente que verdade que é objeto de comércio deixa de ser a verdade pura, é mera mercadoria esvaziada de seu conteúdo moral e ético, que facilmente se torna instrumento de interesses pessoais por vezes os mais indignos. É o que ocorre, por exemplo, no mercado da destruição de reputações, em que se permite quem com ele lucre. Ao se negociar a verdade, facilmente passa-se a tomar como verdadeira a própria mentira, a dizer que é verdadeiro o que é simplesmente falso, para que se gerem benefícios para o mentiroso ou seus superiores. Conspirar e ser ator no mercado de destruição de reputações de terceiros ou de opositores políticos é fazer da verdade, da dignidade e da honra das pessoas as primeiras e maiores vítimas.

Separar o joio do joio, bem como o joio do trigo, conservando os valores da justiça, da verdade, da liberdade e da democracia, este é nosso grande desafio. Estou segura de que conseguiremos vencê-lo se soubermos, com Hannah Arendt, reafirmar e valorizar a política como o principal instrumento para a construção da sociedade que queremos.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero esclarecer aos Deputados que esse projeto, que tive a honra de relatar, foi fruto de um acordo entre a União, os Governos Estaduais, as bancadas regionais e os partidos.

Conversamos com diversos partidos e construímos um acordo com esse substitutivo que está sendo aprovado. Mas os destaques visam justamente desconstruir todo esse trabalho que vem sendo feito há quase 6 meses, nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, eu queria apelar para os Deputados. Precisamos disponibilizar esse instrumento...

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Francisco Floriano votou com o partido.

O SR. PEDRO PAULO - Precisamos disponibilizar esse instrumento a Estados como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Lembro que esse instrumento é opcional. Se o Estado não quiser utilizá-lo, se o Estado não acredita no rigor das contrapartidas e nas medidas que têm ser tomadas ou acha que o modelo a ser seguido é outro, não irá utilizar o sistema de recuperação fiscal. Minas, por exemplo, tem dito publicamente que não vai se valer da recuperação fiscal.

Entretanto, não é justo privar desse instrumento o Rio de Janeiro, que está com o salário dos servidores atrasado, que está com a segurança pública em risco, que está com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ sem aulas e que



está com os servidores pegando empréstimos com agiotas, porque estão pagando três contas com um salário.

Então, queria fazer este apelo aos Deputados: que votassem “sim”, mantendo o texto original. Assim poderemos disponibilizar uma luz no fim do túnel, para que esses Estados saiam da sua condição de pré-falência. Essa é última chance desses Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é possível que se demore mais de 1 hora e 20 minutos para realizar uma votação. Acho que já passou do limite a tentativa de se conseguir interferir no resultado.

O Regimento determina um tempo razoável para votação, e 1 hora e 20 minutos não é um tempo razoável. Isso é uma falta de respeito com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputado, nós iremos encerrar a votação. Após o próximo orador falar, a votação será encerrada.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é justo! Estamos há 3 semanas discutindo esta mesma matéria aqui dentro, esperando a bancada do Governo ser amarrada e trazida para cá, para votar.

A bancada do Governo não quer votar esta proposta. E V.Exas. ficam protelando por mais de 1 hora aqui, esperando a boa vontade dos Deputados da



base Governo, para talvez, quem sabe, fecharem alguma negociação para poder votar. Não é justo! Não é razoável!

Eu peço a V.Exa. que encerre essa votação imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Vou encerrar a votação.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só um minutinho. Essa votação não é importante só para os Estados que, neste momento, estão passando por essa situação. São milhares de pessoas envolvidas.

Há vários prefeitos aqui. Quero registrar a presença dos Prefeitos Dr. Sadinoel, de Itaboraí, Mauro Soares, de Cachoeiras de Macacu, e Valber, de Tanguá, e dos Vereadores de Tanguá, o Luciano Lúcio, o Valdair, o Derlan e o Peixoto Sobrinho.

Vereadores e prefeitos estão aqui hoje, empenhados em resolver a questão de cada Município, das pessoas dos nossos Estados, dos servidores públicos.

Então, Sr. Presidente, não é mais 1 minuto, 5 minutos ou 10 minutos que vai atrapalhar aqui a vida de ninguém. Essa votação é muito importante para o Brasil.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 285;

NÃO: 143.

O TEXTO FOI MANTIDO.

O Sr. Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente Rodrigo Maia, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem a palavra, Deputado, para uma questão de ordem.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. informou hoje, na reunião do Colégio de Líderes, sobre o sobrestamento do andamento das proposições mesmo havendo medida provisória trancando a pauta.

A questão de ordem é com base no art. 62, § 6º, da Constituição Federal, que fala que, quando há medida provisória trancando a pauta, não cabe nenhuma deliberação legislativa. Pode haver requerimento de urgência, pode haver audiência pública, mas deliberação legislativa, nenhuma. Esse é o espírito do Constituinte.

A Casa já flexibilizou esse entendimento por meio de uma questão de ordem respondida pelo Presidente Michel Temer. E o que S.Exa. considerou à época? Considerou que matérias que não podem ser objeto de medida provisória não se submetem ao trancamento de pauta.

Eu, pessoalmente, divirjo dessa decisão da Mesa. Mas prossigo. Quais são as matérias que não podem ser, então, editadas por medida provisória? Conforme o art. 62, § 1º, inciso I, alínea "b", são elas: Direito Penal, Processual Penal e Processual Civil. Apenas o Direito Penal, Processual Penal e Processual Civil não podem ser objeto de medida provisória e, conseqüentemente, não trancam a pauta.

A reforma trabalhista, Sr. Presidente, trata de Direito do Trabalho e de processo do trabalho. Portanto, ela não está nas ressalvas do entendimento da Mesa, não podendo, então, pular-se o trancamento da pauta. Tem-se que, primeiro,



deliberar sobre as medidas provisórias, para só depois se apreciar o projeto da reforma trabalhista.

Isso, Sr. Presidente, não é uma questão *interna corporis*. A base é a Constituição Federal, é a interpretação do art. 62, § 6º.

Esta é questão de ordem, no sentido de que, enquanto houver medida provisória, a reforma trabalhista não pode ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, o art. 62, alínea “b”, fala do Direito Penal, Processual Penal e Processual Civil.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A nossa compreensão é que, no Direito Processual Civil, se encaixa a reforma trabalhista.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu me sinto obrigado a recorrer da decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está feito o recurso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 117, IX c/c 161, inciso II e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 24 apresentada ao PLP 343/17.

Sala das Sessões, em 05/04/2017

Deputado Weverton Rocha

Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Sr. Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui fazer um apelo a este Plenário no sentido de que mantenha coerência com a decisão tomada em dezembro, quando entendeu que as contrapartidas exigidas para a recuperação fiscal que dizem respeito aos servidores não deveriam ser aprovadas.

Ora, se estamos discutindo, neste momento, a reforma da Previdência, se estamos de fato querendo garantir a recuperação dos Estados, isso não deverá de dar através da anulação da autonomia federativa dos Governos e da população dos Estados.

Neste momento, estamos defendendo este destaque e pedindo o apoio do Plenário para que não façamos com que os servidores tenham uma imposição do aumento automático da contribuição previdenciária.

Este destaque diz respeito apenas ao conjunto dos servidores. Diferentemente de outros destaques, que diziam respeito às privatizações, este diz respeito aos servidores. Não é razoável que a União queira garantir essa recuperação dos Estados fazendo um adiamento da obrigação de pagar, mas sem, efetivamente, reduzir essa dívida.

É apenas um adiamento. O Estado voltará a pagar daqui a 36 ou 180 meses. Mas os servidores, que terão a sua contribuição aumentada, não terão direito à redução. Ou seja, garante-se o equilíbrio do Estado, a União vai receber da mesma forma, apenas em momento posterior, mas aos servidores não será admitida a



redução da contribuição. Portanto, trata-se de uma obrigação unilateral que se impõe aos servidores.

Nós do PDT fazemos este apelo ao Plenário no sentido de que votemos “não” a este destaque, para garantirmos a supressão dos incisos do art. 2º que dizem respeito aos servidores dos Estados.

Nós fazemos este apelo em nome dos servidores de Minas Gerais. Estou ouvindo aqui Deputados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul usarem o nome de Minas Gerais. Mas Minas Gerais não quer essa medida! Minas Gerais rejeita essa medida!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, colegas, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, o Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT de Minas Gerais, e nós tínhamos a primeira meta de não aprovar o texto da forma como estava, mas ele foi aprovado. É óbvio que os destaques servem justamente para fazer os ajustes e deixar o texto menos ruim, tirando a parte pior que está lá dentro, a gordurosa.

Este destaque do Deputado Subtenente Gonzaga, que é da bancada do PDT, é importante, porque nós, em primeiro lugar, estamos separando o joio do trigo.

Nós sabemos que os Estados que precisam de recuperação fiscal terão a sua política econômica e a sua estratégia de recuperação e parceria com a União. Agora, não é justo que os servidores e a população paguem o pato por qualquer tipo de desmantelo ou por qualquer tipo de erro na condução econômica do Estado.

Sras. e Srs. Deputados, dizer que só vai aderir o Estado que assim o desejar é, no mínimo, brincar com a consciência de cada cidadão e de cada Parlamentar que está aqui. É a mesma coisa de pegar um cidadão que está passando fome, sem perspectiva nenhuma de ter um prato de comida, botar a comida dentro de uma arapuca e dizer assim: *“A única forma para você sobreviver é entrando naquela arapuca”*. Ele sabe que vai ser preso, mas ele vai pegar o prato de comida porque não há o que ser feito.

Este projeto, da forma como está, obriga os Estados, sabendo que vão se amarrar, a se engessar e a fazer a adesão. Portanto, isso não é justo.



Cada um aqui tem a representação popular da sua unidade federativa. Não é justo que isso seja delegado à União, senão se fecham os Governos Estaduais. Caso não seja aprovado o destaque do Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT, nós vamos dar a chave do Estado à União, e ela vai governar pelos nossos Governadores e pelos nossos Deputados Estaduais.

É óbvio que quem trata da política econômica do Estado é a Assembleia Legislativa e o Governo Estadual. É errado imaginar que a União possa dizer que, para participar do processo de recuperação, o Estado terá que aumentar a alíquota de 11% para 14%, por exemplo.

Quem é ela para dizer isso, se o Estado já é um bom pagador? Eu tiro isso pelos Estados do Ceará e do Maranhão, por exemplo. Nós somos hoje um dos Estados mais enxutos na questão da dívida com a União. E qual é a contrapartida que nós temos nesse texto? Nenhuma. Pelo contrário: além de dizer que o bom pagador não tem nenhum tipo de incentivo, interfere na autonomia do Estado, da Assembleia Legislativa, porque agora diz a regra de cima para baixo.

Senhores, se a União soubesse de verdade o que acontece lá na ponta, os Governos Estaduais e as Prefeituras não precisariam existir. Todas as políticas seriam federais. É óbvio que quem sabe a realidade dos Estados somos nós que vivemos neles e os nossos representantes locais.

Portanto, votar nesse destaque é separar a parte do Estado e a parte dos servidores e da população. Não entreguemos de uma vez por todas as chaves dos nossos poderes estaduais para a União, porque esse erro ficará para a história.



Eu realmente não quero fazer parte dessa história nem dizer que nesta Legislatura nós contribuimos para fechar os nossos Governos e as nossas Assembleias Legislativas.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu anuncio a presença no plenário do Prefeito de Guarulhos, Guti Costa.

O Deputado Afonso Motta está aí? *(Pausa.)* Ele vai falar? *(Pausa.)* O Deputado André Figueiredo quer falar? *(Pausa.)* Não? *(Pausa.)* O Deputado Afonso Motta não vai falar, não? *(Pausa.)*

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse destaque é mais uma oportunidade. Ele garante, pelo menos, a possibilidade de um bom debate, o que tem sido um momento privilegiado no Parlamento. Na verdade, o Parlamento é a Casa do debate, é a Casa onde aqueles que representam a maioria fazem o ponto e o contraponto com aqueles que representam a minoria, pelo diálogo, pelo posicionamento.

Sem dúvida nenhuma, aqui, mais uma vez, se evidencia um fato que acho importante que seja incorporado à nossa responsabilidade, na condição de Parlamentares, que é a tutela, a intervenção, que coloca os Estados numa situação de total vinculação, total dependência, sem possibilidade de dispor daquilo que é essencial para a gestão deles.

Ora, os Estados, com essa tutela, não poderem dispor dos seus ativos; os Estados, com essa tutela, não poderem dispor daquilo que é o seu maior patrimônio, que é o conjunto de colaboradores das carreiras do funcionalismo, aqueles que fazem o dia a dia, aqueles que são os responsáveis pela entrega da política pública; é realmente extrapolar todos os limites e colocar em questão a Federação, o pacto



federativo, aquilo que é da relação política, que é da relação institucional, fundamental para a democracia.

Por isso o PDT tem essa proposta, votando “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não” e pede que os partidos da base sejam assinalados com “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se V.Exa. quiser falar pelo DEM, Deputado, pode também.

O SR. AFONSO FLORENCE - Não, quero falar pelo PT. A diferença é que o DEM e o Governo estão propondo arrocho salarial aos servidores. E nós, não.



Estamos propondo que, se os Estados quiserem aderir, não lhes seja obrigado arrochar salário de servidor. E não é só o servidor policial militar, policial civil, professora, professor, são também os servidores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Por isso, o PT vota “sim”.

E é importante que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados votem “sim”, porque nós precisamos de 257 votos “sim”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, obviamente, vota “sim”, porque nós insistimos nessa nossa convicção.

O que estamos propondo, com a supressão do texto, é exatamente o que impõe o aumento automático da Previdência para, no mínimo, 14%. Isso permite que o Estado faça o confisco de até 8% a mais da Previdência dos servidores e impõe um regime jurídico equiparado ao da União.

Sr. Presidente, nós insistimos no apelo, com essa análise. A União irá receber a sua dívida daqui a 36 meses, e os servidores que vão contribuir para o pagamento dessa dívida não terão a reversão. O Estado vai recuperar, a União vai receber a sua dívida, e os servidores irão contribuir sozinhos para sempre, com esse aumento da Previdência.

Portanto, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?



O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encarece que todos os Parlamentares desta Casa votem “sim”, acompanhando o destaque feito pelo PDT, encabeçado pelo Deputado Subtenente Gonzaga, exatamente para que não se arrebetem, não se destruam os servidores públicos estaduais, tanto do Judiciário quanto do Executivo e do Legislativo.

Neste momento, V.Exas. estarão votando o aumento de contribuição previdenciária de 11% para 14% e congelamentos salariais. Não venham com conversa depois, dizendo que apoiam o professor, o policial e a saúde. Este é o momento da verdade!

Por isso, nós encarecemos que votem “sim” neste momento.

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, na condição de trabalhador metalúrgico da bancada do Partido Comunista do Brasil, quero dizer que nós somos solidários aos trabalhadores dos Estados, aos servidores públicos, homens e mulheres que dedicam o seu trabalho, a sua vida, estudando para prestar um bom serviço ao restante da população.

Nós somos a favor deste requerimento.

Quero dizer que continuamos aqui na trincheira, em defesa dos direitos dos trabalhadores, porque esta proposta deste Governo ilegítimo nada mais é do que mais uma vez arrochar e denegrir os trabalhadores e as trabalhadoras.

Por isso, o PCdoB vota “sim” ao requerimento, Sr. Presidente.



O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho.

Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero lembrar que o Rio de Janeiro foi governado vários anos por alguém que está preso e por uma quadrilha que saqueou o Estado do Rio de Janeiro, que é do Governo do Presidente golpista e apoiado por essa mesma base. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que, quanto às contrapartidas que estão sendo propostas, o povo do Rio de Janeiro ou de outros Estados não está sendo consultado. Eles estão entregando todo o patrimônio, e agora querem fazer as falcatruas com os servidores públicos. A alíquota de 14% — e até mais, até 22% — quer dizer o seguinte: está-se pagando agora e retirando o 13º e o 12º salário lá na frente. Eles é que estão pagando.

Então, isso aqui, na verdade, é uma vergonha! O povo está sendo traído pelos Deputados que votam essas contrapartidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como voto o PSOL, Deputado?

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de o meu partido ser a favor desse texto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O partido é contra.



O SR. LAERTE BESSA - ...eu sou a favor do texto colocado pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. é a favor da emenda.

O SR. LAERTE BESSA - Eu vou votar a favor do texto do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Da emenda.

O SR. LAERTE BESSA - Esse texto é nocivo ao trabalhador, Sr. Presidente. Aumentar a alíquota, na atual circunstância, é um crime contra o trabalhador do nosso País. Então, nós não podemos.

Apesar de o meu partido estar votando com o Governo, eu não posso votar contra os meus princípios, contra o povo, contra o funcionário público, que já é sofredor. Todo momento que aparece algum projeto, seja lá de qual partido, seja lá de qual Governo, ele vem sempre para prejudicar o funcionário público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, começa a se colocar em prática o desmanche, pelas maldades criadas nesta Casa.

Está publicado no *site* da Prefeitura de Angelina, Estado de Santa Catarina, um pregão, uma licitação para contratar professores, sob a modalidade do menor preço: 1.200 reais. Trata-se de um pregão ao contrário, graças a essa lei da terceirização aprovada nesta Casa, que pode ser referendada e piorada com a aprovação da reforma trabalhista.

Aqueles que diziam que iria trazer benefício são os culpados pelo que está acontecendo em nosso País.



Esse destaque nos salva um pouquinho da maldade que é esse projeto de renegociação. Ele é como um chicote no lombo do trabalhador e do servidor público, que não têm culpa dos erros e dos equívocos cometidos pelos Governos.

Por isso a Rede vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre esse destaque, é impressionante que queiram transformar professores, policiais e todos os outros servidores públicos nos culpados do desequilíbrio das contas dos Estados. É um deboche o que estão fazendo aqui. Em vez de trabalhar para diminuir o índice de correção das dívidas, querem tirar dos professores, policiais e demais servidores públicos, que pouco ganham.

Sobre o destaque anterior, alguns falaram que temos que privatizar, porque é uma maravilha; temos que entregar ao setor privado, que este tem competência. Então, quer dizer que, de certo, temos que entregar a CORSAN do Rio Grande do Sul para a Odebrecht? Aquela empresa, que é uma máquina de corromper, é que é competente para dirigir o saneamento do Estado do Rio Grande do Sul?

Vamos parar de tanta ideologia barata contra o serviço público...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. HENRIQUE FONTANA - A Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Como eu dizia, Sr. Presidente — agradeço a concessão deste tempo —, vamos parar com essa cegueira ideológica, que quer dizer que o setor privado é que é o bom. Eu quero saber se a Odebrecht corruptora é boa para gerir todo o saneamento do País.



Lá em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, eles corromperam todos os Vereadores para privatizar o setor de saneamento da cidade. É nisso que dá essa cegueira pró-privatização, que não resolve os problemas do País.

Aliás, o Rio Grande do Sul já vendeu a CRT, já vendeu a metade da CEEE e tem cada vez mais dívidas.

Depois, em outro momento, vou mostrar que a dívida gaúcha explodiu mesmo foi no Governo do PMDB, na época de Antônio Britto no Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL inicia por “obstrução”.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria troca para “obstrução” também.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, inicialmente cumprimento o Prefeito Rodrigo Viana, do nosso partido Democratas, bem como o Vice-Prefeito Jorginho e todos os Vereadores e Secretários do Município de Trajano de Moraes, no meu Estado, que hoje completa 126 anos de idade.

Hoje, pela manhã, houve uma bonita festa cívica, com um desfile cívico naquele Município. Fui convidado para ali estar, mas o dever e a obrigação de vir para Brasília votar matérias importantes, como a renegociação das dívidas dos Estados — esses destaques que estamos votando —, tornaram impossível a minha presença.

Parabenizo aquele bonito Município, que tem uma riqueza turística muito forte, um potencial turístico a ser explorado cada vez mais. Parabenizo, em especial, os moradores da área de Maria Mendonça, do 4º Distrito, o meu amigo Romualdo, Leandro e todos daquela região que tanto trabalham por aquele Município.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL altera para “sim”.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Colegas Deputados, nós estamos aqui em um debate importante, mas lamentavelmente alguns colegas querem usá-lo para fazer ataques pessoais.

Eu não tenho por hábito generalizar, mas dizer que não é necessária a renegociação da dívida dos Estados é ignorar que acabamos de virar a página de



um desgoverno, que quebrou Estados e que quebra Municípios com a lógica da centralização tributária na mão do Governo Federal.

Na verdade, a lógica petista e comunista era deixar todos os Prefeitos e Governadores com o pires na mão, dependendo do Governo Federal, dependendo dos tributos. Essa lógica tem que ser mudada.

É por isso que eu defendo o pacto federativo rápido, para que os recursos voltem para a mão daqueles que conhecem a necessidade da população, que são os Prefeitos e os Vereadores, que recebem nas suas portas os eleitores. Mas a lógica de governar da Esquerda é a de querer vir aqui fazer firula e agradar eleitor da esquerda nesta hora.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim”.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Eu quero só apresentar alguns dados, para V.Exas. verem o que a Esquerda, em especial o partido que nos deixou há mais de 1 ano e poucos dias, fez com o nosso País.

Ontem, o ex-Ministro Gilberto Gil — nós estamos terminando a CPI da Lei Rouanet — teve a prestação de uma de suas contas, 800 mil reais captados pela Lei Rouanet, através da empresa Nextel, desaprovada, com notificação de cobrança. Ele é um ex-Ministro petista. Esta era a forma deles de gerir, não cumprem sequer as suas leis.

Agora, fica essa gente aqui falando que vai paralisar na próxima sexta-feira. Vão paralisar o quê? A CUT já vive parada. Os sindicatos já não gostam de trabalhar. Aí vêm falar em paralização? Vão parar nada! Já não têm mais força de mobilização, não têm moral, porque a corrupção levou.



Grande parte, não todos, dos discursos dos petistas vai para a vala comum dos corruptos. Lamentavelmente, o PT, a maioria dos petistas e a maioria dos sindicatos são liderados por um líder que vai parar na cadeia em poucos dias — eu tenho convicção.

O Juiz Sergio Moro só teve que adiar a oitiva do ex-Presidente Lula porque ou ele tem uma surpresa antes ou ele está esperando para juntar ainda mais provas.

O sítio do ex-Presidente Lula realmente não é dele, é do “amigo”. O triplex é do “amigo”. E as palestras da Odebrecht de mais de 100 mil reais? Nessa hora a Odebrecht é amiguinha.

Eu estou vendo aqui o Governador Pezão. Pezão, eu tenho quase convicção de que o seu grande erro foi andar com muito petista do lado. Agora V.Exa. precisou deles, e nenhum ajudou o Estado do Rio de Janeiro. Os petistas são assim. Lamentavelmente querem fazer discurso para agradar a militância, mas a militância já viu que a lama da corrupção varreu vocês! Lamentavelmente vocês perderam a moral.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero inverter, o voto do PSC é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSC vota “não”.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
A Minoria quer mudar para “sim”, por favor, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos assistindo, no Brasil, a um processo violento de criminalização da política, organizado por uma parte do Ministério Público, por uma parte do Judiciário, pela Operação Lava-Jato e pela mídia, que, a cada dia, promove um verdadeiro festival de ataques e denúncias contra políticos de todos os partidos. O mais estranho é que, em vez de se estabelecer aqui um clima de diálogo, um clima de debate político, um clima de busca de soluções para o País, nós assistimos a Deputados que vêm a este plenário querer colocar mais lenha na fogueira, querer colocar fogo no circo, querer dizer que há corrupto, que o corrupto é esse, o corrupto é aquele. Às vezes, observamos que esse tipo de pessoa não dura muito.

Eu me lembro do Senador Demóstenes Torres, que era o campeão da moralidade. Ele acusava todo o mundo, até o dia, Deputado Caetano, em que o pegaram com a boca na botija, porque ele também estava envolvido.

Eu me lembro de, recentemente, na época do golpe, do *impeachment*, das manifestações de vários Deputados e de vários Senadores que foram bater panela na Avenida Paulista, que foram falar mal da Presidenta Dilma, do Presidente Lula e do PT. E eis que, de repente, Deputada Benedita da Silva, aparece a lista da Odebrecht e lá estão os nomes desses Deputados e desses Senadores. Não é a acusação de que têm um sítio em Atibaia ou um apartamento no Guarujá, mas de que têm conta na Suíça, têm recibo de depósito da Odebrecht na conta deles. Por que foi feito um depósito na Suíça, um depósito nos Estados Unidos, em outros



países? Não, definitivamente, não é caixa dois eleitoral. Definitivamente não se trata disso. Trata-se de outro tipo de desvio, o chamado enriquecimento ilícito. Nós não estamos falando de eleição, não estamos falando de caixa dois, estamos falando de enriquecimento ilícito. Mas há Deputado que vem aqui, com a maior cara de pau, e quer tentar, ainda, desmoralizar alguém!

Ora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Brasil vive uma crise medonha, agravada por um Governo golpista, por um Governo que só tem um único objetivo: retirar direitos do povo brasileiro, retirar a soberania nacional, vender a PETROBRAS aos pedaços, vender o petróleo brasileiro do pré-sal, entregar os direitos trabalhistas, como está na proposta do relatório do Deputado Rogério Marinho, que vai ser votado aqui amanhã. Nós vamos votar contra, vamos trabalhar contra ele, firmemente com a nossa bancada, com a bancada do PT. Vamos lutar contra esse desmonte, essa demolição da Previdência Social, pois estão acabando com as aposentadorias no Brasil, querendo impedir que o povo brasileiro se aposente, sob o manto de dizer que estão retirando privilégios.

Ora, quem é a mulher, quem é o homem que vai chegar aos 65 anos de idade e ter mais que 25 anos de contribuição? Essa é uma trava duríssima, que vai impedir que muitas pessoas cheguem a se aposentar. E, se chegarem a se aposentar, essas pessoas não vão receber o valor total da sua aposentadoria, porque o Relator criou e colocou no relatório um redutor da aposentadoria, e este redutor vai impedir que as pessoas recebam aquilo que deveria ser justo e calculado para sua sobrevivência quando chegar a velhice.

Senhores e senhoras, nós precisamos reverter esse estado de coisas. E esse estado vai se reverter é com mobilização popular, é com o povo na rua. Aqueles que



acham que não vai haver mobilização, eu acho que vão tomar um susto, vão tomar um susto grande, porque o povo brasileiro vai se levantar no dia 28. Nós vamos ter muita gente indo às ruas, e muitas categorias paralisando seu trabalho. Não pensem os senhores que o povo brasileiro está contente.

Hoje, na Comissão da dita reforma trabalhista, um Deputado da base do Governo falou: *“Vamos aprovar essa reforma, porque vai chover emprego de todos os lados”*.

Ora, qual é a teoria econômica que justifica que a precarização do trabalho, a redução de direitos promove empregos? Muito pelo contrário. Nós vimos a menor taxa de desemprego exatamente em dezembro de 2014. E não havia nenhuma reforma trabalhista, nenhuma reforma da Previdência. Estava-se cumprindo a CLT, e foi exatamente com esta CLT que está em vigor que se conseguiu reduzir o desemprego. A redução do desemprego não tem absolutamente nada a ver com mexer no direito do povo brasileiro, no direito dos trabalhadores.

Por isso, nós queremos saudar aqui a todos aqueles Deputados e Deputadas que estão combatendo essa reforma trabalhista.

Queríamos fazer uma saudação especial ao Partido Socialista Brasileiro, que fechou questão contra essa reforma. Parabéns ao Partido Socialista Brasileiro porque tomou uma decisão correta, a qual nós temos que aplaudir. *(Palmas.)*

Venham conosco! Vamos derrotar essa reforma! Vamos derrotar a reforma da Previdência! Vamos nos engajar, nos mobilizar e levar o povo à rua no dia 28. Eu tenho certeza de que vai ser uma grande mobilização neste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos muito bem o que estamos enfrentando. Temos clareza de que esse enfrentamento não é um



enfrentamento só contra um Governo golpista. Ele é um enfrentamento muito maior, com forças que querem aniquilar o Brasil, que querem acabar com a nossa soberania, que querem entregar as nossas riquezas, que querem fazer deste País um país exportador de minério e exportador de produtos agrícolas.

Mas o povo brasileiro não se conforma com isso. O povo brasileiro quer desenvolvimento, quer conhecimento, quer educação, quer um sistema de saúde digno. O povo brasileiro quer melhorar a sua vida e a vida do seu País. É por isso que nós do PT não vamos abaixar a cabeça. Façam o discurso que quiserem! Nós vamos continuar lutando e defendendo o Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pastor Eurico. *(Pausa.)*

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ezequiel Fonseca votou com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi enviado ofício a V.Exa. O PHS está saindo do Bloco PP/PTN/PHS/PTdoB. Pedimos para que seja colocado no painel o PHS como partido independente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode deixar, Sr. Deputado.

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. não pode ter dois pesos e duas medidas. V.Exa. disse aos jornais que iria votar a reforma da Previdência quando fosse o Plenário favorável para aprovar a proposta do Governo.

V.Exa. não pode ser sabujo do Poder Executivo. Não pode haver um peso e um tempo diferente para as medidas de acordo com a conveniência de V.Exa. ou com os ritmos emanados dos golpistas que ocupam o Palácio do Planalto.

Por isso, espere mais, Sr. Presidente. Cumpra o mesmo tempo. Cumpra o mesmo tempo das outras modificações.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é questão de peso e medida. A questão é que a Oposição tem que pôr voto. Se não colocarem, está fora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. NILSON LEITÃO - Vamos encerrar!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não pode esperar 1 hora na outra votação, que interessa ao Governo, e agora esperar 15 minutos.

O SR. NILSON LEITÃO - Já deu o suficiente.

O SR. HENRIQUE FONTANA - São dois pesos e duas medidas. Onde está a democracia dentro da Casa? O Presidente vai conduzindo conforme o interesse do Governo.

O SR. NILSON LEITÃO - Há mais seis. Há mais seis.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Quando é Oposição, tem que arrumar 257 votos e são 15 minutos. Quando é o Governo, o painel fica 1 hora aberto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu estou tentando só convencer os Deputados a que venham votar e que nós votemos os destaques, para que possamos acabar esta sessão num horário razoável e não precisemos ir até de madrugada. É apenas isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Presidente...

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. tem que fixar um tempo que seja idêntico para todos os destaques. Seria importante que V.Exa. dissesse: "*O tempo será de tantos minutos*".



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Essa regra vale agora e não valia quando a Dilma era Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bom, Deputado Pepe.

O SR. PEPE VARGAS - Na outra votação, V.Exa. só a encerrou quando
havia 432 votantes.

O SR. NILSON LEITÃO - Regra, na cabeça da Oposição...

O SR. PEPE VARGAS - Agora nós estamos com 362.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de
Mattos. *(Pausa.)*

O SR. PEPE VARGAS - Não dá para ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem dois pesos e duas medidas.

O SR. NILSON LEITÃO - É só vocês elegerem o Presidente e ele faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. NILSON LEITÃO - Esse PT precisa de psiquiatra!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero reafirmar o compromisso
que nós temos — eu e o PDT — com os Estados federados que estão negociando
suas dívidas com a União.

Mas a proposta que o Governo apresentou tira os nossos ativos da área
financeira, no caso o Bannisul, ativos na área do saneamento, no caso a CORSAN, e
ativos na área de energia, no caso a CEEE.

Ele acaba com a perspectiva de nomeação de novos servidores. Não permite,
por 3 anos, que possam corrigir os salários dos servidores do Estado. Mais do que



isso, os benefícios fiscais que o Rio Grande do Sul concede a empresas para que possam se instalar ou que continuem instaladas no Estado serão perdidos.

Conseqüentemente, essas empresas vão sair do Rio Grande do Sul e vão gerar emprego lá em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro. Vão para o Norte, para o Nordeste, vão para outros Estados. E o Rio Grande, que já tem dificuldade, vai perder emprego, vai perder renda, vai perder competitividade.

Sr.. Presidente, vão perder as estruturas do Estado, porque teremos que entregar Banrisul, CORSAN e CEEE; vão perder os servidores, que não terão reajuste nos salários; vai perder a população, porque não poderão contratar brigadianos, funcionários da área da educação e da saúde; vão perder os empresários, sim, porque vão perder os benefícios, e, conseqüentemente, perde o trabalhador, porque lá se vão empregos para outros Estados da Federação.

Essa é a nossa indignação, esse é o nosso protesto. Isso não é acordo. Isso é tutela, isso é submissão, isso é se ajoelhar perante a Nação! O Rio Grande não vai pedir penico, não vai se ajoelhar e não vai lamber bota, Presidente!

O SR. SILVIO COSTA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há seis destaques ainda?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E uma medida provisória.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu acho que o Rio Grande vai pagar a conta. A única forma de não aceitar as condições é pagando a conta.



O SR. SILVIO COSTA - V.Exa. vai votar hoje a medida provisória? *(Pausa.)*

Presidente, na verdade, está muito claro: a Oposição é contra; a base do Governo é a favor. Então, vamos ver se essa base do Governo pelo menos sabe fazer isso. Mande agilizar, para sairmos daqui logo, porque somos contra tudo. Vamos votar contra tudo e V.Exas. a favor. Então, vamos agilizar.

Presidente, quando der 300 no painel, encerre a votação, para acabarmos daqui a 3 horas. Desse jeito, a sessão vai até de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O que eu posso fazer? Não depende apenas da minha vontade.

O SR. DANIEL COELHO - Presidente, já deu quórum. Vamos concluir a votação.

O SR. VALDIR COLATTO - Encerre, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este Governo tem quatro líderes. Não há nenhum aqui. Nenhum! É Líder do Congresso, é Líder disso, Líder daquilo. Não há nenhum. Ele não anda. É impressionante!

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na minha terra, quem desdenha quer comprar, Deputado Silvio. Se quiser virar Líder do Governo, avisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na verdade, hoje o Deputado Silvio Costa falou pela Liderança da Maioria, porque ele não poderia ter falado pela Liderança da Minoria, mas eu só me dei conta disso depois que V.Exa. estava falando.



O SR. SILVIO COSTA - Na verdade, não é isso, não! O Governo é tão ruim, ele tem quatro Líderes para defender, e nenhum tem coragem para defender.

O SR. ARTHUR LIRA - Ele está com vontade de aderir, Sr. Presidente. O Deputado Silvio está com vontade de aderir.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Deputado Marcelo Castro, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)*

O SR. SILVIO COSTA - O Deputado Arnaldo Faria de Sá tem razão. Na verdade, V.Exa. está acumulando as quatro Lideranças. O Deputado Arnaldo tem razão. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas lembrar a data de hoje. Em 25 de abril de 1945 acontecia a libertação da Itália. É bom lembrar esta data — são 72 anos — exatamente porque lá estavam milhares de brasileiros, soldados brasileiros, lutando pela libertação da Itália contra o nazifascismo.

Aquela história fica registrada mais uma vez, com a presença do Ministro Raul Jungmann, que esteve agora em Pistoia, na Itália, visitando aquele monumento, para lembrar a memória desses soldados, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, importante para a história da Itália, importante para a história do Brasil e dos soldados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Congresso aprovou e criou o piso nacional do magistério. Muitos Estados recorreram, o Supremo Tribunal Federal se posicionou, e hoje é uma lei que não merece ser questionada, em nenhuma hipótese. No entanto, no Estado do Pará, não se cumpre a lei há pelo menos 2 anos. Demorou-se muito para ser cumprida.

O piso é de 2 mil e duzentos e poucos reais. É inadmissível que um professor que trabalha 40 horas semanais, ou seja, dois turnos de trabalho, não tenha respeitado o piso salarial.

Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação decidiu parar no dia 28, quiçá, dará continuidade à greve. Deixo registrada a minha solidariedade, como membro da categoria, sou professor, e como Deputado Federal, que reconhece o direito dos servidores que podem ser ainda piorados.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os servidores da rede estadual de ensino no Pará ameaçam entrar em greve por tempo indeterminado a partir da Greve Geral da próxima sexta-feira, 28 de abril.

Há 2 anos, o Governo de Simão Jatene se recusa a cumprir a lei nacional do piso do magistério, a Lei nº 11.738, bem como a cumprir a obrigatoriedade no



pagamento do salário mínimo no vencimento base dos demais servidores da educação.

Ontem, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará — SINTEPP, instituição da qual tive a honra de ser fundador e primeiro presidente — reuniu com o Governo do Estado para ouvir, novamente, que não haverá o cumprimento do piso nacional do magistério. Com o piso vigente de R\$ 2.298,80, os professores do Pará ainda recebem o piso de 2015, que era de R\$ 1.917,78, uma diferença de R\$ 381,02, portanto.

Já em relação aos demais trabalhadores da educação, o Governo ficou de incorporar no vencimento base o abono o pequeno abono que vem dando para completar o salário mínimo. Porém, não fala em reposição das perdas acumuladas pela não repercussão desse salário mínimo integral nos demais componentes da remuneração.

A ameaça de greve geral também se dá por outros motivos, como o não cumprimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração — PCCR e ausência dele aos demais servidores da educação; o abandono das escolas, em que pelo menos a metade das escolas rede carece de reformas; e a solução do déficit de quadro de pessoal, que não deverá ser solucionado com o concurso que está sendo programado com a previsão de 2.112 vagas somente para professor do ensino médio, excluindo o ensino fundamental e as vagas fora do magistério. Além disso, o Governo Jatene não consegue explicar ao sindicato como aplicou R\$ 80 milhões recebidos do Governo Federal a título de complementação do FUNDEB.



A luta do SINTEPP se soma a de outras categorias do serviço público estadual, numa pauta mais ampla de luta, em que se destacam a reposição da inflação acumulada de 30% e a oposição às reformas trabalhista e previdenciária.

Amanhã, haverá assembleia geral para confirmar ou não o indicativo de greve por tempo indeterminado, com paralisação das atividades a partir de 03 de maio. A assembleia será às 9 horas da manhã, na Escola Estadual Cordeiro de Farias.

Manifesto toda a solidariedade à justa causa dos trabalhadores da educação do Estado do Pará, que reivindica direitos e dignidade para si, como também qualidade para o ensino público. A crise econômica não justifica o retrocesso de direitos e, muito menos, o calote às leis federais.

O SR. PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, registro a presença entre nós do Prefeito André Português, de Miguel Pereira, do Secretário de Saúde, Leo Peclat, e do Vereador Kiki, que estão aqui trabalhando ao lado do Governador Pezão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar os servidores da Casa, que fizeram uma belíssima manifestação no dia de hoje, chamando todos à greve geral que acontecerá na próxima sexta-feira. Este Brasil fará, na próxima sexta-feira, a maior paralisação dos últimos tempos.



Vai dizer “não” à retirada de direitos; vai dizer “não” à destruição da Previdência; vai dizer “não” à destruição deste País, que está sendo coordenado por aqueles que ocupam, sem nenhum voto, o Palácio do Planalto, e que têm os seus asseclas, os seus ventríloquos, nesta Casa.

Portanto, na sexta-feira nós vamos parar este Brasil e vamos dizer que não aceitaremos a destruição dos nossos direitos.

Por fim, quero dizer que não há por que se ter dois discursos. O mesmo Deputado que veio aqui falar de Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o qual não paira nenhuma prova, foi o que disse que a Polícia Federal...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação. Nós ainda temos mais matérias para votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota...

Tem a palavra ao Deputado Pastor Eurico. *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY - Foi o que disse que a Polícia Federal estava abusando do poder ao levar coercitivamente o seu Pastor Silas Malafaia.

Portanto, não é Luiz Inácio Lula da Silva que tem as denúncias de 40 milhões de dólares sendo comprovadas nas delações. Luiz Inácio Lula da Silva teve a quebra de todos os seus sigilos bancários, telefônicos e fiscais. Nenhum deles apontou qualquer prova contra ele.

Aqueles que não querem os operários no Palácio do Planalto, que não querem os operários tendo voz neste País, são os mesmos que querem trabalhadores e trabalhadoras nas senzalas literais e metafóricas representadas por essa reforma trabalhista.



Por isso, todos à greve no próximo dia 28 de abril.

O SR. NILSON LEITÃO - Deve estar na conta do Arlindo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro.

É uma nota de repúdio — embora tenhamos todo o respeito ao Ministério Público — sobre algo que aconteceu agora há pouco em Recife, Pernambuco. O Ministério Público mandou uma sugestão ao Presidente da Câmara de Vereadores para que não seja mais aceito naquela Casa nenhum tipo de cerimônia religiosa ou movimento religioso.

Achamos isso um absurdo, um desrespeito. Apesar da necessidade do Estado, entendemos que uma Câmara de Vereadores é composta por representantes da sociedade de todos os segmentos religiosos. Agora, o Ministério Público faz essa recomendação para que seja proibido todo o tipo de manifestação religiosa dentro da Câmara de Vereadores.

Deixamos registrado o nosso repúdio contra o Ministério Público de Pernambuco.

O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar aqui a presença do Prefeito de Jaguaratama, Glairton Cunha.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 164;

NÃO: 244;

ABSTENÇÃO: 1.

A EMENDA FOI REJEITADA.



O SR. ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para concluir a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, o Prefeito Glairton Cunha, de Jaguaretama, e a Primeira-Dama, Maria da Conceição Bezerra, estão sendo acompanhados pelos Vereadores que estão fazendo parte da Marcha dos Vereadores, Ana Kelly Ferreira de Queiroz, Rodolfo Moraes da Cunha, José Erivaldo de Brito, Jose Vinicius Bezerra e Fernando Antonio Freitas Ferreira.

O Prefeito, que está no início do seu mandato, tem o apoio popular e, com certeza, fará transformações importantes na área da educação e da saúde naquele Município.

O grande médico Bezerra de Menezes nasceu no Município de Jaguaretama, que ganhará uma estrada de acesso a uma importante região onde o turismo religioso é desenvolvido.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 161, I e § 2º, combinado com o art. 117, IX, RICD, destaque para votação em separado do inciso II do § 1º do art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, com vista à sua rejeição.

Sala das Sessões, em 10/4/2017.

Deputado Augusto Coutinho

Vice-Líder do SD



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, que falará a favor do destaque.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Brasil que nos acompanha, peço toda a atenção dos Parlamentares. Quanto ao inciso II do § 1º do art. 2º contido no PLP 343, em relação a todos os servidores públicos estaduais, nós estamos pedindo, pelo amor de Deus, que votem “não” a este texto que diz exatamente:

Art. 2º

§ 2º.....

II - a elevação da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, catorze por cento e a instituição, se necessário para financiar o Regime Próprio de Previdência Social, de alíquota previdenciária extraordinária e temporária;

Peço isso a todos os Parlamentares, mesmo os daqueles Estados que ainda não estão ou que não ingressarão no Regime de Recuperação Fiscal, mas que estão à beira de ingressarem, como São Paulo. Eu peço isso especialmente aos 70 Deputados de São Paulo.

O Alckmin — o “santo” da Odebrecht — há 4 anos não dá nenhuma correção, nem em relação à inflação, para os servidores. Agora, São Paulo, que já tem dois dos três requisitos necessários para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal



dos Estados, poderá estabelecer uma alíquota de no mínimo 14% e alíquotas extraordinárias.

Reitero o pedido aos Parlamentares de todos os partidos que dizem apoiar o serviço público, os policiais, os bombeiros, os professores, os profissionais da saúde, para votar “não”. É lógico que o Governo quer votar esse projeto. Há Governadores fazendo pressão aqui no plenário para massacram os seus servidores.

Se o Governo não atingir 257 votos agora, vamos dizer “não” e vamos tirar pelo menos do texto essa injustiça para com os servidores. Não se aumentará, no mínimo, 14%, nem as contribuições temporárias e extraordinárias.

Peço realmente a todos os partidos e a todos os Deputados que digam “não” neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga, que falará a favor do destaque. *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. já concluiu. O seu tempo já acabou.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputada Bruna Furlan votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltamos à tribuna para defender a mesma tese que defendemos na votação anterior. Quero agradecer aos 164 Parlamentares que



votaram com os servidores públicos de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, enfim, de todos os Estados. Esta deve ser uma preocupação deste Plenário.

O destaque do Solidariedade que vamos votar tem o objetivo de preservar os servidores públicos dos Estados. Ora, senhores, os servidores públicos não são os causadores das despesas dos Estados, que hoje se encontram nessas condições. Portanto, os servidores não podem pagar essa conta unilateralmente.

O que estamos defendendo é que, da forma como está essa legislação está hoje, o Estado que quiser aumentar sua alíquota poderá fazê-lo. Já existem Estados que contribuem com 14%, a exemplo da Bahia e de Santa Catarina. Portanto, o Estado já tem autonomia para fazer isso.

Estamos pedindo que não se imponha isso aos servidores. Voltamos a insistir, quando terminar o prazo de recuperação fiscal, a União vai receber sua dívida; o Estado terá recuperado a sua capacidade fiscal, e os servidores terão pagado unilateralmente essa conta.

Essa tese é tão clara e óbvia que sequer houve inscrição para falar contra este destaque. Duvido que alguém teria condição de vir aqui e dizer que essa conta é do servidor.

Fazemos esse apelo não para que o servidor seja isento de qualquer tipo de responsabilidade, mas para que não imponhamos automaticamente essa conta nas costas dele. Precisamos dessa compreensão do Plenário, precisamos deixar claro que esse não é um debate político-ideológico.

O Rio de Janeiro, há mais de 15 anos, é governado pelo PMDB; Minas Gerais foi governado pelo PSDB por 15 anos; e o Rio Grande do Sul pelo PT. Portanto, a



situação dos Estados não é uma mera questão ideológica partidária; é uma questão dos Estados brasileiros.

Volto a dizer, os servidores não são os causadores das despesas dos Estados. Por isso, eles não devem ser os únicos a pagar essa conta.

Mais uma vez apelamos para este Plenário, a fim de que possamos aprovar o destaque do Solidariedade, que é a favor dos servidores do Estado de Minas Gerais e de todos os Estados deste Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do PP vota “não”, Sr. Presidente, e pede para botar a orientação de bancada conforme a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base toda vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JULIO LOPES - Sr. Presidente, fui orientado erradamente. A base vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse destaque é fundamental, porque ele diz respeito ao aumento da alíquota de contribuição dos servidores, para pagarem uma dívida que eles não fizeram. Isso significa romper com esta alíquota de 14%, assegurar os direitos de servidores e servidoras, que estão ameaçados na sua Previdência pela reforma previdenciária. O Governo destrói a Previdência com a reforma da Previdência, e, ao mesmo tempo, quer aumentar a alíquota, para pagar uma dívida que não foi feita pelos servidores.

Por isso, nós somos favoráveis a que este destaque seja aprovado. O Partido dos Trabalhadores vota com os servidores, vota contra o golpismo instalado no Palácio do Planalto, vota a favor da vida. O PT vota “não”.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Alceu Moreira votou com o partido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Esperidião Amin, na última votação, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é mais uma matéria extravagante num texto que, na verdade, não teria nada a ver com a especificidade de uma alteração de alíquota da Previdência — aliás, tema presente nesta Casa, tema que envolve a sociedade de forma



permanente neste momento. É mais uma tutela, é mais um absurdo, é mais uma condição que deseja o Governo Federal submeter aos Estados Federados.

O próprio Rio Grande do Sul já até cumpriu essa exigência. Foi um grande debate, aprovado pela Assembleia Legislativa. É exatamente isso o que vai acontecer, aprovado no texto vai ser submetido ao debate nos respectivos Estados.

Por isso, o PDT vota “não”.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Quero falar pelo Solidariedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que fosse corrigida a orientação do Solidariedade para “não”.

Observem pelo amor de Deus, Sras. e Srs. Deputados, que subserviência tem limite! Ninguém foi lá discutir contra, porque dá vergonha discutir contrariamente a todos os servidores e votar “sim” nesta matéria. Pelo amor de Deus, olhem o que vão fazer neste momento!

Nenhum Deputado de nenhum partido foi lá fazer uma sustentação nesse momento com moral e com verdade, para dizer que tem que arrebentar os servidores.

Pelo amor de Deus, tais partidos, uma coisa é ser aliado, outra coisa é ser alienado! Não vamos ser alienados neste momento. Pelo amor de Deus e pela dignidade mínima dos servidores...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, esta Casa tem que compreender que os servidores públicos são os principais responsáveis por atender a sociedade brasileira naquilo que constitucionalmente lhe foi garantido.

É um absurdo registrarmos que, neste PLP 343, os servidores públicos são penalizados com o aumento da alíquota para 14%. É um absurdo registrarmos que, na reforma da Previdência, os servidores públicos são também absolutamente penalizados, retirando-se deles todos os direitos conquistados!

É por isso que o PCdoB diz “não”. O serviço público é um serviço que vai garantir à sociedade brasileira os direitos fundamentais. Esta Casa tem que respeitar aqueles que são os reais cumpridores da Constituição brasileira.

O PCdoB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é até compreensível que se possa fazer a renegociação das dívidas dos Estados junto ao Governo Federal. Eu não vejo até aí nenhum problema. Mas exigir um FMI dentro do projeto que nós estamos votando, para penalizar os servidores, aí não!

Não é justo pedir por favor que o Brasil e os companheiros nos ouçam nesta Casa. A contribuição é 11% e, agora, no mínimo, é 14%, podendo chegar a 20% ou 30%. Não é justo dar um cheque em branco para se colocar a alíquota que quiser.

O PHS é contra e vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL quer também chamar muito a atenção para essa votação — não por acaso —, porque agride a própria missão parlamentar da qual todos estamos investidos nesta Casa.

Não se ouviu até o momento uma voz que defenda o texto que estabelece a elevação da alíquota da contribuição para o Regime Próprio da Previdência Social de ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14%. E mais: em determinadas situações e períodos, isso pode ser ainda mais elevado.

É um despautério, é um absurdo, é uma covardia, é uma imposição que uma eventual maioria que não assume quer fazer com os servidores do Estado, como se eles fossem os responsáveis pela crise, pela corrupção, pela bandalheira, pela falência dos Estados.

O nosso voto clara e assumidamente é “não” a esse esbulho contra os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o aumento da alíquota da contribuição para o Regime Próprio da Previdência Social dos servidores dos Estados é mais uma aberração desse projeto, fazendo com que os servidores paguem a conta da má administração pública nos Estados.

Hoje a União tem agiotado os Estados, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, e, com esse inciso nesse destaque, nós podemos não deixar o servidor ser punido pela renegociação que é necessária nos Estados.

Portanto, a Rede vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero pedir uma reflexão de consciência aos Deputados do nosso Parlamento.

Todos os servidores federais têm uma alíquota de 11%. O próprio regime de previdência dos Deputados tem uma alíquota de 11%. Será que nós aqui consideramos justo colocar para o professor estadual, para o enfermeiro, para o auxiliar de enfermagem, para o policial que está atuando nos Estados, uma alíquota direta de no mínimo 14%, uma alíquota nos Estados diferente da alíquota que, inclusive, é usada para o regime de previdência dos Deputados? É muita crueldade! É muita injustiça! Tem que manter a alíquota pelo menos igual. Se vamos discutir o regime previdenciário, vamos discutir de todos juntos.

Por isso, a Minoria pede o voto “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. JOÃO PAULO KLEINÜBING (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Paulo Kleinübing votou com o partido na última votação.

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, quero justificar o meu voto.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria muda para obstrução.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS está ali no Bloco do PTB, está indicando “sim”. Mas quero justificar o meu voto, porque estarei votando “não”, porque não acho justo nós castigarmos o servidor público. Isso é castigo, gente!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o PT vota obstrução.

O SR. RONALDO FONSECA - Isso é castigo! O servidor público não merece o que se está fazendo agora.

Nós vamos subir a alíquota para o servidor público? Por que isso? Ora, se os governos faliram a Previdência, não é momento agora de nós tirarmos do bolso do servidor público para cobrir rombos.

Inclusive há credores da Previdência cujas dívidas não foram cobradas. Vamos cobrar dos bancos que estão devendo para a Previdência, e não do servidor público!

Por isso, eu quero justificar o meu voto “não”.

E quero que cobrem os credores da Previdência. Não podemos fazer vista grossa. Quem está devendo para a Previdência tem que pagar!



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar só um detalhe. Nós fizemos algumas contas aqui: quem estiver agora votando “sim” estará, na prática, tirando o 13º salário dos servidores.

Somem a alíquota de no mínimo 14%, que querem impor aos servidores estaduais, e vejam como isso acaba comendo inclusive o direito consagrado do 13º salário, o qual até juram que não será cortado pela mal chamada “reforma trabalhista” de amanhã.

Esta votação é muito grave. Quem está colocando “sim” pense muito nos servidores do seu Estado. Precisamos pensar nisso como servidores públicos temporários e Parlamentares que somos. Isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Nilson Leitão, pela Liderança do PSDB.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, enquanto o Deputado vai à tribuna eu posso usar 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento, por 1 minuto, antes do Deputado Nilson Leitão.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que, no fogo das discussões, às vezes, nomes de pessoas são usados nesta tribuna, inclusive de pessoas que não estão aqui e não têm condições de se defender. Eu, nos meus longos tempos nesta Casa, jamais usei o nome de alguém nesta tribuna que não tivesse a condição de fazer a sua defesa.



Nós vimos hoje à tarde, por exemplo, o nome do Pastor Silas Malafaia ser citado nesta Casa. Uma Sra. Deputada disse que ele foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB muda para obstrução.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Eu gostaria de dizer que, em momento nenhum, jamais, o Pastor Silas Malafaia, que é um homem comprometido com a verdade, um homem que faz um grande trabalho social neste País, um homem que é um referencial para os evangélicos neste País, foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal.

Pelo contrário, quando surgiu qualquer questionamento em relação ao seu nome, ele, que estava em São Paulo, e não no Rio de Janeiro, foi à Polícia Federal, apresentou-se e deu todos os esclarecimentos. Portanto, nós repudiamos qualquer citação do nome de um homem como o Pastor Silas Malafaia em qualquer situação e, principalmente, quando se diz que ele foi conduzido coercitivamente.

Não foi. Ele se apresentou espontaneamente para dar todas as declarações e todas as informações de que a Polícia Federal precisava naquele momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu informo a V.Exas. que esta sessão se encerrará às 21h09min e eu chamarei outra sessão. Todas as votações terão efeito administrativo, até a última.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar “não”, gente! Vamos votar com os servidores! Vamos votar “não”!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Brasil tem assistido, nos últimos anos, a uma reviravolta neste Congresso, à coragem de debater temas que há muito tempo vêm sendo colocados em pauta e retirados.

O Partido dos Trabalhadores, que governou este País por muitos anos, por mais de uma década, fez questão de manter uma legislação trabalhista de 1940. Ele não criou essa legislação, mas inovou-a, com instruções normativas, com resoluções, com portarias, pensando sempre que poderia agradar algum setor deste País.

Um bom Governo é aquele que consegue agradar um país como um todo, com uma legislação que equilibra, não coloca “nós” contra “eles”, não demoniza o empregador e não atrapalha o emprego.

Quando se discute um país cuja economia é crescente, cujo Produto Interno Bruto — PIB bate recorde por muito tempo, que tira o atrapalho do Estado e efetivamente coloca soluções para a iniciativa privada poder se desenvolver, gerar emprego, renda e impostos...

Mas o Governo do PT trabalhou ao contrário disso. Ele usou do capital, do empresário. Ele fez com que o empresário tivesse tanta burocracia e tanta dificuldade que hoje eu posso apostar que boa parte do desemprego, herança do PT para o Brasil, também é consequência das dificuldades que ele próprio criou para o mercado de trabalho.



Quase acabou e dizimou a indústria. Quase acabou e dizimou os Municípios e Estados. Está aqui, esquecendo que isso que estamos votando... É claro que houve um problema de inoperância, de crise, de corrupção e tudo o mais em vários Estados brasileiros. Mas também houve uma concentração inédita de renda, aqui em Brasília, no caixa do Governo Federal sob o comando do PT.

O Governo do PT inovou, tentando inventar emendas. Dizia que o Congresso colocaria emendas, mas quem decidia os programas era uma meia dúzia de petistas em gabinetes. Empurrou para Municípios e Estados um custo ainda maior, com aquilo que tinham que assumir das obras inventadas pelo PT. Tornaram-se grandes elefantes brancos. Muitas, inúmeras obras estão paradas.

O prejuízo petista para este Brasil são votações como esta de hoje. São prejuízos enormes! E os Estados em piores condições são aqueles que resolveram se aliar ao PT nesse passado. Aqueles que conseguiram fazer sua reforma, aqueles que obedeceram à Lei de Responsabilidade Fiscal, de fato, não estavam atrelados a esse petismo, que quis o “quanto pior, melhor”. Fazer graça com o chapéu alheio, fazer graça com o dinheiro dos outros, foi assim o Governo do PT durante todo esse tempo.

Hoje, nós queremos discutir a reforma trabalhista, porque é preciso rediscutir uma reforma que não é mais atual. O PT quer continuar no passado, porque o caos, a obscuridade é muito melhor, esse submundo onde ninguém entende direito a legislação.

É claro que a Previdência arrepiou todo mundo! Mas aonde vamos chegar? Chegou a hora da transparência. Chegou a hora desse debate. Não interessa quem gosta do texto “a” ou do texto “b”. Mas o pior dos mundos é deixar como está.



Temos que acabar, sim, com os supersalários de todos os Poderes. Temos que acabar, sim, com aqueles que têm três aposentadorias ou quatro. Vai machucar, inclusive colegas nossos, mas é preciso fazer isso.

O Brasil precisa ser enxergado de forma republicana. Chegou a hora de não pensar apenas na futura eleição, mas pensar na futura geração de um País que precisa ser passado a limpo, em todos os sentidos; precisa modernizar suas leis. Não é mais a paixão do azul contra o vermelho. É apenas se agarrar à responsabilidade fiscal que o Brasil precisa ter; à responsabilidade social, não daqueles que beneficiam meia dúzia, não do assistencialismo, mas, de fato, a responsabilidade social do emprego, da renda dos menos favorecidos, mas discutir com altivez.

O que está acontecendo aqui é que o PT perdeu o poder e quer voltar ao *status quo*; quer voltar a fazer piquete, quer voltar à gritaria, quer voltar a fazer o debate apenas pensando em reeleger seus Deputados e suas Deputadas. Será que nunca vão aprender, de fato, a respeitar a população brasileira, mesmo com diferença de ideias, mas respeitar este Brasil que precisa ser reformado e reformulado, o que é mais importante?

A palavra de ordem agora é desburocratizar; a palavra de ordem é a transparência; a palavra de ordem, acima de tudo, é honestidade política para votar neste plenário e no Congresso Nacional, mesmo passando por todas as dificuldades internas e externas, mesmo sabendo que nós temos que dar satisfação à população, que deu certo descrédito ou grande descrédito a esta Casa.

É momento de não pensar em popularidade. É momento de pensar em credibilidade. A credibilidade vai ser assistida, vai ser lembrada com o tempo. É



momento de fazer com que este Brasil possa ser passado a limpo pela mão da Situação, da Oposição ou daqueles que ainda não se encontraram, que não sabem de que lado estão, mas precisam entender que todos têm que estar do mesmo lado, do lado do Brasil verdadeiro, não do Brasil da corporação, não do Brasil de alguns sindicatos, mas do Brasil verdadeiro, do Brasil que precisa atender a todos, principalmente àqueles que mais precisam da política e do Governo.

É esse o Brasil que precisa ser acendido aqui dentro. Aqui, o Fla-Flu não pode mais. Aqui, o debate do “nós” contra “eles” tem que acabar. O debate tem que ser um só, tem que ser a favor de um Brasil que está precisando do socorro da classe política, porque, se a política é capaz de fazer uma educação ruim, uma saúde ruim, é somente a política que será capaz de fazer uma educação boa, uma saúde boa e também uma assistência à nossa população com altivez, com qualidade e com transparência.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, não é preciso ficar torcendo um contra o outro, é preciso, neste momento, torcermos e trabalharmos todos a favor de um País que grita e pede por socorro. E isso está nas mãos de cada um de nós.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “não” ao aumento da contribuição do servidor de 11% para 14%, porque não podemos concordar de forma nenhuma com isso. Não é correto mudar a regra do jogo no segundo tempo, já na prorrogação, com o nosso conjunto de servidores, e o PMB tem o seu posicionamento.

Vamos votar contra a reforma da Previdência. Somos contra a reforma trabalhista, votamos contra a terceirização. O Governo pode fazer auditoria da dívida pública, taxar os bancos, cobrar as grandes fortunas, cobrar as grandes empresas devedoras, e não jogar tudo nas costas dos servidores. Isso não é certo, não é correto.

Esperamos realmente que o Plenário sinta o clamor das ruas, do povo, e vote contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência. Nesse destaque, nós somos totalmente contra aumentar a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB. S.Exa. tem preferência.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vi aqui alguns Deputados dizerem que não teriam coragem de defender a derrubada desse destaque. Eu queria, em primeiro lugar, separar as coisas. Aqui nós não estamos colocando em campos opostos quem defende o servidor e quem está contra o servidor, de maneira alguma! Nenhum Deputado desta Casa, dos 513, gosta de votar contra o servidor público. Mas é importante que se diga: a situação a que está chegando cada um desses Estados é absolutamente insustentável.

Eu quero dar um exemplo aqui. Eu, na Prefeitura do Rio de Janeiro, fui o Chefe da Casa Civil, com muita honra, do Prefeito Eduardo Paes. Durante todos os 8 anos, Deputado Simão Sessim, nós não cobramos a contribuição previdenciária dos servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro — são 160 mil servidores. Zero é a cobrança previdenciária dos inativos.

Por que se faz isso? Porque o sistema previdenciário está praticamente em equilíbrio. Quando estava em desequilíbrio, nós promovemos um plano de capitalização do sistema previdenciário sem instituir a cobrança dos inativos, até hoje. Hoje, está-se discutindo com o novo Prefeito instituir essa cobrança. Mas é importante que se diga: aquele é um sistema previdenciário que está em equilíbrio.

Com algumas outras medidas de capitalização, rentabilizar ativos, patrimônio que existe nesse fundo previdenciário, é possível fazer o equilíbrio de fluxo anual e atuarial sem precisar cobrar ou pesar sobre os servidores inativos e pensionistas. Porém, a situação de outros sistemas previdenciários é completamente diferente.



No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que é o que eu conheço bem, o RIOPREVIDÊNCIA é absolutamente insustentável. Nós estamos falando aqui de um sistema previdenciário cujo déficit hoje é de 12 bilhões de reais. Arrecada 5 bilhões de reais e gasta 18 bilhões de reais, com 12 bilhões de reais de déficit.

Sabe o que representa, Deputada Yeda Crusius, dos 3 anos do regime de recuperação fiscal, o déficit previdenciário do Rio de Janeiro? Quase 40 bilhões de reais.

Aí quando nós olhamos como esse déficit é financiado, de onde sai esse recurso, vemos que um terço de toda a arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro é para pagar esse déficit, ou seja, é preciso trazer racionalidade a esse debate.

Alguns Deputados disseram: *“Ah, no serviço público federal, a contribuição para o INSS é de 11%”*.

Sabem qual é a média das aposentadorias de servidores públicos da União? É de 1.200 reais. Sabem qual é a média das aposentadorias, Deputado Mauro Mariani, na Previdência do Estado do Rio de Janeiro? É de 5.500 reais. A idade média de aposentadoria é de 56 anos. Se houver estratificação, segregação, essa base vai para 50 ou 48 anos. Assim, não se reequilibra esse sistema previdenciário.

É de 12 bilhões de reais por ano o déficit previdenciário no Rio de Janeiro. O déficit total do Estado, que nós atacaremos agora com esse instrumento de recuperação fiscal, é de 25 bilhões de reais por ano. Ou seja, metade desse déficit é previdenciário.

Alguns Deputados vão dizer: *“Essa é uma visão economicista, orçamentária e técnica do processo”*. E eu digo aos Deputados de outros Estados, aos que vieram



aqui inflamadamente dizer que o servidor está sofrendo, para irem ao Rio de Janeiro falar com os servidores públicos dos Estados, que estão pedindo pelo amor de Deus para colocarem os seus salários em dia, porque 3% do aumento da contribuição previdenciária nem se comparam com os 10% que estão pagando todo mês, porque estão pagando três contas com um salário só, não sabem ainda quando vão receber o salário de fevereiro e se ele virá parcelado ou não.

Ou seja, quem está defendendo o servidor? Quem está querendo colocar o salário em dia e não quer continuar jogando a conta, porque também, com todo o respeito ao servidor público, nós estamos falando do contribuinte, do cidadão fluminense. Porque, no final das contas, sejam do serviço público ou não, estão pagando a conta desse déficit também.

Hoje estamos aqui para pedir ao Rio de Janeiro para nos ajudar a cobrir essa conta, mas estamos pedindo ao Brasil também para que nos ajude. Estamos pedindo aos Deputados de outros Estados que nos ajudem, no espírito de solidariedade, para que possamos colocar os salários dos servidores públicos do Rio de Janeiro em dia, para que os hospitais estaduais voltem a ter, além do médico, o seu salário em dia e a ter medicamentos, porque hoje eles não têm. O policial não está saindo do seu batalhão, porque não tem gasolina para colocar no carro.

Quem é que paga esta conta? Quem é que paga esta conta? Os 18 bilhões da Previdência do Rio de Janeiro são responsáveis por pagar 250 mil servidores, que eu respeito e admiro — todos nós devemos desculpas, sim, a eles por estarem com os seus salários atrasados —, mas cobrir este déficit é uma responsabilidade de todos nós e dos Estados que aderem à recuperação fiscal, é um pedido que fazemos a outros Estados.



Como é que nós vamos encarar Estados que fizeram o seu dever de casa? O Rio Grande do Sul já aumentou a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%. Estados como Santa Catarina e Bahia já fazem esse esforço para dar sustentação às aposentadorias e pensões.

Por isso, senhoras e senhores que nos assistem, Deputados e Deputadas, este projeto é a última luz no fim do túnel desses Estados. Quero dar um recado muito claro, porque há mais Estados também que estão perto de viver essa dificuldade: ou se colocam as contas em dia e se acaba com a demagogia daqueles que fizeram esses Estados crescerem sem responsabilidade e quebraram esses Estados, ou nós vamos prejudicar fluminenses, gaúchos, mineiros e a população de outros Estados que viverão esta dificuldade.

Por isso, eu queria pedir esse espírito de solidariedade, de racionalidade, de respeito aos servidores. E, sem cair nesse discurso de que aqui há os Deputados que são contra os servidores e os Deputados que são a favor deles, todos nós somos a favor dos servidores públicos, mas somos também a favor de toda a população, que está sofrendo por conta da ausência desses Estados que quase faliram.

Portanto, eu peço a todos o voto “sim”, para que seja mantido o texto que foi acordado e que permitirá a esses Estados saírem dessa situação de penúria.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar aos meus colegas Deputados e Deputadas, em especial aos do PT, o caso dos Correios.

Só para que os senhores e as senhoras tenham uma noção, os servidores dos Correios no Governo Dilma passaram a contribuir para o fundo com 17% — 17%! E os mesmos petistas que estão aqui atrás estão criticando que não pode ser de 14%. Foram eles que passaram a contribuição dos servidores dos Correios para 17%, e há servidores que contribuem com ainda mais.

Esse é o Governo do PT que passou e que quebrou o Rio Grande do Sul, quebrou os outros Estados e que agora está aqui querendo jogar para a plateia.

Os servidores dos Correios contribuem com 17% desde o tempo do Governo Dilma Rousseff, porque sumiram com o dinheiro do fundo de aposentadoria, e agora eles têm que contribuir com esse valor.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fazendo uma reflexão sobre a situação do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de outros Estados, eu me lembrei de Detroit, cidade americana que pediu falência. Por 18



bilhões de dólares, 54 bilhões de reais, a cidade pediu falência, teve que renegociar salários, despesa e se reuniu com a população.

Qual é a saída para uma cidade, um Estado ou um país que entra em concordata? “Ah, o setor público vai prover.” De onde? Eu não aceito que coloquem dinheiro do País lá no Rio de Janeiro, nem no Rio Grande do Sul, nem em Minas Gerais, porque nós somos de um Estado que se sacrifica para se manter em pé.

Então, Sr. Presidente, eu quero deixar meu posicionamento. Embora não goste da solução, não vejo outra, não vejo outra, como homem público que estuda o Município e o País há quase 50 anos.

O Rio de Janeiro vai pagar caro pelos seus erros, assim como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e quem cometeu erros. Nós estamos pagando com a maior crise da história do País: 13,5 milhões de desempregados, 60 milhões de pessoas inadimplentes, Estados, Municípios e União em dificuldade, metade das empresas inadimplentes.

Essa é a situação dramática em que se encontra o País hoje. Nós temos que fazer as reformas, arrumar um jeito de sair dessa crise, senão o desemprego vai atingir 20 milhões de pessoas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria me solidarizar com o Deputado do PSB Adilton Sachetti e sua família. Para os que não sabem, S.Exa. perdeu a sua esposa, Rose



Sachetti, e merece todo o nosso carinho e a nossa solidariedade neste momento de dor.

Eu aproveito também para me solidarizar com a família Samudio. São casos totalmente diferentes. Não tenho nada pessoal contra Marco Aurélio Mello, mas foi um erro ter colocado em liberdade alguém que desaparece com o corpo da sua ex-amante, mãe do seu filho. Refiro-me ao goleiro Bruno. Como o colocaram em liberdade, como se ele não oferecesse risco à família, se sequer os ossos da assassinada até hoje não apareceram?

Então, parabéns ao Supremo, que recolocou Bruno na cadeia.

Obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas para reagir, porque parece que quem está votando contra esse texto é irresponsável e não está preocupado com os Estados.

O problema é que a saída da crise que estão buscando é sobre as costas dos trabalhadores, que nada têm de responsabilidade sobre essa crise. Quem quebrou o Rio de Janeiro foi o PMDB, e o Relator dessa matéria é do PMDB.

Então, nós precisamos ter cautela nesse discurso e nessa discussão, primeiro, porque a solução emergencial não vai existir. São contrapartidas que o Estado tem que cumprir, sem nenhuma credibilidade para cumpri-las, porque lá há uma crise ética profunda, além de terem arrebatado com a base contributiva do Estado e várias outras possibilidades de sustentação econômica.



O discurso é o seguinte: se o servidor não aumentar a sua contribuição previdenciária, se não privatizarem e não tirarem direitos dos trabalhadores, não resolve. Ora, que sustente a crise quem a criou e não os trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro. Então, vamos acabar com esse discurso falso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só queria me solidarizar com o Deputado Adilton Sachetti. Minha solidariedade não é apenas pessoal, pela perda da sua esposa, mas também pela circunstância de o Deputado Adilton Sachetti ser um catarinense que, hoje, honra o Estado de Mato Grosso.

O Deputado Adilton Sachetti nasceu no belíssimo Município de Nova Veneza, mais especialmente na comunidade de Nossa Senhora do Caravaggio, do Município de Nova Veneza, no meu Estado.

Em nome de todos os catarinenses e, permito-me, da nossa bancada catarinense, ofereço a nossa solidariedade a este ilustre coestaduano, neste momento de perda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto, por 1 minuto. Após, vou encerrar a votação.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, farei dois registros.

Primeiro, quero registrar, com alegria e satisfação, a presença dos Prefeitos da cidade de Barra do Rocha, Professor Léo, e da cidade de Ubaitaba, Suka — dois amigos que aqui estão, visitando a cidade de Brasília, indo a Ministérios e, com muita alegria, trabalhando pelos seus respectivos Municípios.



O segundo registro, Sr. Presidente, é para lamentar infausto acontecimento com a família do querido Deputado Adilton Sachetti. Adilton Sachetti é um Deputado de extrema qualidade que sofreu, na sua família, um abalo enorme com o falecimento da sua esposa. Quero, em nome do PSB e em meu nome próprio, solidarizar com a família do Deputado Adilton Sachetti, e dizer que nós estamos juntos.

Peço a Deus que possa abençoá-lo, abençoar sua família, para que, neste momento de dor, ele possa ter o conforto de Deus na sua família.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deixo a solidariedade de todos nós ao nosso amigo Adilton Sachetti.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só quero declarar meu voto “não” nesta matéria em respeito aos servidores, que não são culpados da crise que quebrou o Rio de Janeiro. Não é justo passar essa conta para o servidor.

Por isso o meu voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trazer para a comparação desse projeto a realidade dos Correios não é razoável, porque os Correios têm uma previdência complementar, e nós estamos aqui a falar de previdência pública.

Também quero questionar — como o Relator desta matéria colocou — quem vai pagar a conta. Antes tem que perguntar quem fez essa conta. O que nós



estamos insistindo é que quem fez essa conta não foram os servidores, foram os gestores.

Outra questão extremamente séria é que hoje o Estado que quiser cobrar 14%, 15%, 20% de contribuição para a Previdência já pode fazer isso. Santa Catarina já cobra 14%, a Bahia já cobra 14%. Portanto, o Estado que queira fazer isso já tem liberdade para tal.

O que nós estamos dizendo é que não é razoável que os servidores paguem unilateralmente essa fatura, como está colocado neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga e depois vou encerrar a votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também manifesto a minha solidariedade ao Deputado Sachetti e a toda sua família neste momento de dor.

O Deputado Relator Pedro Paulo parece que subiu à tribuna para fazer uma piada. Parece que o Deputado Relator não é uma das figuras responsáveis pela atual crise econômica do Rio de Janeiro com seu partido, o PMDB, que levou a situação do Rio de Janeiro a esse estado.

Mas o Deputado Relator Pedro Paulo foi à tribuna e disse o seguinte: *“Na Prefeitura do Rio o desconto foi de zero da contribuição previdenciária de aposentados”*. Ele diz que não o fizeram, mas eles querem que os Deputados e as Deputadas assumam esse ônus com os servidores dos seus Estados.

Srs. Deputados, não assumam uma conta que não é dos servidores. Essa conta não é dos servidores dos Estados, e essa conta não é de muitos dos



senhores. A ampliação para 14% da contribuição previdenciária dos servidores é um absurdo.

Lá no Rio de Janeiro, o servidor não está recebendo o salário. E aí querem ampliar o que o servidor tem que pagar? Nós não podemos ter isso como algo natural.

Eu quero pedir, em nome da bancada do PSOL, a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras que nós votemos “não” neste momento. Assim, nós vamos garantir direitos dos servidores públicos de todos os Estados. Não é natural 14% de contribuição previdenciária obrigatória.

O PSOL está votando “não”.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vitor Valim votou com o partido na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, para encerrar.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lembrar aos Srs. Deputados que ainda podem mudar para o voto “não” e não ficarem com a pecha de traidores dos servidores públicos nos Estados. Votem “não”. Votando “sim”, estão imputando uma responsabilidade.

Como disse o Relator, lá no Rio de Janeiro, eles mesmos roubaram, dilapidaram, destruíram o Estado e querem agora que os servidores assumam a responsabilidade disso. Há tempo de se mudar para um voto “não” e não ficar com a pecha de traidor do servidor público.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Perondi, eu vou encerrar mesmo. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, muitos Estados já aumentaram para 14%. São os Estados que vão decidir. Não somos nós. O orador que me antecedeu não está informando de forma correta. São os Estados que vão decidir. São as Assembleias que vão decidir. Não somos nós que estamos decidindo.

E digo mais ainda: essa adesão não obriga os Estados a aderirem ao programa de recuperação. Não os obriga! Então, não tergiverse, não engane os Deputados.

E há mais: se nós formos analisar o aumento do gasto de pessoal e de inativos nos últimos 7 anos — principalmente no Governo Dilma, que arranhou a Lei de Responsabilidade Fiscal —, houve um conluio do Tribunal de Contas, do Poder Executivo, das Assembleias e do Ministério Público, que reajustaram acima da inflação os funcionários, muito e muito mais. E passaram os anos, e a conta veio. E há mais: inativos se aposentaram na maioria...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI - ...da polícia, de promotores, de juízes. Então, nós não podemos votar aqui, alertando aquele Estado que quer aderir, que precisa aumentar... Dos graúdos vai cobrar mais, e os pequenos, talvez, vão contribuir com 100 reais. É esta a realidade. E quem quebrou o País, para encerrar, Sr. Presidente, quem quebrou o País...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Esperidião Amin está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não poderia deixar que esta votação fosse encerrada sem trazer um testemunho, um testemunho verdadeiro.

A SRA. ERIKA KOKAY - Vamos encerrar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu vou votar e votei “sim”, porque eu não censuro e, pelo contrário, eu aplaudo a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e o Governador João Raimundo Colombo, que, em 2015 — em 2015, já se vão 2 anos e pouco —, estabeleceu uma gradual elevação do percentual de contribuição previdenciária dos servidores e do Governo do Estado, à razão de um ponto percentual por ano. Eu aplaudi isso, não fui eleitor de S.Exa., mas ele agiu bem, para o futuro do Estado, não lesou o servidor, e eu não posso achar que isso seja um mau exemplo. Por isso, voto “sim” e aplaudo que esta sugestão — porque nenhum Estado é obrigado a adotar este procedimento — seja aprovada na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 241;

NÃO: 185;

ABSTENÇÃO: 3.

O ARTIGO FOI SUPRIMIDO.



O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Vivam os servidores! Obrigado aos Deputados! Valeu! Obrigado a quem votou “não”!

Obrigado a quem votou com os servidores! (*Manifestação no plenário.*)



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em tempos em que jogos suicidas invadem as *timelines* dos adolescentes, saber que os brasileiros são felizes chega a ser motivo de alívio.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE acabou de divulgar uma pesquisa em que 540 mil jovens, de 15 anos, em 72 países, foram entrevistados para o relatório *O Bem-Estar dos Estudantes*, o terceiro volume do último estudo Programa Internacional de Avaliação de Alunos — PISA, de 2015.

A pesquisa pediu que os alunos avaliassem o grau de satisfação com suas vidas, em uma escala de 0 a 10. A média do Brasil foi de 7,59, pouco acima dos 7,31 obtidos na média dos países da OCDE. Ou seja, 44,6% dos jovens brasileiros de 15 anos se disseram muito satisfeitos com suas vidas, pontuando com notas 9 e 10. O número dos que se dizem “infelizes”, avaliando com 0 a 4, no Brasil, é de 11,8%, que é exatamente a média dos países da OCDE.

O total dos brasileiros satisfeitos é bem acima da média dos alunos da OCDE, que é de 34,1%. Mas a proporção de “muito satisfeitos” foi mais alta em países como: Islândia, com 46,7%; Colômbia, com 50,9%; México, com 58,5%; e República Dominicana, com 67,8%. Já nas economias asiáticas, como a da Coreia do Sul e Hong Kong, o total de “muito satisfeitos com a vida” não chega a 20%. Curiosamente, apenas no Brasil e na Colômbia, os estudantes desfavorecidos relatam maior satisfação com a vida do que os mais favorecidos.

Obviamente, o bem-estar dos alunos não se refere à qualidade do ensino,



pois nos últimos anos nossas escolas enfraqueceram muito, mas se refere ao estado psicológico, cognitivo, social e físico e às capacidades que o estudante precisa para viver uma vida feliz.

Já no quesito ansiedade, a pesquisa mostra que 81% dos alunos brasileiros se sente “muito ansioso”, independentemente de seu bom preparo para as provas, sendo o segundo índice mais elevado entre os países analisados.

Acho que o próximo fator leva ao anterior e já discurssei sobre isso. O relatório também revela que os estudantes de 15 anos em nosso País passam mais de 3 horas por dia *on-line*, fora do período de aulas. O Brasil assume a segunda posição entre os países cujos jovens gastam muito tempo na Internet, ficando atrás apenas do Chile, com 195 minutos diários e semanais.

Já nos finais de semana, os brasileirinhos despendem 209 minutos. Porém, estudantes de países como a Holanda, Suécia ou Reino Unidos passam mais tempo *on-line*.

Para finalizar, a questão do *bullying* nas escolas também foi analisada. Cerca de 17,5% dos estudantes brasileiros sofrem ou já sofreram tipos de *bullying*, coisas como ser vítima de piadas, ter o sumiço ou a destruição de pertences, sofrer ameaças. Contudo, somente 3,2% sofreram socos ou empurrões. A média na OCDE nesses casos de *bullying* é de 4,3%. Já em Hong Kong, é de 9,5%. Infelizmente, os alunos com os piores desempenhos são os que mais sofrem *bullying*. Acho incrível que a humanidade, depois de tantos anos de evolução, ainda tenha um comportamento tão primitivo, seja em que esfera for. Mas tudo isso tem a ver com a educação, e parece que ainda temos uma longa caminhada nesse quesito.

Achei interessante saber que nossos jovens de 15 anos estejam, no geral,



felizes. Passamos por um momento bastante delicado enquanto Nação, mas todo esse contexto de instabilidade parece não os afetar. Esperamos que essa positividade possa se refletir no País nos anos futuros.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para destacar a decisão da Executiva Nacional do PSB de fechar questão contra as reformas trabalhista e previdenciária em tramitação nesta Casa.

Sobre a reforma trabalhista, o colegiado ratificou por 20 votos a 5 uma resolução aprovada no XIII Congresso Nacional do partido, em 2014, contrária a *“qualquer reforma trabalhista que promova a diminuição dos direitos conquistados, a precarização e que estabeleça supremacia do negociado sobre o legislado”*.

Em seguida, por 20 votos a 7 a Executiva aprovou o fechamento de questão contra a proposta do atual Governo que altera as leis do trabalho.

Na votação sobre a reforma da Previdência, o colegiado se posicionou por 21 votos a 2 (com uma abstenção) contrário à proposta em discussão. Na sequência, por 20 votos a 5 decidiu por fechar questão em relação à proposta de emenda constitucional.

Ao final do encontro, o Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, afirmou que a decisão da Executiva Nacional é coerente com a história de lutas do partido em defesa dos direitos sociais no País. Disse que o PSB é um partido que tem 70 anos e não se vê obrigado a votar matérias contraditórias com sua história. Destacou ainda que a posição de nós, socialistas, é clara e respeita essa longa trajetória.

Em março, eu e o Deputado Federal Leopoldo Meyer, também do Paraná, declaramos voto contrário à reforma da Previdência, por entendermos que as propostas do Governo ferem direitos já garantidos pela Constituição Federal, considerados por nós verdadeiros instrumentos de justiça social, e que contribuem



substancialmente para a redistribuição de renda, redução da pobreza e dinamização da economia.

Não podemos aceitar propostas que afrontem conquistas históricas da população. A previdência é um direito social que expressa o reconhecimento da contribuição do cidadão na construção e formação da riqueza nacional. É este princípio, humanitário, que está sendo ameaçado.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação desta Casa.



O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ou que me ouvem, leem e veem pela *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive pela Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, e em particular ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, aos quais tenho o orgulho de aqui representar, uso hoje esta tribuna para falar sobre um assunto que, infelizmente, está em alta nas escolas, em redes sociais, meios de comunicação, nas conversas familiares e neste Congresso. Tema este que está trazendo pânico e terror às famílias brasileiras. Falo com muita preocupação sobre o jogo Baleia Azul, que veio da Rússia e cujo último dos 50 insanos desafios é o suicídio, colocando crianças e adolescentes em risco e gerando angústia nos quatro cantos desse País.

Srs. Parlamentares, Luiz Augusto Filizzola D'Urso, advogado criminalista, pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade de Castilla-La Mancha (Espanha), pós-graduando em Processo Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), membro Efetivo da Comissão Especial de Direito Digital e Compliance da OAB/SP, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), em seu artigo no *Estadão* da última segunda-feira, dia 17, resumiu exatamente o que esse terrível jogo está significando aos nossos jovens e às nossas famílias.

Peço licença aos nobres colegas para ler alguns dos trechos escritos pelo Dr. Luiz Augusto sobre o assunto, começando pelo título de seu artigo: *O jogo mortal e criminoso*. Diz ele:

Recentemente, no Brasil, a imprensa divulgou que



uma jovem de 16 anos, de Vila Rica/MT, cometeu suicídio, além de um menino de 19 anos, de Pará de Minas/MG, ambas as mortes atribuídas ao jogo Baleia Azul. Na Paraíba e no Rio de Janeiro já estão em andamento investigações referentes à recente popularização deste game criminoso, assim como em Curitiba (PR), que registrou sete tentativas de suicídio.

Isto se transformou em um problema mundial.

Na França, Inglaterra e Romênia, as escolas têm feito comunicados alertando as famílias de seus alunos para terem especial atenção com este jogo e comportamento de seus filhos.

Tudo se inicia com um convite para a página privada e secreta de um grupo no Facebook. Nela um instrutor passa alguns desafios aos seus novos jogadores. A partir de então, o que parece um jogo inocente, torna-se macabro e mortal.

No total, são propostos 50 desafios que ultrapassam os limites da sanidade, tais como: escrever com uma navalha o nome daquele grupo na palma da mão, cortar o próprio lábio, desenhar uma baleia em seu corpo com uma faca, até chegar ao desafio final, que ordena tirar a própria vida.

Um dado preocupante é que, após a vítima iniciar os desafios, ela não poderá desistir. Dr. Luiz Augusto afirma ainda *“que não há dúvida que esse jogo preocupante e mortal é contrário ao nosso ordenamento jurídico, e fica claro que a conduta dos responsáveis é criminosa”*.

Por este motivo, quero dizer que protocolizei requerimento de informação



neste Congresso, solicitando ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Osmar José Serraglio, a quem muito respeito, que nos dê uma resposta, na verdade, que responda à sociedade brasileira sobre as medidas tomadas pela Polícia Federal para combater esse jogo em nosso País.

O crime cometido pelos criadores e administradores é de induzimento ou instigação ao suicídio, podendo ser extensivo a qualquer um que convide ou compartilhe para outra pessoa jogar. Este ilícito se consuma quando o jogador (convidado) realiza o desafio final de tirar a própria vida. O tipo penal é o previsto no art. 122 do Código Penal Brasileiro, de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, com pena prevista de reclusão de 2 a 6 anos, podendo a pena ser duplicada caso a vítima seja menor de 18 anos (situação predominante dentre as vítimas deste jogo).

E não poderia, aqui, nesta tribuna, deixar de falar diretamente aos pais e às famílias brasileiras. Especialistas alertam para que, caso observem em seus filhos isolamento, mudança no apetite, o fato de o adolescente passar muito tempo fechado no quarto ou usar roupas para se esquivar de mostrar o corpo são algumas pistas de que esse jovem sofre algo que não consegue falar.

Como médico há mais de 40 anos, participando e conhecendo ao longo dessa trajetória histórias de todos os tipos, afirmo com absoluta certeza que para entender se a criança ou adolescente está com problemas é fundamental que os pais se interessem por sua rotina. E esse, caros pais, caríssimas mães desse imenso Brasil, deve ser um desejo genuíno e não momentâneo por conta da repercussão do “Jogo da Morte”. Conheçam a rotina de seus filhos, entendam o que fazem, conheçam seus amigos.

Por fim, estes tipos de jogos mortais devem ser urgentemente investigados e



reprimidos, punindo-se os responsáveis, para que os jovens não mais participem destes desafios, evitando-se, assim, mais vítimas deste verdadeiro massacre digital.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, neste Dia de Tiradentes, 21 de abril, participamos da abertura do XXII Seminário Nacional das Práticas Naturais Alternativas e Cultura na Saúde, no Polo Regional da FETAEMG, em Governador Valadares. Organizado pela Associação dos Terapeutas Naturalistas do Brasil (ATENAB), o evento, que reuniu representantes de seis Estados, aconteceu até o domingo, dia 23.

Também estiveram presentes o Presidente da Associação, Zé Raizeiro; a Diretora Regional da FETAEMG, Juliana; o palestrante Gonçalo Dantas, que abordou o tema *Massagens e saúde física e mental*; Ademario Luiz, que falou sobre a saúde chinesa; Luiza Rocha da Silva, que palestrou sobre saúde indígena; Maria José Alves, que falou sobre reeducação alimentar; e Hosania Guedes. Ainda participaram do seminário autoridades partidárias e religiosas, terapeutas, empresários, farmacêuticos, representantes de órgãos de saúde, advogados, seminaristas e simpatizantes. Entre os Estados representados, compareceram delegados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rondônia, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Ao longo de nossa trajetória política, sempre atuamos junto à ATENAB e em defesa de práticas naturais de saúde e da regulamentação da profissão, em tramitação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aqui nesta Câmara dos Deputados. Nosso mandato continuará à disposição da ATENAB e de várias outras organizações ambientalistas.

Muito obrigado.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o BNDES é um banco que foi criado em 1952 para fomentar nossa economia. Foi criado com o intuito de investir e para desenvolver nosso País economicamente, mas tem sido usado de forma criminosa para financiar ditaduras mundo afora e para atender aos interesses de poucos, em detrimento da população brasileira.

O BNDES deveria estar focado nas micro, pequenas e médias empresas, porém elevadas cifras foram aplicadas em empresas, como as de Eike Batista — 10,4 bilhões de reais —, além de JBS e BRF, conforme apurou a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. No total foram investidos impressionantes 1,2 trilhões de reais nas chamadas “campeãs nacionais”. Só para se ter uma ideia, se colocarmos isso em notas de 100 reais, levariam 95 anos para uma única pessoa realizar a contagem desse dinheiro.

Todo esse dinheiro, Sr. Presidente, dinheiro vindo de impostos, foi para os “amigos”. As ditas “campeãs nacionais” foram uma política de propaganda dos Governos Lula e Dilma para elevar empresas ao *status* de bem-sucedidas, tornando-as assim símbolo de um regime vitorioso. Mas nem isso, como tudo aquilo que feito nos últimos 15 anos, é real. É uma enorme maquiagem para enganar a população.

Se somente com a PETROBRAS já vemos bilhões que foram desviados, o povo brasileiro hoje se pergunta: e com o BNDES?

Só para ilustrar, Sr. Presidente, a Odebrecht, que é a principal empreiteira citada na Operação Lava-Jato, levou sozinha 24 bilhões de reais em obras, em Cuba e em Angola. Mas aí vem a falta de vergonha dos partidários dizendo que não



foi um empréstimo a Cuba, que o Porto de Mariel foi pago à Odebrecht. Ora, se o Porto de Mariel está em Cuba, então o valor pago é à Cuba, e não à empreiteira. Se for assim, então que estes partidários financiem um carro no nome deles e deixem lá na minha garagem.

Sr. Presidente, faz-se necessário que seja apurado todo esse dinheiro custeado pelo cidadão e que foi enviado para outros países. Isso lesa a Pátria brasileira, temos que agir para devolver o Brasil para os brasileiros.

Muito obrigado.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na data de hoje, dia 25 de abril, comemora-se o Dia da Contabilidade, em substituição ao Dia do Contabilista.

O termo “contabilista” é formado pelo adjetivo “contábil”, que significa relativo à arte ou às Ciências Contábeis, acrescido do sufixo “ista”, que é designativo de naturalidade, origem, relação. Portanto, “contabilista” é um termo de caráter genérico que identifica o campo de atuação contábil, não devendo ser empregado para designar o profissional, diferentemente do que ocorre com o termo “economista”, onde o sufixo “ista” é apostado ao substantivo “economia”, designando o agente.

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo — SINDCONT-SP celebra o Dia do Contabilista, hoje, dia 25 de abril, juntamente com lideranças e profissionais contábeis do Estado de São Paulo. Na ocasião, serão conhecidos os ganhadores do Prêmio Professor Hilário Franco de Contabilidade. A solenidade terá início às 19 horas, na sede social da entidade, localizada na Praça Ramos de Azevedo, 202, no Centro de São Paulo.

O Prêmio Professor Hilário Franco, que é entregue anualmente, já está na 16ª edição e, nesse período, consagrou-se por incentivar a produção de estudos e trabalhos científicos por alunos do último ano do curso graduação em Ciências Contábeis e também por profissionais recém-formados. Como em cada edição são escolhidos os trabalhos vencedores do primeiro ao quinto lugar, ao todo, já foram ganhadores do Prêmio mais de 80 alunos das principais instituições de ensino contábil de São Paulo.

O contador e professor Hilário Franco, que empresta seu nome ao Prêmio, foi



responsável por promover melhorias e valorização da classe contábil de todo o País. Também presidiu o SINDCONT-SP, no período de 1955 a 1956, e foi eleito Sócio Benemérito da Entidade, da qual recebeu o título Contabilista Emérito, em 1971.

Em virtude do excelente trabalho como docente, o SINDCONT-SP instituiu o Prêmio, que se trata de um concurso de publicações acadêmicas, como monografias, trabalhos de conclusão de curso, artigos técnicos e relatório de estágio supervisionado, com o intuito de incentivar pesquisas de cunho prático, científico e acadêmico.

Nossos cumprimentos a todos os colegas contabilistas, profissão que temos a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional.

Nossos cumprimentos ao Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo — SESCON-SP, Dr. Márcio Massao Shimomoto; ao Presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo — SINDCONT-SP, Dr. Antonio Eugênio Cecchinato; e ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas — FENACON, Mario Elmir Berti.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais um Dia do Trabalhador se avizinha, e infelizmente os índices de desemprego no País ainda continuam recordes: são 12,9 milhões de pessoas desempregadas. A taxa é de 12,6% no trimestre encerrado em janeiro, a maior da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice aumentou em relação ao mesmo trimestre de 2015, quando chegou a 9,5%, e frente ao trimestre de agosto a outubro (11,8%).

Não temos muito a comemorar, mas temos feito um mandato sempre a favor dos trabalhadores em todas as votações. No entanto, mesmo com meu voto contrário, perdemos algumas batalhas. Uma delas foi o projeto da terceirização, o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015. Votei contra a terceirização para todos os setores das empresas, inclusive na atividade principal, a chamada atividade-fim, mas fui voto vencido.

Recentemente, fui o único da bancada do Amazonas a votar contra o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que trata da recuperação fiscal dos Estados superendividados, votado na Câmara. Sou contra a elevação da alíquota de contribuição previdenciária de servidores (ativos e aposentados) de 11% para, no mínimo, 14% e o congelamento de reajuste dos servidores públicos e a restrição à realização de concursos públicos. É muito arrocho para o servidor. Fui de encontro à orientação do meu partido, mas defendi meu povo.

Sobre a reforma da Previdência, já me manifestei contra a proposta inicial, mas muitas mudanças já foram sugeridas, e logo se chegará a um texto que equilibre trabalhadores e contas públicas. É preciso encontrar um caminho que



equalize o que será gasto com as próximas gerações de aposentados e o que é arrecadado.

Em nosso mandato temos apresentado projetos para beneficiar os trabalhadores, entre eles o que estabelece jornada de trabalho de 36 horas semanais para os motoristas de transporte coletivo urbano. Na mesma linha, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 52, de 2015, prevê aposentadoria especial aos trabalhadores em atividades penosas, inclusive motoristas de transporte coletivo. A ideia é regulamentar a penosidade como elemento caracterizador do direito de concessão de aposentadoria especial.

Também apresentei o Projeto de Lei nº 2.897, de 2015, que define o trabalhador rural, pois é necessário solucionar uma questão interpretativa na lei que define estes trabalhadores que estão encontrando dificuldades em seus direitos, e a proposta que prevê que as férias concedidas sejam acordadas entre empregador e empregado (Projeto de Lei nº 2.700, de 2015). Férias são um dos direitos mais esperados por um trabalhador. Após trabalhar no mínimo 1 ano, espera-se um período de 1 mês de descanso. Propus que seja feito um acordo entre empregador e empregado, e a concessão das férias será sempre precedida de consulta à pessoa empregada interessada.

Temos nos empenhado para defender a classe trabalhadora, aquela que move este País, e fazer do Dia do Trabalhador muito mais que um feriado, mas um motivo para comemorar por estar empregado e com seus direitos garantidos.

Era isso o que tinha a dizer.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 24 de março, terá início mais uma campanha da Organização Mundial de Saúde contra a tuberculose. Esse é o Dia Mundial da Tuberculose, e, em 2017, ocorrerá a continuação da campanha bienal *Unidos pelo Fim da Tuberculose*. Neste ano, em particular, os esforços estão concentrados no lema *Não deixe ninguém para trás*. Inclui ações para abordar o estigma, a discriminação, a marginalização e a superação de barreiras de acesso aos cuidados.

A tuberculose representa uma das dez maiores causas de morte no mundo. Mais de 10 milhões de pessoas contraíram a doença em 2015, e quase 20% dessas faleceram. Por isso, o fim da epidemia de tuberculose em 2030 é um dos objetivos de saúde das novas Metas de Desenvolvimento Sustentável adotadas pela ONU. A doença afeta sobretudo países de renda baixa e média, entre os quais está o Brasil.

E a situação brasileira está longe de representar sucesso quanto à meta de erradicação da doença. No entanto, o combate tem se caracterizado pelo vencimento de batalhas. No início do século, cerca de cinco pessoas por 100 mil da população faleceram em decorrência da doença, número que diminuiu para 2,7 por 100 mil da população em 2015. A quantidade de casos ocorridos também foi reduzida, embora em menor proporção. Enquanto se registraram em torno de 50 casos por 100 mil da população em 2000, em 2015 foram observados cerca de 80% desse total.

Embora os números devam ser comemorados, indicam a existência de um sério problema. A mortalidade foi reduzida para quase a metade, mas as incidências diminuiram muito menos. A julgar pelos números, o tratamento está sendo muito



mais eficaz do que a prevenção, contrariando o dito popular que diz: *“Prevenir é melhor do que remediar”*.

Além disso, as fontes de financiamento do combate à moléstia diminuíram significativamente. Em 2016, foram gastos cerca de 60 milhões de dólares para o combate da doença, número que girou em torno de 80 milhões entre 2012 e 2014. Ora, é muito difícil esperar que o objetivo de erradicação da moléstia seja alcançado se menos recursos estiverem disponíveis para isso.

Além disso, a Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde, Margaret Chan, destaca a necessidade de universalização de acesso a meios inovadores para pronto diagnóstico e tratamento da doença. De acordo com a autoridade sanitária, essa é questão não apenas de justiça social, como também meio para beneficiar a segurança global de saúde. Vale lembrar que há casos de tuberculose em qualquer parte do mundo.

É preciso, portanto, ampliar os programas de combate à tuberculose, contrariando a redução no financiamento desses programas. Pessoas com menos acesso a saneamento, em geral mais vulneráveis economicamente, formam grupo de maior risco de contração da doença, que transmitem para pessoas fora desse grupo.

Desse modo, é necessário que se destine mais recursos orçamentários aos programas de combate à tuberculose entre as pessoas com menos recursos próprios. Com isso, não apenas se melhora a qualidade de vida da população, como também se contribui para o controle da saúde mundial em área de importância fixada em meta estipulada pela ONU.

Enfim, vencer a tuberculose é possível e necessário, e é uma obrigação de todos que possuem responsabilidade por essa conquista.

Muito obrigada.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este artigo de minha autoria, publicado no *Jornal Pequeno*.

Obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

28 de abril: Um grito contra as injustiças

O governo de Michel Temer e seus apoiadores preparam o grande golpe ao direito à aposentadoria dos brasileiros. Querem desmontar a Previdência Social ao aprovar a PEC 287, de 2016.

Enquanto gasta o dinheiro público em campanhas publicitárias a favor da “reforma” nas regras do INSS, o presidente Temer avança essa e outras propostas negativas no Congresso.

Em 15 de março, muitos brasileiros gritaram nas ruas contra as “reformas” do atual governo, o que marcou o início de um recuo nas iniciativas desse grupo. A partir dessa mobilização, muitos outros atores fortaleceram essa luta, principalmente contra o texto da PEC 287.

Está na hora de outro grito da população. Na sexta-feira, 28 de abril, temos mais uma chance de mostrar a Michel Temer e seus apoiadores que não concordamos com as mudanças que propõem na Previdência social.

Nesse dia, está convocada greve geral em todo o Brasil, acompanhada de atos públicos de repúdio aos projetos do governo.

Desde que chegou ao poder, o presidente e seu grupo têm desmontado várias políticas públicas positivas, vendido patrimônio do povo e atacado direitos conquistados nas últimas décadas, à custa de muitas batalhas.

Na Câmara, estou cobrando projetos justos para o trabalhador brasileiro. Mas essa batalha precisa de muita gente apoiando e pressionando os deputados.



Convido os maranhenses e demais brasileiros a falar com deputados e senadores, além de sair às ruas no dia 28 de abril. Mostremos que o povo merece respeito, assim como os direitos de trabalhadores e aposentados.



O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela *TV Câmara e Rádio Câmara*, em todas as regiões do Brasil, eu venho acompanhando estarecido as notícias a respeito do Desafio da Baleia Azul, uma espécie de jogo, com objetivos macabros, que começou na Rússia e vem ganhando dimensões cada vez maiores no Brasil, viralizando nas redes sociais, influenciando negativamente os jovens, sobretudo aqueles que passam por situação de vulnerabilidade psicológica. Esse problema reacendeu o alerta em nossa sociedade, e chegou o momento do poder público, juntamente com as famílias, discutir estratégias para afastar esse mal da vida dos nossos filhos e netos.

De acordo com informações divulgadas pela mídia, o Desafio da Baleia Azul ocorre por meio de grupos secretos nas redes sociais e envolve crianças e adolescentes de todo o Brasil, que são monitoradas por criminosos que se intitulam “curadores”. Esse jogo (se é que podemos dizer assim) propõe 50 desafios e, ao fim, sugere ao jogador o suicídio como última etapa macabra. Os desafios, nobres Deputados, se iniciam em níveis pequenos de sacrifício, como assistir a filmes de terror por 24 horas, passar o dia sem falar com ninguém e ouvir músicas psicodélicas. Os desafios sobem de nível, obrigando os jovens ao flagelo, como fazer pequenos cortes no corpo, ferir os lábios e até desenhar uma baleia no braço, usando estilete. Os desafios vão subindo a tais níveis de violência, chegando ao último e derradeiro, que é tirar a própria vida!

Os “curadores”, que são os bandidos por trás da incitação ao suicídio, estão encarregados de aprovar ou não as ações autodestrutivas dos jogadores, os quais são obrigados a mandarem vídeos ou fotos pelo celular a esses criminosos. E



quando a vítima desiste do desafio, ela passa a receber ameaças de morte do curador desconhecido, obrigando-a a seguir o desafio até a última etapa: o suicídio.

Sr. Presidente, o Desafio da Baleia Azul provocou um grave problema social na Rússia, por causa da morte de pelo menos 150 jovens, nos últimos meses. Nos Estados Unidos, esse desafio também levou dezenas de adolescentes a tirarem a própria vida. Como se não bastasse, um canal de TV americano está divulgando uma série baseada em desafios suicidas para os jovens, que tem alcançado picos de audiência.

Em nosso País, o alerta sobre o Desafio da Baleia Azul acendeu após a morte de uma estudante de 16 anos, moradora da pequena cidade de Vila Rica, em Mato Grosso. Ela foi encontrada morta no dia 11 de abril, dentro de uma represa no Bairro Inconfidentes, na região central da cidade. Segundo informações da Polícia Civil mato-grossense, a jovem saiu de casa sozinha, vestindo apenas a roupa do corpo, por volta das 3h15min, enquanto os pais e irmãos dormiam. Antes de entrar na represa para o mergulho sem volta, deixou os chinelos na beira. O inquérito policial aponta fortes indícios de que a adolescente tenha se envolvido no Desafio da Baleia Azul. Afinal, ela apresentava sinais de tortura no próprio corpo e deixou duas cartas onde falava não só das regras, mas a ordem dos desafios a serem cumpridos pelos jogadores.

Na cidade de Pará Minas, no Estado de Minas Gerais, um rapaz de 19 anos, casado, pai de uma menina de apenas 40 dias, tirou a própria vida dentro da própria casa, após tomar uma quantidade absurda de medicamentos antidepressivos. A polícia investiga a participação dele em alguns grupos de redes sociais que reúnem jovens com idades entre 10 e 20 anos, de diversos Estados brasileiros, participantes



do Desafio da Baleia Azul. A família disse à polícia que o rapaz havia mudado de comportamento nos últimos dias, tornando-se uma pessoa triste. A mãe do suicida relatou que o filho comentou que estaria fazendo parte de um grupo que realizava o Desafio da Baleia Azul, mas que estava tentando se desligar dele. Entretanto, vinha sofrendo pressões psicológicas para que não saísse e que completasse as missões que lhes foram determinadas. A mãe não quis alertar a polícia porque não sabia da dimensão do perigo que o filho estava envolvido.

No Estado do Rio de Janeiro, a polícia investiga quatro casos de tentativas de suicídio relacionadas ao jogo macabro. Devido à onda de incidentes, a Polícia Civil em diversos Estados está mobilizando agentes especializados em crimes de informática para tentar identificar os criminosos travestidos de “curadores”, a fim de indiciá-los pelos crimes de incitação ao suicídio, associação criminosa, ameaça, entre outros delitos. Induzir, instigar ou auxiliar o suicídio são crimes com pena prevista de 2 a 6 anos de reclusão, previsto no Código Penal Brasileiro.

Senhoras e senhores, a popularização desses “desafios mortais” entre as crianças e adolescentes chamou a minha atenção para a vulnerabilidade psicológica a que muitos jovens estão submetidos. O Desafio da Baleia Azul, juntamente com outros tantos fenômenos que surgiram e viralizaram na Internet nos últimos meses, mais uma vez jogou luz sobre a epidemia da depressão, um problema de saúde pública que atinge milhões de brasileiros e brasileiras de todas as idades, sobretudo rapazes e moças que estão deixando a infância e começando a vida adulta. Sem apoio psicológico ou de orientação familiar e religiosa adequada, alguns jovens tornam-se presas fáceis dos criminosos que estão no comando desses jogos, manipulando as pessoas, com o único objetivo de se divertirem fazendo o mal.



Esses jovens, por sua vez, atraídos pelo prazer do desafio e do desconhecido, se dispõem a aventurar-se nos limites entre a vida e a morte, encarando desafios suicidas com o intuito de chamar a atenção do mundo, dos amigos e principalmente dos pais.

A depressão, Sr. Presidente, atinge a todas as pessoas, de todas as idades e classes sociais. É uma doença e não um capricho. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, mais de 800 mil suicídios foram registrados em 2015 em todo o mundo, dos quais 75% em países de média e baixa renda. O Brasil ocupa a oitava posição no *ranking* de países com maior incidência de suicídios, ultrapassando o número de 12 mil casos por ano. Nos últimos 10 anos, a taxa de suicídio cresceu mais de 40% entre brasileiros de 15 a 29 anos.

Está mais que na hora, Sr. Presidente, de discutirmos não apenas estratégias de combate aos bandidos que promovem os desafios suicidas, a fim de identificá-los, prendê-los e entregá-los à Justiça; é hora de reunirmos na mesma mesa representantes da União, dos Estados e Municípios para definir políticas públicas de longo prazo que ajudem a combater a epidemia da depressão. Essa é uma tarefa que necessita do apoio de todos, não só do poder público, mas das famílias brasileiras e de representantes da sociedade civil.

Eu quero dar a minha contribuição nessa luta, por isso, acabo de encaminhar à Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Casa, da qual sou o 2º Vice-Presidente, um requerimento solicitando uma audiência pública para debater o fenômeno dos desafios suicidas, entre eles o desafio da baleia azul, que estão proliferando através das redes sociais, aguçando a curiosidade de milhares de jovens e atraindo-os para a morte. Quero discutir o tema



com representantes de órgãos ligados à proteção da criança e do adolescente, entidades de classe, órgãos de segurança pública, empresas de Internet e entidades de classe ligadas à segurança no meio digital.

Eu encerro a minha fala, Sr. Presidente, chamando a atenção dos pais, mães e responsáveis por crianças e adolescentes. Nesse momento em que um jogo macabro viraliza nas redes sociais, influenciando muitos jovens a tirarem suas próprias vidas, é importante ficar atento às mudanças bruscas de comportamento, como tristeza, perda de apetite, isolamento, entre outros sintomas que podem ser avessos à personalidade do jovem. É importante que possamos dialogar com eles, trocar ideias, projetos de vida e ajuda-los a processar as informações que lhes chegam do mundo externo. Esse é o momento de dedicarmos mais atenção aos nossos jovens. Eles são o nosso futuro, o nosso legado.

Nas palavras de Edmund Burke, *“para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devido à sessão de ontem, não foi possível acompanhar o Deputado Estadual André do Prado em visita a Santa Branca e Salesópolis. Por isso, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para reforçar o meu compromisso com esses dois importantes Municípios do Estado de São Paulo, que podem contar com o nosso total empenho em prol de suas populações.

Durante a manhã de ontem, o Deputado Estadual André do Prado e meus assessores estiveram em Santa Branca, onde receberam importantes demandas do Município, entregues pelos Vereadores do PR Junior Mineiro, Helcinho, Professor Ricardo Cabral, Juan do Batucando e Eder Senna. Reuniram-se igualmente com o Prefeito Celso Simão Leite, o Vice-Prefeito Renato Cabeção, a Presidente do PR Mulher, Márcia Jorge, Vereadores, assessores, lideranças da cidade e os ex-Prefeitos Inho Taino, de Biritiba Mirim, e Elzo Elias, de Igaratá, para discutir assuntos de interesse da cidade.

Tenho como uma das minhas prioridades levar recursos para Santa Branca, tendo já indicado e intermediado mais de 1,9 milhão de reais em emendas federais para a sua infraestrutura, confirmando o nosso empenho.

Já na tarde, o Deputado Estadual André do Prado esteve em Salesópolis, com o Prefeito Vanderlon e o Subprefeito Paulinho; os Vereadores do PR Edney Campos e Serginho da Aurora; outros membros da Câmara do Município; e os ex-Prefeitos Elzo Soares, de Igaratá, e Inho Taino, de Biritiba Mirim. Tratou-se de importantes demandas do Município.

Reforço que o meu gabinete está de portas abertas para o Prefeito Vanderlon



e que vamos trabalhar muito por Salesópolis, para lá levando cada dia mais recursos e investimentos, sendo que já indiquei 1,3 milhão de reais em emendas de minha autoria para a cidade.

Gostaria de confirmar que todas as demandas que foram passadas para o Deputado Estadual André do Prado contam com o meu total apoio e que nas próximas semanas visitarei Santa Branca e Salesópolis para avançar em nossos projetos e levar cada vez mais melhorias para a população.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 089.3.55.O
Data: 25/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 089.3.55.O
Data: 25/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 25 de abril, às 21h31min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 089.3.55.O
Data: 25/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.)